



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização | Economia e Gestão para Negócios

Dissertação

**Papel dos Investimentos do Banco Africano de
Desenvolvimento (BAD) Para o Desenvolvimento da
Agricultura em São Tomé e Príncipe (2000-2018)**

Ayarra Euzébio do Espírito Santo Trigueiros

Orientador(es) | Maria Raquel Lucas
Pedro Damião Henriques

Évora 2021





Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização | Economia e Gestão para Negócios

Dissertação

**Papel dos Investimentos do Banco Africano de
Desenvolvimento (BAD) Para o Desenvolvimento da
Agricultura em São Tomé e Príncipe (2000-2018)**

Ayarra Euzébio do Espírito Santo Trigueiros

Orientador(es) | Maria Raquel Lucas

Pedro Damião Henriques

Évora 2021



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Carlos Alberto Marques (Universidade de Évora)

Vogais | Maria da Saudade Baltazar (Universidade de Évora) (Arguente)
Pedro Damião Henriques (Universidade de Évora) (Orientador)

Dedicatória

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por me ter dado força para poder alcançar este objetivo. As minhas filhas Vanya e Inês e a Professora Doutora Maria Raquel Lucas. Esta realização é para mim uma honra e glória.

Agradecimentos |

Um agradecimento especial aos meus Pais, pelo amor e carinho que me deu ao longo da vida, e pelo seu apoio incondicional na minha educação e crescimento pessoal, e nos meus projetos académicos. Obrigada por tudo, não há palavras suficientes para vos agradecer.

Agradeço aos Professores Doutores Maria Raquel Lucas e Pedro Henriques por aceitarem ser meus orientadores e pela paciência incansável. Estou muito grata.

Um agradecimento a todos meus professores do mestrado e colaboradores da Universidade de Évora (UE).

Aproveito para agradecer aos meus irmãos e ao meu companheiro pelo carinho, amizade e harmonia.

Agradeço também ao Idalécio Viana e aos meus colegas de curso, Carlos Sousa Pontes, Osvaldo Almeida e Wadson Cruz, que contribuíram de uma maneira ou de outra no fornecimento de material e opiniões durante o curso, e para esta dissertação.

Manifesto ainda a minha gratidão á Ludmila Quaresma, Gilson Semedo e Hilaria Carvalho, por toda a colaboração e a todos os entrevistados que, de uma forma ou outra, partilharam seus conhecimentos e participaram na obtenção das respostas dos questionários, e a todos que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

O meu muito obrigado!

Resumo |

A agricultura desempenha um papel preponderante no desenvolvimento socioeconómico das ilhas de São Tomé e Príncipe e a necessidade de tornar mais efectiva a contribuição do sector rural nesse processo torna-se cada vez mais imperativo. Apesar de seus muitos activos (solo fértil, chuvas abundantes, etc.), o sector agrícola ainda enfrenta problemas relacionados a insegurança alimentar e a pobreza. Pelo que, dois terços da população são afectados pela pobreza dos quais 71% são mulheres. Entre os pequenos agricultores, 68% vivem abaixo da linha da pobreza com aproximadamente (US \$ 2 / dia) e 22% são afectados pela pobreza extrema. Contudo, a agricultura continua a ser o centro das políticas de desenvolvimento, e a melhoria dos recursos terrestres, bem como a construção de infra-estruturas de apoio ao sector agrícola, revelam-se indispensáveis para otimizar a utilização das áreas cultivadas, aumentar a produtividade, e permitir que homens e mulheres carentes possam ter renda suficiente capaz de adquirir outros produtos, e ter acesso aos serviços sociais básicos. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), é um dos parceiros de São Tomé e Príncipe e vem ajudando o país no desenvolvimento desde 1977 através de ações que contribuem para a melhoria da segurança alimentar e da redução da pobreza. A intervenção do BAD em São Tomé e Príncipe tem sido guiada por estratégias quinzenais, definidas de acordo com as prioridades. Os principais resultados esperados pelos projectos do BAD são entre muitos o aumento sustentável da produção de pesca artesanal e agricultura; e desencravamento de zonas rurais. Neste sentido, os investimentos do BAD contribuíram, de uma forma geral, para o desenvolvimento agrícola de STP, contudo, o impacto dos projetos no aumento da renda dos agricultores e suas famílias deverá continuar a ser uma consequência natural de uma estratégia coerente e eficaz para promover a agricultura no país. Podendo-se assim dizer que, os projectos implementados pelo BAD nas comunidades agrícola, atendem as necessidades prioritárias das mesmas e os resultados foram alcançados, entretanto, alguns dos objetivos propostos para serem atingidos com esses resultados, não foram totalmente observados pelos beneficiários uma vez que para que sejam alcançados é necessária a integração de outros investimentos não associados ao BAD, pois os investimentos deste financiador não garante por se só resolver todas as dificuldades encontradas nas comunidades, tendo em termos estratégicos, os projetos do BAD voltados para a promoção da estabilidade no abastecimento alimentar (acesso aos alimentos e mercados de comercialização). Por outro lado, os pressupostos fundamentais para a implementação do projeto são a estabilidade política, a ausência de conflitos militares no país, a participação ativa da comunidade nas operações e o bom relacionamento entre as organizações envolvidas, sendo que a maior dificuldade encontrada na implementação dos projectos se concentra na dependência externa ao qual São Tomé e Príncipe esta sujeita. Neste sentido, este trabalho debruça-se em fazer uma análise ao papel dos investimentos do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para o desenvolvimento da agricultura em São Tomé e Príncipe (2000-2018), sua pertinência e seus efeitos no desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe. A presente dissertação estrutura-se em duas partes, na parte I compõe-se o enquadramento teórico focado nas intervenções do BAD através dos projectos, na Parte II apresenta-se o aparato metodológico onde através da pesquisa se mostra o resultado da observação dos dados sociodemográficos dos agricultores e comunidades agrícolas beneficiadas pelos projetos do BAD.

Palavras-chave: Investimentos agrícolas, Desenvolvimento agrícola, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Projectos Agrícolas, São Tomé e Príncipe (STP).

Abstract |

Agriculture plays a key role in the socioeconomic development of the islands of São Tomé and Príncipe and the need to make the rural sector's contribution to this process more effective becomes increasingly imperative. Despite its many assets (fertile soil, abundant rainfall, etc.), the agricultural sector still faces problems related to food insecurity and poverty. As a result, two thirds of the population are affected by poverty of which 71% are women. Among small farmers, 68% live below the poverty line with approximately (\$2/day) and 22% are affected by extreme poverty. However, agriculture remains at the center of development policies, and the improvement of land resources, as well as the construction of infrastructure to support the agricultural sector, are essential to optimize the use of cultivated areas, increase productivity, and allow needy men and women to have sufficient income to purchase other products, and to have access to basic social services. The African Development Bank (ADB), is one of São Tomé and Príncipe's partners and has been helping the country in development process since 1977 through actions that contribute to improving food security and reducing poverty. The ADB intervention in São Tomé and Príncipe has been guided by biweekly strategies, defined according to priorities. The main results expected by the ADB projects are among others, the sustainable increase in the production of artisanal fisheries and agriculture; and unlocking rural areas. In this sense, ADB investments contributed, in general, to the agricultural development of STP, however, the impact of the projects in increasing the income of farmers and their families should continue to be a natural consequence of a coherent and effective strategy in order to promote the agriculture in the country. Thus, it can be said that the projects implemented by the ADB in the agricultural communities meet their priority needs and the results were achieved, however, some of the proposed objectives to be achieved with these results were not fully observed by the beneficiaries once that for them to be achieved, the integration of other investments not associated with the ADB is necessary, as the investments of this financier do not guarantee by themselves to resolve all the difficulties encountered in the communities, having in strategic terms, the ADB projects aimed at promoting stability in the food supply (access to food and marketing markets). On the other hand, the fundamental presuppositions for the implementation of the project are political stability, the absence of military conflicts in the country, the active participation of the community in the operations and the good relationship between the organizations involved, considering that the greatest difficulty encountered in implementing the projects is centred on the external dependence to which São Tomé e Príncipe is subject. In this sense, this work aim to analyze the role of investments made by the African Development Bank (ADB) for the development of agriculture in São Tomé and Príncipe (2000-2018), their relevance and their effects on the socioeconomic development of São Tomé and Príncipe. This thesis is structured into two parts, part I comprises the theoretical frameworks focused on ADB interventions' through the projects, part II is presented the methodological instruments where across the research, the results of the observation of farmer sociodemographic data are shown as well as the social elements of the agricultural communities benefiting from projects.

Keywords: Agricultural investment, Agricultural development, African Development Bank (AfDB), Agricultural Projects, Agricultural Projects, São Tomé and Príncipe (STP).

Índice Geral	7
Índice Figuras	10
Índice Quadros	11
Índice Gráficos.....	12
Siglas e Abreviaturas.....	14
Capítulo 1 INTRODUÇÃO	16
1.1. Contextualização e Justificação do Tema	16
1.2. Motivação	19
1.3. Problema e Questões de Investigação	19
1.4. Objetivos	21
1.4.1. Objetivo Geral	21
1.4.2. Objetivos Específicos	22
1.5. Metodologia	22
1.6. Organização da Dissertação	23
Capítulo 2 REVISÃO DA LITERATURA.....	25
2.1. Cooperação Internacional.....	25
2.1.1. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID).....	26
2.1.2. Cooperação Bilateral e Multilateral	28
2.1.3. Financiamento da Cooperação	30
2.1.4. Doadores Multilaterais de São Tomé e Príncipe.....	35
2.1.4.1. <i>Envolvimento do Grupo Banco Mundial</i>	35
2.1.4.2. <i>Envolvimento do Comissão Europeia (CE)</i>	36
2.1.4.3. <i>Envolvimento do PNUD</i>	37
2.1.4.4. <i>Envolvimento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)</i>	38
2.2. Desenvolvimento	38
2.2.1. Medidas de Desenvolvimento (IDH IDG).....	39
2.2.2. ODM para os Objetivos do DS	42
2.2.3. Desenvolvimento Rural e Agrícola.....	45
2.2.4. Investimentos em Projetos Rurais e Agrícolas	46
2.2.5. Estudos sobre Desenvolvimento Rural e Agrícola em África e em STP.....	46

2.3. Projetos de Desenvolvimento Rural e Agrícola Financiados pelo BAD.....	52
2.4. Caracterização Sumária do Sector Agrícola em STP.....	54
Capítulo 3 METODOLOGIA	58
3.1. Definição do Problema e dos Objetivos.....	58
3.2. Abordagens de Investigação	59
3.3. Estudo Empírico	60
3.4. Instrumentos de Recolha de Informação.....	62
3.4.1. Observação Participativa	62
3.4.2. Guião da Entrevista.....	64
3.4.3. Questionário	67
3.5. Área de Estudo e Amostra.....	69
3.6. Análise e Tratamento da Informação.....	71
Capítulo 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	73
4.1. Projetos Financiados pelo BAD em STP e Respetivos Resultados	73
4.1.1. Projetos Financiados pelo BAD	73
4.1.2. Projetos do BAD no Sector Agrícola entre 2000 e 2018.....	76
4.2. Análise de Conteúdo das Entrevistas.....	82
4.2.1. Caracterização dos Entrevistados	82
4.2.2. Papel dos Investimentos do BAD no Desenvolvimento da Agricultura.....	83
4.3. Análise Descritiva dos Dados do Questionário.....	99
4.3.1. Caracterização da Amostra.....	100
4.3.2. Caracterização Geral do Agregado Familiar.....	102
4.3.3. Intervenções: Benefício por Ação	105
4.3.4. Efeitos dos Investimentos do BAD no Desenvolvimento Social e Económico das Comunidades	108
4.3.5. Dificuldades e Melhorias para Progredir nos Resultados dos Projetos	111
4.4. Discussão dos Resultados	112
4.4.1. Relação da Ocupação com as Diferentes Dimensões Analisadas	112
4.4.2. Relação do Género com as Diferentes Dimensões Analisadas	115
4.4.3. Relação da Idade com as Diferentes Dimensões Analisadas	116
4.4.4. Relação do Rendimento com as Diferentes Dimensões Analisadas	118
4.5. Reflexão sobre a Melhoria do Desenvolvimento Agrícola em STP.....	121
Capítulo 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127

5.1. Principais Conclusões	127
5.2. Limitações do Estudo	130
5.3. Sugestões de Investigação Futura	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
Anexos 	139
Anexo I GUIÃO DA ENTREVISTA	140
Anexo II QUESTIONÁRIO APLICADO.....	149

Figura 1. Cooperação para o Desenvolvimento de Provedores Governamentais fora do CAD e outros Fluxos de Recursos para os Países em Desenvolvimento	33
Figura 2. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio	42
Figura 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	44
Figura 4. Evolução do ÍPTF Agrícola e Variação de Eficiência Técnica (1980-2010) em Angola	47
Figura 5. Evolução do ÍPTF Agrícola e Variação de Eficiência Técnica (1981-2013) em Cabo Verde	48
Figura 6. Evolução do ÍPTF Agrícola e Variação de Eficiência Técnica (1980-2010) em Guiné-Bissau	49
Figura 7. Evolução do ÍPTF Agrícola e Variação de Eficiência Técnica (1980-2010) em Moçambique	50
Figura 8. Evolução do ÍPTF Agrícola e Variação de Eficiência Técnica (1981-2013) em São Tomé e Príncipe	51

Quadro 1. FAD – Alocações por Países (UC)	53
Quadro 2. Montantes Aprovados pelo FAD, por Anos (milhões de USD\$).....	53
Quadro 3. Comparação da Investigação Qualitativa e Quantitativa.....	61
Quadro 4. Amostra das Comunidades Usadas na Realização dos Questionários	70
Quadro 5. Designação e Montantes de Projectos Financiados pelo BAD no Sector Agrícola em STP.....	74
Quadro 6. Caracterização dos Entrevistados	83
Quadro 7. Valoração dos Benefícios do PRIASA, PADE e NTCF	87
Quadro 8. Valoração das Dificuldades na Execução dos PRIASA, PADE e NTCF	90
Quadro 9. Caracterização Sociodemográfica da Amostra	100
Quadro 10. Benefícios	106
Quadro 11. Atividades Importantes para o Desenvolvimento Económico e Social.....	107
Quadro 12. Avaliação dos Projetos da BAD.....	108
Quadro 13. Melhorias para o Desenvolvimento Económico e Social.....	109
Quadro 14. Intervalo do Valor da Renda Familiar Mensal Antes e Depois do Projeto.....	110
Quadro 15. Acesso as Novas Tecnologias para a Comunidade	110
Quadro 16. Dificuldades Encontradas na Implementação dos Projectos	111
Quadro 17. Melhorias para Fazer Progredir os Resultados dos Projetos do BAD nas Comunidades	112
Quadro 18. Relação da Ocupação com as Diferentes Dimensões Analisadas	114
Quadro 19. Relação do Género com as Diferentes Dimensões Analisadas.....	116
Quadro 20. Relação da Idade com as Diferentes Dimensões Analisadas.....	117
Quadro 21. Indicadores de Qualidade do Ajustamento.....	119
Quadro 22. Resultados do Modelo de Regressão linear Múltipla	121

Gráfico 1. Valoração da Intervenção Global dos Projetos PRIASA, PADE e NTCF no Cumprimento dos Objetivos	84
Gráfico 2. Valoração do Cumprimentos dos Objectivos do Projecto PRIASA	85
Gráfico 3. Valoração do Cumprimentos dos Objectivos do PADE.....	86
Gráfico 4. Valorização do Cumprimentos dos Objectivos do NTCF	87
Gráfico 5. Valoração dos Resultados do PRIASA em Relação aos Objetivos.....	90
Gráfico 6. Valoração dos Resultados do PADE em Relação aos Objetivos	91
Gráfico 7. Valoração dos Resultados do NTCF em Relação aos Objetivos	92
Gráfico 8. Valoração do Contributo das Atividades e Entidades para os Resultados do PRIASA	93
Gráfico 9. Valoração do Contributo das Atividades e Entidades nos Resultados do PADE	94
Gráfico 10. Valoração do Contributo das Atividades e Entidades nos Resultados do NTCF	94
Gráfico 11. Valoração dos Investimentos do PRIASA no Desenvolvimento Agrícola das Comunidades e Agregados Familiares	97
Gráfico 12. Valoração dos Investimentos do PADE no Desenvolvimento Agrícola das Comunidades e Agregados Familiares	97
Gráfico 13. Valoração dos Investimentos do NTCF para o Desenvolvimento Agrícola das Comunidades e Agregados Familiares	98
Gráfico 14. Valoração das Melhorias no Progresso dos Resultados da Implementação dos Projetos do BAD	99
Gráfico 15. Distribuição dos Entrevistados por Classes de Idade	100
Gráfico 16. Caracterização da Amostra por Estado Civil	101
Gráfico 17. Distribuição dos Entrevistados por Níveis de Escolaridade	101
Gráfico 18. Caracterização da Amostra por Distrito	102
Gráfico 19. Caracterização da Amostra por Distrito	102
Gráfico 20. Dimensão do Agregado Familiar	103
Gráfico 21. Integração do Agregado Familiar	103
Gráfico 22. Ocupação do Agregado Familiar	104

Gráfico 23. Amostra do Sector de Trabalho do Agregado Familiar	104
Gráfico 24. Amostra do Outros Sectores de Trabalho do Agregado Familiar.....	105
Gráfico 25. Benefícios dos Projetos do BAD.....	105

Siglas e Abreviaturas

- AFC**- Agência Francesa de Cooperação
- APD**- Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- BAD** - Banco Africano de Desenvolvimento
- CATAP** - Centro de Desenvolvimento Agrícola
- CAD**- Comité de Assistência ao Desenvolvimento
- CIAT**- Centro de Pesquisa Agronômica e Tecnológica
- CTI** - Cooperação Técnica Internacional
- CID**- Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- CPLP** - Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
- DGA** - Direção Geral do Ambiente
- DP** - Direção das Pescas
- DSP** -Document de stratégie-pays
- FAD**- Fundo Africano de Desenvolvimento
- FEM** - Fonds pour l'environnement mondial
- FENAPA**- Federação Nacional do Pequenos Agricultores
- FIDA** - Fundo de Investimento a Desenvolvimento Agrário
- GIME**- Grupo de interesse em manutenção de estradas
- INAE**- Instituto Nacional de Estradas
- INE**- Instituto Nacional de Estatística
- IPAD**- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
- IPTF** - Índice de Produtividade Total de Fatores
- MADR** - Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural
- MARAPA** - Mar, Meio Ambiente e Pesca Artesanal
- NTCF** - Estudo para o desenvolvimento da estratégia de irrigação de STP
- OCDE**- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
- UNESCO**- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- ONG**- Organizações Não Governamental
- ONU** - Organização das Nações Unidas

PRIASA - Projeto de Apoio a Reabilitação/construção de Infraestruturas

PADE- Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Pecuária

PALOP- Países Língua Oficial Portuguesa

PTF- Produtividade Total de Fatores

PNUD- Programa nas Nações Unidas para o Desenvolvimento

STP – São Tomé e Príncipe

UE – União Europeia

O presente capítulo, de introdução, contém a contextualização e justificação do tema, a motivação para a sua escolha, o problema em estudo e a questão de investigação subjacente, a formulação dos objetivos, geral e específicos, a metodologia seguida referida de modo sumário, e a organização da dissertação.

1.1. Contextualização e Justificação do Tema

São Tomé e Príncipe (STP) é um país em vias de desenvolvimento com a economia baseada essencialmente na agricultura, pesca e turismo. Situado no Golfo da Guiné, sobre o Equador, a aproximadamente 220 quilómetros da costa ocidental africana, é o penúltimo menor estado em termos de espaço geográfico da Africa, e conta com cerca de 194 000 habitantes maioritariamente jovens. É de origem vulcânica e possui uma superfície de 1001km². É constituído por duas ilhas e vários ilhéus (INE, 2019).

De acordo com Bonfim (2013) o país é caracterizado por um débil desempenho do sector produtivo e baixo nível de exportação e grande défice externo, tem sido sempre financiado principalmente pelos investimentos diretos estrangeiros. Trata-se de uma economia estruturada a favor de prestação de serviços. “O sector secundário participa com cerca de 20% do PIB, mais ou menos a agricultura, pesca e florestas contribuem com 19%, e os serviços constituem cerca de 61%, turismo principalmente” (Bonfim, 2013,p.5).

Para Silva (2014, p.81), “o problema da fome, desnutrição infantil e situação de pobreza (vulnerabilidade alimentar), em STP, que atinge uma parcela considerável da população, é preocupante, complexo e resultado de vários factores parciais”. A situação manifesta-se de forma mais perceptível nas zonas rurais, como é o caso do distrito de Caué, Lembá e Lobata, onde mais de 50 % da população está abaixo da linha de pobreza, definida como 24 000 STD (0,98 euros) por dia, neste sentido, a

agricultura, absorvendo cerca de 30% da população ativa onde é a sua principal fonte de renda e emprego e, contribuindo para garantir a segurança alimentar das populações e a exportação (sobretudo de cacau), seja um sector estratégico para a economia e o principal centro das políticas de desenvolvimento de STP (Silva,2014).

Para Bonfim (2014,p.4) “a importância da agricultura é evidente não só, pela contribuição para o PIB (22%), como por ser a fonte de subsistência da maioria da população e por ser nas zonas rurais que se concentra a grande percentagem da população pobre”.

Também Pinto (2015) realça este panorama, sustentando ter São Tomé e Príncipe ótimos recursos naturais para o desenvolvimento dos sectores da agricultura e pescas, ainda que perseverem desequilíbrios da balança comercial e grande dependência da importação de muitos produtos alimentares.

Esses desequilíbrios advêm de diversos constrangimentos que de acordo com (Pinto,2015,p.5):

“Os principais constrangimentos para o desenvolvimento destes sectores são as limitações de natureza diversa (na capacidade de acesso a insumos produtivos, incluindo tecnologia adaptada, na capacidade técnica e fraca profissionalização dos operadores -agricultores, pescadores, transformadores, comerciantes-, do mercado interno e ausência de capacidade instalada de armazenamento, conservação e abastecimento regular dos mercados e, de transformação agroalimentar para diversificação e agregação de valor à produção) e debilidades institucionais (capacitação, profissionalização, investigação e extensão rural e pesqueira), legislativas e regulamentares (certificação e controlo de qualidade visando a exploração de mercados externos) e, dos sistemas de monitoria da produção (agrícola e pesqueira), mercados e preços”

Neste sentido, existem diversas organizações, sobretudo não-governamentais (ONG) ou Instituições (parceiros) internacionais que financiam e implementam projetos de desenvolvimento agrícola em STP no sentido de ajudar o estado a compensar a ausência de financiamentos próprios para desenvolver as inúmeras ações de apoio a este sector. Para Dufumier (2010,p.41) “um projeto de desenvolvimento agrícola

sempre se apresenta como um conjunto mais ou menos coerente de intervenções destinadas a reorientar a evolução da agricultura de um país ou de uma região, em conformidade com os objetivos de interesse coletivo”.

A intervenção do BAD, através de seus projectos, procurou responder a vários constrangimentos com que STP se depara nas zonas rurais, designadamente, reabilitando sistemas de rega, capacitando os agentes produtivos locais, reforçando capacidades do Estado em diferentes domínios e melhorando condições de transformação, conservação e comercialização.

Assim, em abril de 2014, o BAD organizou uma missão para identificar uma nova operação agrícola para suprir o seu oleoduto, na perspetiva do FAD XIII para o período 2014-2016. Nesta ocasião, a missão reuniu com os principais atores do setor agrícola, revisou o contexto da intervenção estratégica, coletou dados importantes do setor e, identificou os principais interessados e as operações no setor. Desta missão, contactou-se ser essencial otimizar o uso de áreas cultivadas, aumentar a produtividade, agregar valor à produção e também permitir que as famílias tenham renda monetária suficiente, dados os recursos limitados existentes, incluído a terra. Nesta óptica, reforçou-se também a ideia de que os diversos parceiros do Governo no país, poderiam contribuir para a redução significativa das importações e, na estruturação dos sectores que agregam valor à produção local, tudo isto enquadrado numa estratégia nacional de proteção, incentivo e valorização da produção local.

Pelo facto das intervenções do BAD terem vindo a provocar o surgimento de uma nova dinâmica na produção agrícola, considerou-se pertinente e relevante averiguar o real impacto dos investimentos realizados nas zonas rurais a vários níveis, incluindo no desempenho das actividades agrícolas, bem como, comparar os resultados alcançados em relação aos objetivos preconizados, sendo este o propósito da presente pesquisa.

O estudo do tema do papel dos investimentos do BAD no desenvolvimento da agricultura em STP justifica-se por duas ordens de razões. Por um lado, fazer uma análise dos efeitos do investimento deste parceiro multilateral (BAD) no País, permite conhecer a real pertinência destes investimentos em STP no colmatar das principais

debilidades e limitações previamente identificadas. Por outro, possibilita analisar o desempenho das actividades, bem como os resultados alcançados em relação aos objetivos preconizados e, conseqüentemente, ajuda na decisão quanto aos ajustamentos a fazer para alcançar esses objetivos e, também, na definição de melhores estratégias de intervenção para o desenvolvimento do sector agrícola.

1.2. Motivação

Os motivos para a escolha da temática em estudo como objeto de estudo no âmbito de uma dissertação de mestrado em economia e gestão aplicadas, são distintos, uns de natureza pessoal e outros, de índole profissional. A este último nível, o facto da agricultura ser a área de atuação profissional e o entendimento subjacente de que o estudo poderia proporcionar uma visão mais abrangente do impacto dos investimentos estrangeiros nas comunidades agrícolas que permitirão, acionar mecanismos para melhorar a qualidade de vida e, a integração social e económica das populações do meio rural, bem como, apresentar propostas que visem integrar o grupo alvo nos programas, nos projetos e políticas públicas a favor do desenvolvimento rural em STP. Tudo isto porque a agricultura continua e continuará, a médio prazo, a ser o principal centro das políticas de desenvolvimento de STP e fonte de renda e emprego para as mulheres e para os homens do país.

Ao nível pessoal, pela possibilidade de concluir o curso de mestrado e obter o grau de mestre. Além disso, também o aprofundar de conhecimentos em relação à avaliação de projectos agrícolas e seus impactos na vida socioeconómica dos agricultores, e a melhoria de competências (pessoais e profissionais) relacionadas à estruturação do projeto de investigação e a todas as etapas do seu desenvolvimento.

1.3. Problema e Questões de Investigação

Para Dufumier (2010), embora as iniciativas de projetos de desenvolvimento agrícola, devam caber ao Estado ou às “organizações locais” (camaras, conselhos municipais), em nome do interesse coletivo, não é raro ver agentes financiadores

externos e agências de cooperação internacional a conceberem e promoverem tais projetos em função de princípios que lhes são próprios e nem sempre ajudam os estados a compensar a ausência de financiamentos próprios para desenvolver as inúmeras ações que necessitam. Para este autor, há bastante tempo que os projetos de desenvolvimento se tornaram objeto de severas críticas nos países do terceiro mundo”. Uma fração considerável da opinião pública estima que os esforços despendidos nesse domínio têm sido em vão, muitas vezes com resultados negativos sobre o crescimento económico e o ambiente ecológico das populações.

Os projetos de desenvolvimento agrícolas traduzem-se por uma multiplicidade de intervenções, tornando necessário verificar se estes estão sendo implementando de forma coordenada e permitem chegar aos objetivos requeridos, conhecendo os seus impactos perceptíveis. Neste contexto, os produtores e suas famílias constituem, evidentemente, a categoria, social mais importante, sendo igualmente importante compreender se os investimentos atribuídos pelas entidades internacionais contribuem para uma mudança ou uma evolução das rendas agrícolas, na ampliação do mercado interno dos produtos, bem como sua interligação com outros setores da economia (industrial, serviços, entre outros).

Nesta perspectiva, embora alguns dos resultados alcançados pelos projetos de intervenção dos principais parceiros (BAD, UE, FIDA, AFD, BM) em STP, sejam conhecidos e alguns estejam mesmo concluídos, importa analisar em detalhe alguns dos seus efeitos e impactos e perceber se tem permitido superar os desafios existentes no país em termos de desenvolvimento da agricultura e pescas, bem como suportar a definição das prioridades estratégicas destes sectores.

Do ponto de vista estrutural, os principais problemas ligados ao desenvolvimento agrícola no país centram-se ao nível da dimensão da estabilidade alimentar (nomeadamente das dificuldades em termos da disponibilidade alimentar regular e acesso aos alimentos, pelo reduzido poder de compra e volatilidade dos preços dos produtos), acessos a mercados tecnologias de produção, rega e transformação e, melhoria, das condições de acesso aos serviços básicos, das condições de vida os agricultores (renda, saneamento, educação) e, do êxodo rural. O problema de

investigação que se coloca é o de saber se os investimentos do BAD (2000-20018) na agricultura em STP contribuíram para o desenvolvimento socioeconómico dos agricultores das zonas beneficiárias, se os resultados alcançados correspondem aos objectivos preconizados e, ainda, se foram pertinentes e importantes em termos do desenvolvimento agrícola de STP.

Assim sendo, as questões de investigação subjacentes a este problema são as seguintes:

Q1 - Os investimentos do BAD (2000-20018) na agricultura em São Tomé e Príncipe contribuíram para o desenvolvimento socioeconómico dos agricultores das zonas beneficiárias?

Q2 - Os resultados dos investimentos do BAD (2000-20018) na agricultura em São Tomé e Príncipe correspondem aos objetivos preconizados para as zonas beneficiárias?

Q3 - Os investimentos do BAD (2000-20018) na agricultura em São Tomé e Príncipe contribuíram, em termos gerais, para o desenvolvimento agrícola de STP?

1.4. Objetivos

Os objetivos, formulados para dar resposta à questão de investigação e obter uma solução para o problema identificado, incluíram um objetivo geral e cinco objetivos específicos.

1.4.1. Objetivo Geral

O objetivo geral foi o de analisar o papel dos investimentos do BAD, através de projetos agrícolas, na vida social e económica dos agricultores das zonas beneficiadas, nos resultados alcançados em relação aos objetivos preconizados e, na sua pertinência e importância para o desenvolvimento agrícola de São Tomé e Príncipe.

1.4.2. Objetivos Específicos

De modo a contribuir para o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos, em obediência a temática em análise em combinação com os recursos disponíveis para realizar o estudo:

- Identificar os principais projetos financiados pelo BAD em STP e os resultados alcançados, comparando-os com os objetivos preconizados.
- Caracterizar as comunidades agrícolas estudadas em termos socioeconómicos, na situação antes e depois das intervenções do BAD.
- Conhecer a perceção das comunidades agrícolas sobre os efeitos dos investimentos do BAD no seu desenvolvimento (vida social e económica).
- Saber a perceção de atores locais sobre o impacto e pertinência dos investimentos do BAD no desenvolvimento rural e agrícola.
- Descrever o papel dos investimentos: na melhoria da mobilidade dos beneficiários, na receita dos agricultores e no êxodo rural, no melhoramento genético das raças locais, no melhoramento a produtividade da pecuária, no fortalecimento da capacidade das instituições públicas e privadas e comunitárias no subsetor pecuário, na melhoria da cobertura sanitária da pecuária, e no desenvolvimento da estratégia de irrigação de São Tomé e Príncipe (STP)
- Fazer recomendações para melhorar os efeitos dos investimentos do BAD no desenvolvimento agrícola em STP.

1.5. Metodologia

Com vista a atingir os objetivos traçados, a investigação foi desenhada como descritiva quanto aos objetivos, mista (quantitativa e qualitativa) quanto à abordagem e, documental, bibliográfica e de campo quanto aos procedimentos.

Desenvolveu-se em duas etapas. A primeira, de pesquisa exploratória, englobou a consulta, exame e análise de várias fontes de informação secundária,

nomeadamente, estatísticas, jornais e publicações oficiais, manuais académicos, dissertações e teses, diversos relatórios incluindo os dos projetos do BAD, livros, artigos científicos e, outros documentos e sites na internet, de modo a contextualizar o tema, apresentando o referencial teórico necessário ao entendimento da cooperação e do seu financiamento, do desenvolvimento rural e agrícolas e projetos associados e, em particular, dos projetos agrícolas do BAD (PADE, PRIASA, Estudo de Irrigação, entre outros pertinentes, fazendo a revisão da literatura correspondente; e B) a segunda fase, de pesquisa conclusivo-descritiva, foi suportada no Método de Diagnóstico Rural Participativo com recolha de informação primária através de atividade sistemática e semiestruturada requerendo a participação da comunidade, num processo dinâmico de realização de entrevistas a distintos atores relacionados ao processo de operacionalização dos projetos do BAD em STP e/ou com responsabilidade em organizações e comunidades beneficiárias. Utilizou-se também a aplicação de um questionário pelo método de comunicação, a uma amostra por conveniência (não probabilística) de agricultores das comunidades beneficiárias dos projetos, para posterior análise estatística descritiva e multivariada. O questionário abarcou além dos aspetos socioeconómicos e demográficos do agregado (idade, sexo, formação), o seu perfil agrícola (culturas, ocupação da terra, organização, mercado) e a opinião/perceção dos efeitos dos projetos do BAD no desenvolvimento das comunidades.

1.6. Organização da Dissertação

A dissertação foi organizada em capítulos e subcapítulos, na forma e sequência seguintes:

No capítulo 1 fez-se a contextualização e justificação do tema, referiu-se a motivação que lhe esteve subjacente, identificou-se o problema e a questão de investigação, definiram-se os objetivos de investigação e expôs-se a metodologia seguida e a organização da dissertação.

O Capítulo **2** corresponde à revisão da literatura feita através de relatórios, artigos científicos, estudos e outras publicações consideradas relevantes sobre a temática da cooperação, desenvolvimento rural e agrícola e investimentos em projetos, em particular os do BAD em África e em STP, caracterizando esses projetos e revendo os estudos relacionados. No final do capítulo é ainda apresentada uma caracterização sumária da agricultura de STP.

O Capítulo **3** apresenta a metodologia escolhida para a condução da investigação, com a indicação dos instrumentos e ferramentas usadas na recolha e o tratamento e análise dos dados.

No Capítulo **4** são apresentados e discutidos os resultados obtidos, após análise e interpretação da informação recolhida e dos dados obtidos para o efeito, caracterizando-se os projetos financiados pelo BAD em STP e percebendo os seus efeitos e impactos principais.

No Capítulo **5** são feitas as considerações finais que incluem as conclusões e recomendações de pesquisa futura, as principais dificuldades encontradas e as limitações da investigação realizada.

O presente capítulo, que se encontra dividido em três componentes, retrata a revisão da literatura de documentos e da bibliografia considerada relevante na abordagem do tema pesquisado. A primeira componente incide sobre a definição e tipologias de cooperação internacional, do financiamento da cooperação e da cooperação realizada no âmbito do BAD. Na segunda revêem-se os conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimento rural e agrícola e das tipologias de modelos de desenvolvimento encontrados na literatura. A terceira e última lista e sumariza os principais projetos de desenvolvimento rural e agrícola do BAD e os estudos realizados no seu âmbito.

2.1. Cooperação Internacional

A cooperação internacional engloba todas as atividades desenvolvidas no quadro da denominada cooperação multilateral, isto é, no âmbito das relações com múltiplas organizações internacionais atuantes no domínio da educação e da ciência, como o Conselho da Europa, a OCDE, a OEI, a ONU e a UNESCO, bem como no quadro da cooperação bilateral estabelecida com os outros países (Secretaria Geral da Educação e Ciência-SGEC, 2020).

Para Casado (2017), historicamente, a cooperação funciona como forma de colmatar as necessidades de indivíduos que, sozinhos, não possuem condições de resolver determinado problema, em câmbio de resolução mútua de celeumas diversas, ou então para aperfeiçoar a convivência, com soluções que visam a inclusão e o bem-estar social.

Segundo (Sato, 2010, p.46):

“Cooperação internacional significa governos e instituições desenvolvendo padrões comuns e formulando programas que levam em consideração benefícios e também problemas que, potencialmente, podem ser estendidos para mais de uma sociedade e até mesmo para toda a comunidade internacional. Significa, portanto, não somente ajuda mútua entre governos e

instituições pertencentes a diferentes países, mas sim um trabalho conjunto com um fim comum”.

De acordo com Imperial (2006, p.10) “a cooperação técnica internacional (CTI) deve ser entendida como uma opção estratégica de parceria entre países, inspirada pelo espírito de solidariedade internacional, e com um impacto positivo nas populações e na melhoria dos seus níveis de vida”.

Para Di Ciommo (2014) alguns interpretam a cooperação internacional como uma conexão política e econômica, na qual os fluxos de ajuda para o desenvolvimento são somente um dos elementos. Entretanto,

“Como sabemos, as grandes iniciativas de cooperação técnica internacional (CTI) desenvolveram-se a partir do fim da II Guerra Mundial, sendo consensual, entre os países, que era necessário trabalhar a favor da paz e da estabilidade internacional, e com base na cooperação e solidariedade entre as nações. É com base nesses princípios, que têm vindo a desenvolver, diversas formas de cooperação” (Imperial, 2006, p.10).

2.1.1. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)

Segundo Souza (2014,p.11) “as origens da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) remontam a um mundo do pós-Guerra composto pelos países ocidentais capitalistas, os países do bloco comunista, e um conjunto de países que ficou conhecido como terceiro mundo”, em que muitos dos quais ainda se deparavam em uma conjuntura de descolonização e dependiam de assistência externa para sustentar suas economias e a construção de suas instituições nacionais.

De acordo com Sato (2010,p.46) “a disseminação da industrialização e da modernidade para todas as sociedades fez com que uma das dimensões marcantes nas relações internacionais desde a Segunda Guerra Mundial fosse a expansão e institucionalização da cooperação internacional”. Neste sentido,

“A partir dos anos 1960, os países-membros do Comité de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) – cujas origens remontam ao CID na forma do Plano

Marshall –, passaram a ser conhecidos como doadores tradicionais, conquanto os países do chamado terceiro mundo – ele mesmo um agrupamento altamente heterogêneo – eram identificados como recipiendários (Souza, 2014,p.11)”.

Assim, os governos, sejam eles expressivos ou não nos foros internacionais, passaram a integrar uma intrincada rede de instituições disseminadoras de padrões de conduta e procedimentos técnicos por diferentes sociedades, consolidando a cooperação como uma vertente de longo prazo da política externa dos países (Sato, 2010)

Segundo Milani, Suyama e Lopes (2013,p.5) “estados ao desenvolverem políticas de cooperação ou ajuda internacional (“foreign aid”), podendo variar desde a necessidade de formação de alianças, alinhamentos ideológicos, benefícios políticos, relevância estratégica e militar, busca de influência multilateral, abertura de mercados comerciais, valores humanitários, entre outros”. Para Sato (2010,p.46):

“Em última instância, a cooperação constitui-se no canal pelo qual uma nação mantém-se conectada com padrões econômicos e sociais predominantes e com as principais tendências em curso no plano da ciência e do conhecimento, bem como de suas aplicações e benefícios. O crescente avanço dos mecanismos de cooperação significa novas oportunidades e novos problemas que, por sua vez, passam a demandar a construção de sistemas de cooperação internacional mais coerentes e compatíveis entre si, seja em suas práticas, seja em suas instituições”.

Como afirmou (Lima, 2000, citado por Milani, Suyama & Lopes, 2013,p.5) “*em tempos de internacionalização avançada e de democratização, a política externa tende a produzir impactos distributivos no plano interno: distributivos porque envolvem recursos escassos, produzem impactos mais individuais do que universais e porque geram benefícios a certos grupos sociais ou regiões*”.

Segundo Ferreira, Faria e Cardoso (2015,p.17) “a cooperação para o desenvolvimento encontra-se atualmente num período de transformação acelerada e de transição evidente, através da complexificação do sistema e da proliferação de atores, da diversificação dos meios de financiamento, das alterações na governação

global da ajuda ao desenvolvimento e da interseção crescente com uma multiplicidade de áreas e setores”. De acordo com Milani, (2012,p.216):

“O cenário da cooperação é bastante mais complexo e multifacetado. Tornam-se cada vez mais porosas as fronteiras entre a solidariedade pública e privada. Países beneficiários passam também a definir suas agendas enquanto países doadores, tal como tem ocorrido no caso do Brasil, da África do Sul, da Índia, do México, da Turquia ou ainda da China”.

“Pode-se concluir que a cooperação técnica internacional, ou simplesmente cooperação internacional, não apenas sofreu grandes transformações ao longo do tempo, acompanhando as mudanças no cenário das relações internacionais, mas também se firmou como um componente essencial na política externa dos países” (Sato, 2010,p.53).

Alem disso, podemos afirmar que a cooperação permitiu a construção de um mundo de relações globalizadas, onde o conhecimento partilhado e a aplicação de normas e padrões comuns compatíveis entre si em muitas atividades técnicas desempenham um papel central.

2.1.2. Cooperação Bilateral e Multilateral

Mediante a evolução do entendimento de Cooperação Internacional e das suas próprias políticas a que se assistiu nos últimos séculos, “Identificam-se como “principais” tipos de Cooperação: a Cooperação bilateral, a Cooperação descentralizada e a Cooperação Multilateral” (Faria, 2011, p.9). De acordo com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD, 2005,p.50 e 51):

“A Cooperação bilateral é Cooperação em que os governos doadores canalizam os seus fundos de Ajuda directamente para os preceptores, sejam estes governos ou outras organizações, e a cooperação Multilateral e a cooperação em que os governos enviam os fundos de Ajuda para organizações multilaterais para que estas os utilizem no financiamento das suas próprias actividades”.

Neste sentido, para Faria (2011,p.10) "a Cooperação bilateral traduz-se portanto, numa forma de Cooperação em que todo e qualquer donatário encaminha os respectivos fluxos da APD directamente para os devidos receptores, neste caso as entidades estatais ou outro tipo de organizações relacionadas".

"A cooperação multilateral engloba todas as atividades desenvolvidas no quadro das relações com múltiplas organizações internacionais atuantes no domínio da educação e da ciência, como o Conselho da Europa, a OCDE, a OEI, a ONU e a UNESCO". (SGEC,2020).

Neste sentido, denominamos os acordos bilaterais como sendo são aqueles que beneficiam diretamente 2 países, por meio de uma negociação formal, em diversas áreas como: Direitos Humanos, Imigração e Comércio Internacional.

Por outro lado, os acordos multilaterais são realizados com o objetivo de beneficiar três ou mais países envolvidos em uma determinada negociação. Na prática, estes acordos são realizados com muita frequência no Comércio Internacional, principalmente com a criação de blocos econômicos. Contudo,

"A Cooperação multilateral é considerada mais eficaz do que a bilateral, pelo facto de deter capacidade suficiente, para resolver um amplo leque de problemas que façam parte não de um, mas de vários países. De igual forma, os fluxos (empréstimos e donativos concessionais) que esta canaliza e contempla são utilizados para a prática e desenvolvimento de actividades que impulsionem o progresso dos países em causa nas suas mais diversas vertentes (Faria, 2011, p.10) ".

Analisando a situação de cooperação na região africana a qual São Tomé e Príncipe se insere, "em termos geográficos, a Cooperação Portuguesa continua a privilegiar a sua acção na África subsariana e, em particular, nos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), representando mais de 70% do destino final da APD portuguesa desde 2006" (Oliveira & Mah, 2019, p.69).

"Especificamente na Política de Cooperação para o Desenvolvimento, é reconhecido por várias instituições internacionais e pelos próprios países

parceiros da cooperação (essencialmente PALOP e Timor-Leste) o grande esforço efetuado por Portugal nos últimos anos e os enormes progressos, nomeadamente em termos de racionalização e concentração sectorial da ajuda ao desenvolvimento, de planeamento estratégico, de aplicação dos princípios internacionais de eficácia da ajuda ou de organização de todo o sistema de cooperação” (Cardoso, Ferreira & Seabra, 2012, p.5)

São Tomé e Príncipe está extremamente dependente da ajuda, contudo em virtude de sua dimensão e insularidade, tem um número limitado de doadores. “Os parceiros internacionais como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e as agências das Nações Unidas reforçaram os seus mecanismos de coordenação a fim de promover a Declaração de Paris e a agenda de Busan no país” (Banco Mundial,2020). De acordo com esta fonte, a mesa redonda de doadores para fomentar o investimento privado, que teve lugar em Londres, em 2015, serviu para aumentar o diálogo entre as agências, sendo que,

“Portugal é o maior doador, no contexto dos países da OCDE. No entanto, os novos doadores têm tido um papel cada vez mais importante no desenvolvimento económico e social de S. Tomé e Príncipe, nomeadamente Taiwan (saúde, infra-estruturas, água, formação profissional e agricultura). Outros doadores bilaterais incluem a África do Sul (defesa e comércio), Angola (defesa, assuntos internos), Brasil (saúde, educação, agricultura, petróleo), Espanha (agricultura, administração pública, sociedade civil), EUA (saúde, forças armadas), França (agricultura, desenvolvimento rural, saneamento), Japão (ajuda alimentar, saúde, educação, infra-estruturas, ambiente) e Nigéria (petróleo, defesa, educação). Índia, Guiné Equatorial e Líbia são outros doadores bilaterais a referir. Os maiores doadores multilaterais são o Banco Mundial (AID) e a Comissão Europeia (CE), este último com o apoio às infra-estruturas de transportes. Outros doadores multilaterais incluem o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o PNUD (Afonso, Magalhães & Ribeiro, 2011, p.8)”.

2.1.3. Financiamento da Cooperação

A cooperação financeira envolve a doação de recursos financeiros para projetos de desenvolvimento por meio de donativos ou empréstimos em sobe diversas condições provenientes de organismos internacionais, bancos multilaterais e regionais, ou bancos e agências de desenvolvimento de países doadores (Agência Brasileira de Cooperação, 2017).

“O cenário do financiamento para o desenvolvimento se torna cada vez mais complexo e diversificado. Provedores de cooperação para o desenvolvimento, alguns deles considerados países em desenvolvimento, contribuem para essa mudança. Este engajamento não é novo e alguns deles fornecem há muitos anos cooperação para o desenvolvimento. A novidade está na crescente robustez desses atores, tanto em termos econômicos quanto políticos” (Di Ciommo, 2014,p.3).

De acordo com Cardoso, Ferreira e Seabra (2012,p.1) “a arquitetura mundial da ajuda ao desenvolvimento tem registado, ao longo da última década, uma complexificação crescente, com o alargamento exponencial do número de atores envolvidos na “ajuda não-pública” (através da participação crescente de ONG, fundações privadas e outras entidades)”.

“A actividade empresarial, a inovação e o investimento constituem importantes veículos de criação de emprego e de crescimento económico. Simultaneamente, ao sector privado reconhece-se o papel preponderante que poderá desempenhar através da alteração das suas práticas para padrões de consumo e de produção mais responsáveis e sustentáveis. Neste contexto, as Instituições de Financiamento para o Desenvolvimento (IFD), nacionais ou internacionais, são desenhadas para apoiar a actividade do sector privado em países em desenvolvimento. São, por tendência, maioritariamente detidas por governos e capitalizadas através de fundos de desenvolvimento nacionais ou internacionais ou beneficiam de garantias governamentais, o que aumenta a sua credibilidade, permitindo-lhes reunir quantias de capital consideráveis nos mercados internacionais e disponibilizar financiamento em termos muito competitivos” (Short et al, 2019, p.37).

Para além disso, segundo Cardoso, Ferreira e Seabra (2012,p.2) “a construção de uma nova geografia da ajuda internacional tem assentado, nos últimos anos, no reforço da cooperação entre países em desenvolvimento e na presença crescente de “novos” doadores (como a China, Índia, Brasil, Turquia, Singapura, Malásia, países e fundos árabes) ” Sendo esses eles próprios países em desenvolvimento, que oferecem fontes alternativas de apoio aos países parceiros, em boa parte desiludidos

com os resultados da ajuda dos chamados “doadores tradicionais (Cardoso, Ferreira, & Seabra, 2012).

“Há uma oportunidade para que mais recursos e conhecimentos sejam utilizados na promoção do desenvolvimento e erradicação da pobreza em escala global. As potências emergentes e os doadores menores podem cumprir um papel que complementa outros fluxos. É vital um maior diálogo e colaboração entre o CAD e outros provedores, para harmonizar diferentes perspectivas e contribuições (Di Ciommo, 2014,p.4)”.

Para Cardoso, Ferreira e Seabra (2012,p.3) “em suma, a contribuição dos doadores tende a ser cada vez mais avaliada não só através da ajuda ao desenvolvimento, mas também na forma como uma série de políticas, para além das políticas de cooperação, contribuem para o objetivo “desenvolvimento”.

De acordo com a ” (Short et al, 2019, p.37). “em 2015, a Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento reafirma o papel do sector privado como um importante parceiro e o potencial da APD como catalisadora de outros fluxos de investimento públicos e privados”

“Os dados disponíveis mostram que a cooperação para o desenvolvimento está crescendo, enquanto a AOD de doadores do CAD diminuiu em 2011 e 2012, embora tenha-se recuperado em 2013”. (Di Ciommo,2014,p.5).

A agenda da eficácia da ajuda, expressa nos cinco princípios acordados na Declaração de Paris (2005) e reforçados pela Agenda de Ação de Acra (2008) e pela Declaração de Parceria de Busan (2011) – princípios esses subscritos por Portugal – , tem contribuído para alterar substancialmente a forma de organizar e implementar as políticas de cooperação para o desenvolvimento, representando um grande desafio para os países doadores “tradicionais”. (Cardoso, Ferreira & Seabra, 2012).

“Estima-se que a cooperação para o desenvolvimento alcançou US\$ 16,8 bilhões em 2011, 10% da AOD global bruta (doadores do CAD e fora do CAD) – o maior percentual desde o ano 2000” (Di Ciommo,2014,p.4), (Figura 1).

Figura 1. Cooperação para o Desenvolvimento de Provedores Governamentais fora do CAD e outros Fluxos de Recursos para os Países em Desenvolvimento



Fonte: Di Ciommo,(2014)

“Os dados disponíveis sugerem que a China é o maior doador, com uma estimativa de US\$ 5,5 bilhões em 2011. A Arábia Saudita está em segundo lugar, com US\$ 5,2 bilhões. O Oriente Médio e a África são as duas regiões que mais recebem cooperação para o desenvolvimento de países fora do CAD, cada uma tendo recebido mais de US\$ 5 bilhões em 2011, e juntas representando 75% do fluxo total. Isso é impulsionado pelas grandes alocações da Arábia Saudita e China nessas regiões (Di Ciommo,2014,p.5)”.

De acordo com Di Ciommo (2014) na região da africa subsaariana, no qual se situa São Tomé e Príncipe, os dados qualitativas mostram que a China está focalizada nessa região, assim como o Brasil, este último alocando quase 23% dos fundos bilaterais para os países subsaarianos, bem como a Turquia que também aumentou notavelmente suas alocações para essa região.

“A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) ao São Tomé e Príncipe representa mais do dobro da média da África Subsaariana, sendo este um dos países menos avançados (PMA) que mais recebe em termos de APD per capita – uma média de

cerca de 223 USD/hab./ano, entre 1996 e 2009” (Afonso, Magalhães & Ribeiro, 2011,p.6).

“STP enfrenta desafios que são típicos de estados pequenos e insulares e que afetam a sua capacidade de lidar com choques e de ter um orçamento equilibrado. O número limitado de pessoas e trabalhadores no país impede muitas vezes uma produção eficiente de bens e serviços à escala necessária para satisfazer a procura dos mercados locais e de exportação. STP tem crescido impulsionado pela agricultura, pelo turismo, pelo investimento estrangeiro direto alimentado pelo petróleo, mas principalmente pelas despesas governamentais impulsionadas pela ajuda externa e empréstimos governamentais (Banco Mundial, 2020)”.

De acordo com (Banco de Portugal, 2011: 105-106 citado por Afonso, Magalhães e Ribeiro (2011) “a forte dependência da ajuda, aliada a um desfasamento entre os compromissos e os desembolsos, quer no que diz respeito a donativos quer a empréstimos concessionais para projectos, dificulta o alcançar dos objectivos definidos em termos de receitas, com reflexos na falta de divisas”.

“Neste sentido, foi assinado o Acordo de Cooperação Económica (ACE) em 2009 com o objectivo de reforçar a estabilidade macroeconómica e financeira de S. Tomé e Príncipe e de apoiar a intenção das autoridades santomenses de optarem por um regime cambial assente no euro como âncora fixa da dobra santomense. O Acordo contribuirá, ainda, para consolidar as relações bilaterais entre os dois países, potenciando o aumento das trocas comerciais e do investimento” (Afonso, Magalhães & Ribeiro, 2011,p.21).

“O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma taxa média de 4,5% entre 2010 e 2018, mas esse crescimento tem vindo a desacelerar desde 2014” (Banco Mundial, 2020).

“O crescimento económico foi ainda mais afetado em 2018 e 2019 pela escassez de combustível e de energia, pelos atrasos dos pagamentos do governo aos fornecedores locais e pelo afastamento do financiamento interno. Os choques negativos que começaram em 2018 continuaram a afetar o desempenho da economia em 2019. Estima-se que a taxa de crescimento real do PIB tenha diminuído para 2,4% em 2019, contra 2,7% em 2018. A agricultura e as pescas têm sido afetadas por choques climáticos, pragas agrícolas e pela escassez de combustível e de energia. Prevê-se que STP venha a sofrer uma grave crise económica como resultado da queda no turismo devido à pandemia da COVID-19 (Banco Mundial, 2020)”.

Segundo Di Ciommo (2014,p.9) “as críticas aos provedores destacam práticas como ajuda atada, padrões inadequados de práticas trabalhistas e ambientais e empréstimos que agravam excessivamente o endividamento”.

2.1.4. Doadores Multilaterais de São Tomé e Príncipe

Os doares multilaterais de São Tomé e Príncipe são o Banco Mundial (AID), a Comissão Europeia (CE) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Seguidamente expõe-se o envolvimento de cada um destes doadores.

2.1.4.1. *Envolvimento do Grupo Banco Mundial*

Segundo o Banco Mundial (2020) a” Estratégia de Parceria com o País (CPS) do Grupo Banco Mundial para São Tomé e Príncipe cobre o período do AF2014 - AF2020 e está alinhado com a segunda Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP-II) do país”.

“A estratégia tem dois pilares de compromisso: apoiar a estabilidade macroeconómica e a competitividade nacional, e a redução da vulnerabilidade e reforço das capacidades humanas. O portfólio atual, financiado pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), conta com cinco projetos, com um compromisso líquido total de USD\$80 milhões, dos quais cerca de 28% já foram desembolsados. Existem também fundos fiduciários ativos que financiam atividades para melhorar a eficiência do sector energético, do sector financeiro, do sistema de proteção social, do clima empresarial, da transparência das indústrias extrativas (EITI) e da adaptação às alterações climáticas (Banco Mundial, 2020)”

De acordo com o Banco Mundial (2020) “com o intuito de Aumentar o acesso fiável à eletricidade o banco mundial através de um financiamento de US\$16 milhões da AID, criou um projecto para este sector com objetivo de aumentar a geração de energia renovável e melhorar a fiabilidade do fornecimento de eletricidade”.

Além do projecto de electricidade, o Banco mundial também financia projectos de luta contra as alterações climáticas em comunidades pesqueiras. De acordo com o Banco Mundial (2020) “desde a conclusão das obras de construção, as famílias que costumavam ser afetadas por inundações durante chuvas fortes ou tempestades disseram que as suas casas e propriedades, estão agora protegidas, que as inundações têm menos impactos”.

2.1.4.2. *Envolvimento do Comissão Europeia (CE)*

A União Europeia (UE) é o maior Bloco Económico mundial composto atualmente por 27 países. Segundo o programa de financiamento da UE, a maioria dos projetos financiados são em colaboração com organizações de diferentes países da UE ou países associados. De acordo com o Programas de financiamento da UE “existem dois tipos de financiamento: direto e indireto. O financiamento direto é gerido pelas instituições europeias e pode assumir duas formas: subvenções ou contratos. Os financiamentos indiretos são geridos pelas autoridades nacionais e regionais”.

A União Europeia, financia diversos projectos de desenvolvimento sustentado em São Tomé e Príncipe.

“Em dezembro de 2015 o país assinou com a UE um programa de apoio orçamental denominado “Contrato de Reforma Setorial Agua e Saneamento” cujo objetivo é “melhorar o acesso e qualidade da saúde, abastecimento de água e saneamento básico, bem como incentivar as reformas pertinentes no sistema de gestão das finanças públicas”. O montante global deste programa está estimado em 24,3 milhões de euros e até ao momento a União Europeia já desbloqueou 13 milhões de euros” (Petinga, 2020).

“O Programa Indicativo Nacional, que liga São Tomé e Príncipe e a União Europeia, foi assinado em Adis Abeba-Etiópia, à margem da cimeira da União Africana e, envolve 35 milhões de euros, para serem investidos em São Tomé e Príncipe durante 2 anos, ou seja, de 2019 a 2020” (Veiga, 2019).

“A União Europeia disponibiliza ainda um milhão de euros para facilitar a concessão de um empréstimo com condições preferenciais pelo Banco Europeu de Investimento, cinco milhões para o desenvolvimento da produção

agrícola para exportação, além de outros 2,55 milhões de euros em apoio à estratégia nacional de luta contra todas as formas de violência contra as mulheres” (Petinga,2020).

De acordo com Veiga (2019):

“Construção e reabilitação de estradas e pistas rurais, garantia da segurança alimentar através de apoio a projectos agrícolas, financiamento das principais fileiras de exportação (cacau, café e pimenta), e o sector da energia fazem parte das acções que a União Europeia tem executado em São Tomé e Príncipe. Mais 6,75 milhões de euros foram atribuídos a São Tomé e Príncipe, para dinamizar as culturas de exportação nomeadamente o cacau, café e pimenta. Outros investimentos estão a ser feitos na requalificação do porto de São Tomé, e nas infra-estruturas rodoviárias”.

2.1.4.3. *Envolvimento do PNUD*

“O PNUD é uma rede global de desenvolvimento do Sistema das Nações Unidas. Defende a mudança e conduz os países ao conhecimento, experiências e recursos, de que necessitam as populações para melhorarem as suas vidas” (PNUD,2020).

De acordo com PNUD (2020) a Instituição esta presente em 177 países e territórios, e visa ajudar os governos e as populações a identificarem as suas próprias soluções aos desafios nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Segundo o PNUD (2020),”a mesma estabeleceu-se em São Tomé e Príncipe logo após o país ter conquistado a sua independência e tem estado a acompanhar os esforços do mesmo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O trabalho articula-se à volta de um conjunto reorganizado de resultados”.

“Assim, estes são chamados a refletir as prioridades e as necessidades de cada país e cada região a que São Tomé e Príncipe pertence e favorecer as mudanças em matéria de desenvolvimento. É neste sentido, que o PNUD acompanha os esforços de São Tomé e Príncipe para o cumprimento da Agenda de Transformação do País – 2030, em articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o mesmo período”. (PNUD,2020).

Desde a entrada em vigor da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em janeiro de 2016, o PNUD São Tomé e Príncipe vem desenvolvendo sua cooperação em torno de quatro áreas-chave ou eixos, conforme seu Programa de País para o ciclo 2017-2021 (PNUD, 2020).

De acordo com (PNUD,2020) “a pobreza é um fenómeno multidimensional e atinge um grande número de mulheres, sobretudo as jovens raparigas e rapazes no meio rural”. Com a preocupação de combater a pobreza, o PNUD comprometeu-se em acompanhar as autoridades na elaboração e na implementação de programas que visam lutar contra esse flagelo”.

2.1.4.4. *Envolvimento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)*

“O BAD classifica STP na categoria de “estados frágeis” desde 2010, principalmente por causa da pobreza crônica, vulnerabilidade a choques externos, capacidade estatal fraca e oferta insuficiente de serviços sociais básicos para a população”. (BAD,2012).

“A Estratégia por País (DSP) de 2012-2016 do BAD, proposta para São Tomé e Príncipe (STP), segue seu DSP provisório de 2010-2011, que tinha dois pilares: “Fortalecendo as capacidades da administração pública” e “Apoio à segurança alimentar”. O DSP provisório foi precedido pelo DSP 2005-2009, que também foi articulado em torno de dois pilares: "Reduzir a pobreza nas áreas rurais, diversificando a base de produção e melhorando o acesso à infraestrutura básica" e "Promoção da governança na gestão das finanças públicas, por meio da governança política e econômica, a viabilidade do quadro macroeconômico e financeiro e a implementação efetiva da Estratégia de Redução da Pobreza” (DSRP) (BAD,2012,p.1).

2.2. Desenvolvimento

Desenvolver é superar o atraso econômico e cultural em que estão mergulhados muitos países não industrializados, ou seja, desenvolver é crescer, possibilitar o incremento de potencialidades, à necessidade de interação entre múltiplas dimensões

(econômica, social ou humana, ambiental e política) da transformação estrutural da sociedade.

De acordo com Camara (2016,p.28):

“O conceito do desenvolvimento sendo ambíguo remete sempre para uma realidade construtiva e de progresso. É processo de evolução, permanente, em termos de transformação e/ou mudança de uma determinada realidade, não é uma realidade estática, mas dinâmica. Nesta perspectiva, o desenvolvimento considerado como fator de evolução implica, necessariamente, o crescimento para etapas seguintes. Este conceito pode servir ainda para fazer referência às coisas, às pessoas, às situações ou fenômenos de vários tipos, tudo isto em termos de evolução quantitativo e qualitativo destes mesmos aspetos”.

Segundo Moreira (citado por Camara, 2016,p.29)

“O desenvolvimento é bem mais complexo que o crescimento. Enquanto este último se baseia na combinação entre instituições, tecnologia e capital acumulado como variáveis determinantes, o conceito de desenvolvimento é muito mais transversal, tocando um conjunto de matérias de diversas ciências, desde a economia à biologia, da sociologia à geografia, da ecologia à antropologia, abarcando um número elevado de temas, tais como: - Crescimento económico, ambiente, cultura, pobreza, saúde, integração, nível de vida, tradição, identidade, espaço, equidade, etc.”

Portanto, desenvolvimento, reúne um conjunto de elementos que conformam um modelo abstrato, mas também uma categoria operativa e normativa, estando relacionado com o progresso e a melhoria positiva de um determinado lugar, como uma cidade ou um país.

2.2.1. Medidas de Desenvolvimento (IDH IDG)

“O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador criado pelo PNUD que divulga o grau de progresso de cada país desde há três décadas” (Iberdrola, 2020).

O IDH é usado para elaborar um ranking mundial de desenvolvimento humano. Por um lado, esta classificação anual permite seguir a evolução de um país ao longo do tempo e, por outro, comparar sua situação com a do resto de países. Assim, os

governos podem compreender melhor suas opções de crescimento e as ajudas internacionais podem ser concedidas com critério.

Segundo Souza e Spínola (2017,p.97) “O IDH é calculado anualmente e se apresenta como uma medida agregada e sintética do desenvolvimento, uma alternativa de medição do bem-estar humano, passível de comparação entre países e contraponto às medidas de desenvolvimento que se centram exclusivamente em indicadores monetários e na dimensão econômica”.

Para Iberdrola, (2020) “este índice composto leva em conta fatores de saúde, educativos e econômicos para medir o desenvolvimento humano de um país, diferentemente das metodologias anteriores que se fixavam somente no aspecto econômico”.

Segundo ainda Iberdrola (2020):

O IDH é a média geométrica das três dimensões anteriores, cujos índices se calculam separadamente com os dados de esperança de vida, escolarização e renda per capita de cada país. O resultado final sempre dá um valor entre 0 e 1 que determina, conforme o PNUD, os quatro graus de desenvolvimento humano:

- Muito alto: países com um IDH superior a 0,80.
- Alto: países com um IDH entre 0,70 e 0,80.
- Médio: países com um IDH entre 0,55 e 0,70.
- Baixo: países com um IDH inferior a 0,55.

O que de acordo com Souza e Spinola (2017,p.99) “a metodologia de cálculo do IDH envolve a medição dessas três dimensões a partir de índices de esperança de vida, de educação e de rendimento, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor)”. Quanto mais próximo o resultado for do valor 1, maior será o nível de desenvolvimento humano do país.

Para o PNUD (2015) citado por Souza e Spinola (2017,p.97): “é um indicador que amplia a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, no entanto, não abrange todos os aspectos do desenvolvimento e não é uma expressão da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". O PNUD ressalta que

a democracia, a participação, a equidade e a sustentabilidade são outras dimensões do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH.

Segundo Souza e Spinola (2017,p.102) o “IDH foi aceito pela comunidade internacional e tornou-se referência mundial quando se trata de realizar avaliações e comparações do grau de desenvolvimento entre países”.

“São Tomé e Príncipe subiu uma posição e teve um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,589 em 2017”, segundo o relatório global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015, citado por Souza & Spinola (2017)

Para os cerca de 200 mil habitantes, a esperança média de vida à nascença é de 66,8 anos e a escolarização expectável é 12,5 anos, mas a população conclui uma média de 6,3 anos de escolaridade. São Tomé e Príncipe apresentou uma melhoria no Produto Interno Bruto de 1,6% entre 2016 e 2017, dando agora 3.053 dólares por habitante, um valor cinco vezes mais baixo do que a média mundial, que é de 15.439 dólares com valor de paridade de poder de compra. (Diários de Notícias,2018)

De acordo com Gabriel Dava, Representante Residente Adjunto do PNUD, “entre 1990 e 2018, São Tomé e Príncipe subiu cinco posições no Índice de Desenvolvimento humano passando de 0,437 para 0,609, passando de país de rendimento baixo para médio”.

“De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que acompanha o relatório, África registou uma das melhorias mais significativas no desenvolvimento humano. Entre 1990 e 2018, a esperança de vida aumentou mais de 11 anos. Pela primeira vez este ano, um país africano - as Seicheles - entrou para o grupo de desenvolvimento humano muito elevado. Outros também estão a subir nas fileiras. Quatro países - Botsuana, Gabão, Maurícias e África do Sul - estão agora no grupo de alto desenvolvimento humano, e 12 países - Angola, Cabo Verde, Camarões, Congo, Guiné Equatorial, Eswatini, Gana, Quênia, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Zâmbia e Zimbabué - estão no grupo de desenvolvimento humano médio (PNUD, 2019) ”

No entanto, para PNUD (2019),

“Subsistem desafios significativos. Os países africanos encontram-se numa encruzilhada, enfrentando o duplo desafio de assegurar que os mais atrasados façam progressos com as bases, ao mesmo tempo que preparam o caminho para que os mais atrasados possam acompanhar as exigências emergentes do

mundo de hoje. Embora as taxas de pobreza tenham diminuído em todo o continente, o progresso tem sido desigual. Se as tendências atuais continuarem, afirma o Relatório, quase 9 em cada 10 pessoas em extrema pobreza - mais de 300 milhões - estarão na África Subsaariana em 2030. E entre os países que estão fora do caminho para alcançar os ODS até 2030, a maioria está em África. Ao mesmo tempo, muitos países africanos enfrentam baixas taxas de educação terciária e acesso relativamente limitado à banda larga, frustrado em parte pela baixa alfabetização e habilidades digitais”.

2.2.2. ODM para os Objetivos do DS

Segundo David Hulme, (citado por Carvalos e Barcellos ,2014,p.223) , “os ODM se originam de discussões havidas em duas instituições – ONU e OECD no contexto das relações internacionais pós-Guerra Fria.”

“Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram oito grandes objetivos globais assumidos pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), os quais, em seu conjunto, almejavam fazer com que o mundo progredisse rapidamente rumo à eliminação da extrema pobreza e da fome do planeta, fatores que afetavam especialmente as populações mais pobres, dos países menos desenvolvidos” (Roma, 2019,p.33).

As metas do milênio foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (ODM Brasil,215). (Figura 2).

Figura 2. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: ODM (2015)

De acordo com Roma (2019) o marco fundador dos ODM foi a Resolução nº 55/2 da Assembleia Geral da ONU, que entrou para a história com o nome de "Declaração do Milênio das Nações Unidas". Esta foi adotada de forma unânime por chefes de Estado e altos representantes de 191 países, durante a 55ª sessão da Assembleia Geral, a chamada "Cúpula do Milênio das Nações Unidas", realizada de 6 a 8 de setembro de 2000, na sede da ONU, em Nova Iorque, Estados Unidos.

“Os ODM fortaleceram a capacidade de produção de estatísticas dos países em desenvolvimento que, para tanto, contaram com apoio dos países ricos “ (Carvalho & Barcellos, 2014,p.225). Para Cardoso, Ferreira e Seabra (2012,p.1):

“Os desafios atuais do desenvolvimento num mundo globalizado vão muito para além da ajuda ao desenvolvimento ou do combate à pobreza entendida no seu sentido estrito. Sabemos hoje que, não obstante os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), definidos em 2000, terem sido importantes como fio condutor do desenvolvimento e das estratégias de cooperação, são hoje manifestamente insuficientes face aos novos desafios do desenvolvimento”.

De acordo com Carvalho e Barcellos (2014,p.233) “segundo o estudo de Kenny e Sumner (2011), a fraca evidência disponível aponta que os ODM contribuíram para o aumento da ajuda dos países ricos aos pobres, e que essa ajuda pode ter tido algum impacto sobre os resultados na área social”. Embora o impacto dos ODM seja limitado, tanto nas políticas de desenvolvimento dos países, quanto na redução global da pobreza, o resultado é favorável aos ODM ainda que esteja longe de ser robusto e de mostrar evidências fortes e conclusivas (Carvalho & Barcellos, 2014)

De acordo com Carvalho e Barcellos (2014) há um consenso de que os ODM foram um sucesso do ponto de vista político, em especial para a ONU, que alcançou uma projeção na área social nunca antes obtido, principalmente em relação à redução da extrema pobreza e a fome.

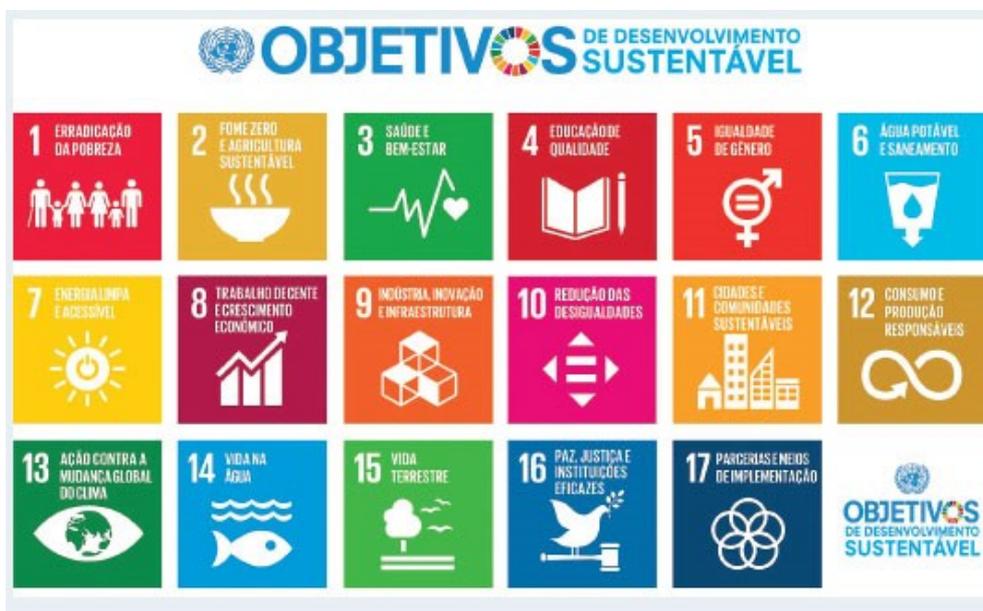
“Dentre os ODM faltou também uma meta para produção agrícola familiar dada a sua importância para a sustentabilidade ambiental, e no combate à pobreza e a fome” (Carvalho & Barcellos, 2014,p.236).

Neste sentido,

“Como parte do processo de criação de uma agenda que viria a substituir os ODM, dado o vencimento do período de execução destes em 2015, em junho de 2012 foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O documento resultante da Conferência, intitulado "O Futuro que Queremos", lançava as bases para que os países-membros da ONU construíssem, coletivamente e a partir da experiência exitosa dos ODM, um novo conjunto de objetivos e metas voltadas para o desenvolvimento sustentável, que passariam a vigorar no período pós-2015”. (Roma, 2019,p.38).

Integram a Agenda 2030 um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, Figura 3) e 169 metas, que se tornaram vigentes por 15 anos, a partir de 1 de janeiro de 2016.

Figura 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Roma (2019)

2.2.3. Desenvolvimento Rural e Agrícola

O redescobrimto do desenvolvimento rural deu-se em função da necessidade de reorientação do protecionismo da Política Agrícola Europeia (PAC), que reconheceu, de um lado, os problemas criados pela agricultura intensiva e, de outro, a multifuncionalidade do espaço rural (funções produtivas, papel no equilíbrio ecológico e suporte às atividades de recreação e preservação da paisagem) (Kageyama,2004).

Assim, a agricultura ao longo do tempo sofreu diversas modificações, pois suas distintas configurações resultaram em complexas transformações que envolveram a produção de alimentos, geração de emprego e renda, paisagem, particularidades sociais nas mais diferentes realidades agrárias existentes, entretanto, tais transformações foram influenciadas por questões políticas, socioeconômicos e culturais. Que de acordo com Freitas e Freitas (2012,p.2) “a noção de “desenvolvimento rural” surge como uma tentativa de suprir a lacuna teórica e normativa que se forma e, assim, trazer novos elementos ao debate e à capacidade de orientação da intervenção pública por meio das políticas”.

As dinâmicas territoriais do desenvolvimento dos espaços rurais ganham relevância acadêmica e política e passam a fazer parte das agendas de pesquisas, consolidando-se, recentemente, como elemento importante das estratégias políticas de desenvolvimento.

Para Kageyama (2004,p.384),

“Desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. A noção de desenvolvimento aplicada a um corte territorial (rural-urbano) pode ser bastante complexa. A literatura recente sobre o tema favorece a ideia de que o desenvolvimento rural não deve ser exclusivamente econômico, mas deve incluir aspectos sociais e ambientais. Se o conceito de desenvolvimento é assim ampliado, indo muito além do simples crescimento econômico medido pelo aumento do PIB per capita, faz-se necessário um grande investimento metodológico no sentido de obter medidas passíveis de

comparação entre regiões e, ao longo do tempo, para captar de forma adequada o novo conceito”.

2.2.4. Investimentos em Projetos Rurais e Agrícolas

Marques (2000) citado por Jegundo (2013) consideram um investimento como uma aplicação de recursos que, com o sacrifício do consumo presente, permite fazer variar positivamente a quantidade de capital produtivo, disponível num país ou região e por um determinado período de tempo, originando novos edifícios, equipamentos e tecnologias.

2.2.5. Estudos sobre Desenvolvimento Rural e Agrícola em África e em STP

Os Países Africanos são países em épocas iniciais de desenvolvimento com potente presença econômica do setor agrícola. O setor agrícola na África tem importância que vai além da visão econômica, alcançando as dimensões política e social. Alguns países africanos, assim como São Tomé e Príncipe, também recebem financiamento de apoio ao desenvolvimento agrícola, pelo que descrevemos abaixo, um diagnóstico sobre a situação do desenvolvimento rural nos PALOPs.

“A contribuição do setor agrícola para o desenvolvimento dos países com forte dependência agrícola, como os Países Africanos de Língua Portuguesa (Palop) e Timor-Leste, guarda forte interdependência com suas dinâmicas populacionais e seus consequentes problemas econômicos e sociais. A redução da população rural, em termos relativos e absolutos, tem sido uma tendência normal das sociedades, à medida que as condições socioeconômicas favorecem as condições de vida no meio urbano. A produção agrícola destes países tem sofrido mudanças positivas ao longo dos anos, refletido no coeficiente associado ao tempo na função de produção. Pode-se inferir, portanto, que de maneira geral houve progresso técnico na atividade produtiva agrícola do Palop e Timor-Leste, embora a área e o trabalho continuem mais importantes no setor”. (Mancal & Barros, 2019, p.442).

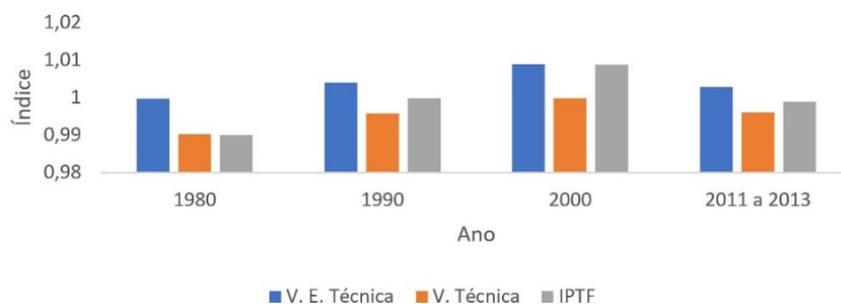
No caso de Angola, a Produtividade Total de Fatores (PTF) decresceu durante o período (Figura 4), o que é um sério problema se considerada a crescente demanda

pelos produtos agrícolas no país, demandando ações que se acelerem o crescimento do setor (Mancal & Barros, 2019).

De acordo com (Henriques, 2008 ; Pacheco et al., 2011 citados por Mancal & Barros, 2019,p.447) “O país está atrás da maioria dos outros países do continente em termos de produtividade agrícola”. Sendo otimista, de acordo com (Contini,2011 citado por Mancal & Barros, 2019,p.447) “ o cenário de baixa produtividade e renda agrícola angolana é também uma oportunidade para crescimento se as ações pertinentes forem implementadas”.

Conforme a Figura 4, de Mancal e Barros (2019), pode-se interpretar que o que ocorreu na agricultura de Angola foi uma maior difusão do uso de insumos modernos, resultando numa aproximação dos produtores em geral da fronteira tecnológica do país. Essa fronteira, porém, pouco evoluiu, como atestam os baixos resultados de mudança técnica. Outra hipótese a ser explorada oportunamente é a de que a modernização da agricultura de Angola tenha se concentrado em grandes empresas estatais, não tendo havido impacto na PTF.

Figura 4. Evolução do ÍPTF Agrícola e Variação de Eficiência Técnica em Angola (1980-2010)



Fonte: Mancal e Barros (2019)

Para Cabo Verde, embora a eficiência na alocação de fatores seja o ponto mais forte do setor agrícola deste país, não experimentou melhorias com o passar do tempo,

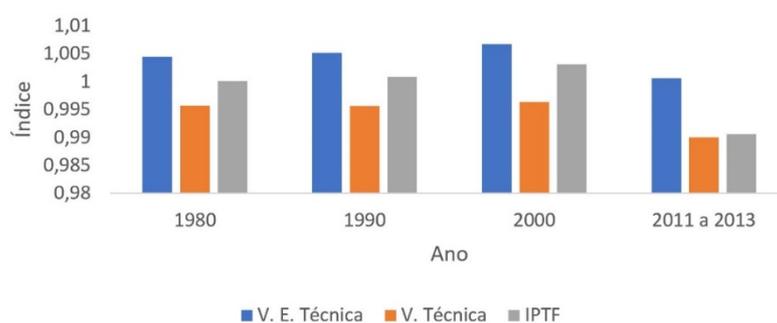
mesmo com índice de escolaridade alto se comparado com outros países africanos. (Mancal & Barros,2019).

De acordo com Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2015) citado por (Mancal & Barros, 2019,p.447) “86,5% da população com 15 ou mais anos de idade são alfabetizados, e apenas no meio rural essa taxa alcança 80,3%”.

“O setor agrícola tem registrado investimentos na modernização e na mobilização e captação de água” de acordo com o (Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, (2015), citado por com Mancal & Barros, 2019,p.448), “mas insuficientes para proporcionar importantes ganhos técnicos, necessários para melhorias significantes de produtividade”.

Para Silva, 2009 citado por Mancal e Barros (2019,p.448). “A produção agrícola de subsistência (tradicional) não pode contribuir muito para o desenvolvimento do país porque sua capacidade produtiva é baixa e limitada ao consumo dos próprios produtores”. Assim, “a melhoria da produtividade no setor constitui prioridade para o desenvolvimento rural e seu baixo nível é característica do setor agrícola cabo-verdiano, o qual não consegue atender mais que 20% das necessidades alimentares do país” (Mancal & Barros,n2018), como se verifica na Figura 5.

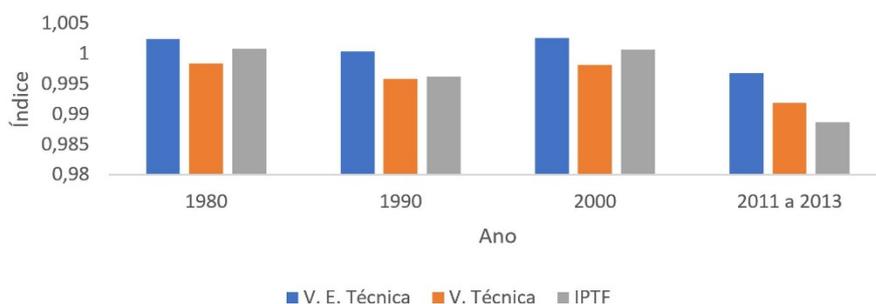
Figura 5. Evolução do ÍPTF Agrícola e Variação de Eficiência Técnica (1981-2013) em Cabo Verde



Fonte: Mancal e Barros (2019)

Na Guiné-Bissau, constata-se acomodação e conformação com o desempenho do setor produtivo agrícola, que é baixo se consideradas a disponibilidade tecnológica agrícola mundial e a aptidão agrícola dos recursos naturais que o país apresenta, em especial as terras agricultáveis. (Mancal & Barros, 2019). Melhorias, como abertura comercial, apoios internacionais e alto índice de miséria, poderiam trazer impactos positivos na produção agrícola do país (Figura 6). Segundo (Medina, 2008 citado por Mancal & Barros, 2019,p.448). “no setor agrícola guineense além das dificuldades infraestruturais e o abandono público, soma-se o uso de defasadas tecnologias agrícolas na atividade produtiva”. A agricultura é a âncora da economia guineense, de acordo com (Medina, 2008; Cassamá, 2010 citados por Mancal & Barros, 2019,p.449). “*Os estímulos comerciais internacionais determinaram realocação da produção agrícola guineense em termos de concentração*”.

Figura 6. Evolução do ÍPTF Agrícola e Variação de Eficiência Técnica (1980-2010) em Guiné-Bissau

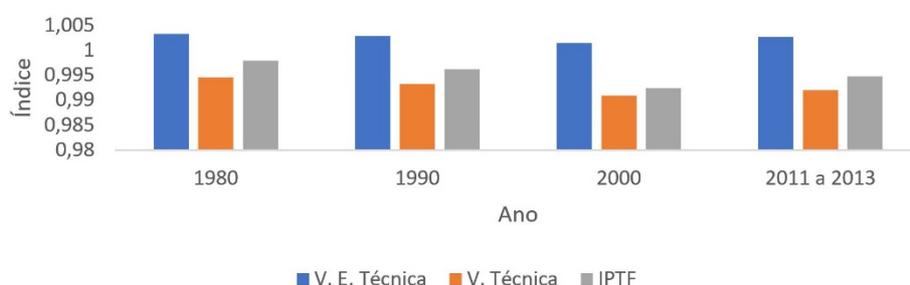


Fonte: Mancal e Barros (2019)

De acordo com Classen (2013) citado por Mancal e Barros (2019,p.449): “uma análise da situação moçambicana por meio de indicadores estatísticos evidencia a baixa produtividade e a estagnação do seu setor agrícola” (Figura 7). “A baixa produtividade corrobora as evidências do atraso tecnológico agrícola do país. As reduzidas produtividade e produção agrícola moçambicana são preocupantes” (Mancal & Barros, 2019). Segundo o Governo de Moçambique (2007a), citado por Mancal e

Barros (2019). “Constitui uma das principais causas da pobreza, em especial no meio rural, onde o fenômeno é maior e mais extremo, e as famílias têm no setor agrícola a principal fonte de renda”. Para Mosca e Selemane (2012) citados por Mancal e Barros (2019,p.449) “A persistência da baixa produtividade agrícola moçambicana seria resultante, principalmente, das inadequações na conceção e implementação das políticas agrícolas”.

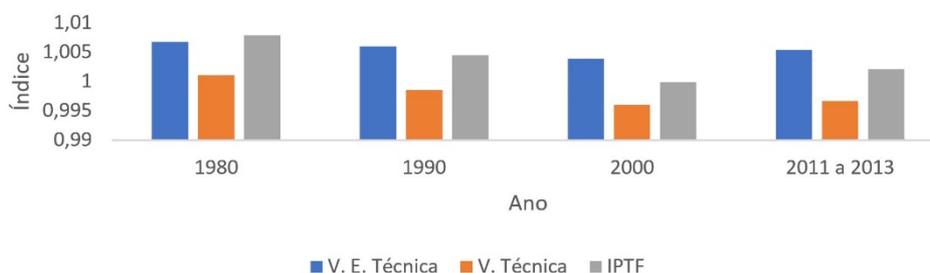
Figura 7. Evolução do ÍPTF Agrícola e Variação de Eficiência Técnica (1980-2010) em Moçambique



Fonte: Mancal e Barros (2019)

Como se pode observar na Figura 8 “A Produtividade Total de Fatores (PTF) agrícola de São Tomé e Príncipe é baixa e apresentou queda entre 1980 e 2013” (Mancal & Barros, 2019,p.449). Não houve progressos em seus componentes, e ainda é notório a ausência de estratégias que visam melhorar o desempenho produtivo do setor agrícola e existem restrições quanto às melhorias técnicas e de eficiência no setor agrícola. O baixo índice de analfabetismo no país, para (Costa, 2010 e Almeida 2012, ambos citados por Mancal & Barros, 2019,p.449) “em relação aos outros do continente não tem refletido no setor agrícola; devido, em parte, “à falta de estímulo prevalecente no setor privado” (Barbosa, 2001, citado por Mancal & Barros, 2019,p.449).

Figura 8. Evolução do ÍPTF Agrícola e Variação de Eficiência Técnica (1981-2013) em São Tomé e Príncipe



Fonte: Mancal e Barros (2019)

“A baixa produtividade e a sua redução explicam parte de empobrecimento da população”, como ressaltado por Nascimento (2008^a) citado por Mancal e Barros, (2019,p.449) em especial na zona rural do país. A precariedade das infraestruturas de transporte – estradas – constitui fator limitante à melhoria da qualidade de vida no meio rural santomense, com 78% da rede rodoviária do país sendo de terra batida, que estão em más condições (Costa, 2010, citado por Mancal & Barros, 2019).

Semelhante aos outros países em desenvolvimento, a produção de subsistência é dominante no setor agrícola santomense. “A trajetória econômica foi de empobrecimento generalizado” conforme (Nascimento, 2008a; Lima, 2011, citados por Mancal & Barros, 2019,p.444) e “sua concentração urbana da população revela as precariedades de condições de vida prevalecente na zona rural”, segundo (Brito,2004 citado por Mancal & Barros, 2019,p.444).

Assim, para Mancal e Barros (2019) a Produtividade Total de Fatores (PTF) agrícolas de São Tomé e Príncipe é baixa e encontra-se em deterioração, agudizando as dificuldades econômicas com que o país se depara, em especial na zona rural. O baixo nível tecnológico do país aliado às dificuldades de infraestruturas são alguns dos fatores limitantes com que este país se depara. Entretanto, existem esforços públicos para melhorar o setor agrícola, mas a baixa produtividade aliada à produção

para subsistência persiste. A ineficácia das medidas públicas na promoção do desenvolvimento agrícola pode ser um reflexo de ações desarticuladas das autoridades governamentais e instituições não-governamentais (Mancal & Barros, 2019).

2.3. Projetos de Desenvolvimento Rural e Agrícola Financiados pelo BAD

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) tem por objetivo coordenar planos nacionais de desenvolvimento económico e progresso social dos países membros regionais, através da concessão de crédito e doações. O BAD é a principal Instituição de financiamento multilateral do desenvolvimento de África, de forma contínua e financeiramente forte (BAD,2016).

“No centro da agenda de transformação do Banco estão cinco prioridades (High 5) — Iluminar e energizar África, Alimentar África, Industrializar África, Integrar África e Melhorar a qualidade de vida para os povos de África — adotadas pelo Grupo do Banco no final de 2015. Em 2016, o Grupo do Banco reforçou o seu enfoque nas cinco prioridades ao definir as estratégias necessárias para a sua implementação. Em Abril de 2016, adoptou um novo Modelo de Desenvolvimento e Execução de Negócios (DBDM) por forma a realinhar a sua estrutura organizacional com os objectivos estratégicos da Estratégia Decenal 2013-2022 para alcançar um crescimento verde e inclusivo, e com as cinco prioridades (High 5) para acelerar a execução e os impactos no desenvolvimento. A nova estrutura tem também por objectivo aproximar o Banco dos seus clientes e melhorar a eficácia organizacional, a fim de dar resposta às necessidades crescentes dos países membros regionais e ao sector privado de cada um deles” (BAD,2016,p.2).

No seio deste Banco, os PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) são considerados países de baixo rendimento, beneficiando assim de créditos sem juros e doações do FAD.

“A estratégia do BAD, em consonância com as estratégias de crescimento e desenvolvimento de cada país, visa investir em sectores chave. Os predomínios das operações do banco são no sector das infra-estruturas, que têm um impacto significativo no desenvolvimento económico e social, e catalisa o crescimento de outros sectores. Outros sectores de actuação de grande importância para o

Banco são, como título de exemplo, o apoio a reformas económicas e de governação, agricultura e desenvolvimento rural, e a indústria. Dos montantes aprovados pelo FAD aos vários PALOP, Moçambique é aquele que tem conseguido recolher mais fundos (ver Quadro 1), isto está assente na confiança que o BAD tem nas reformas levadas a cabo em Moçambique e à crescente melhoria dos indicadores essenciais na alocação dos recursos do FAD (GPEARI,2008)” (Quadro 2).

Quadro 1. FAD – Alocações por Países (UC)

Países	ADF-9		ADF-10		ADF-11	
	2002/04	(%)	2005/07	(%)	2008/10	(%)
Angola	13.750.000	0,67	35.050.000	1,232	46.310.000	1,169
Cabo Verde	10.000.000	0,49	8.800.000	0,309	13.590.000	0,343
Guiné Bissau	5.000.000	0,24	6.790.000	0,239	18.250.000	0,461
Moçambique	110.620.000	5,38	100.380.000	3,530	118.580.000	2,992
São Tomé e Príncipe	5.000.000	0,24	5.150.000	0,181	5.000.000	0,126
PALOP	144.370.000	7,02	156.170.000	5,491	201.730.000	5,090
TOTAL FAD	2.057.800.000		2.844.000.000		3.962.900.000	

Fonte: GPEARI (2008)

Quadro 2. Montantes Aprovados pelo FAD, por Anos (milhões de USD\$)

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Angola	-	12,09	18,35	6,88	-	25,07	-	28,29
Cabo Verde	7,48	-	11,50	-	5,44	-	6,23	7,62
Guiné Bissau	84,88	16,25	-	5,42	-	1,93	9,25	-
Moçambique	178,15	50,71	41,40	39,16	46,59	13,62	178,89	27,39
São Tomé e Príncipe	-	80,92	5,44	-	-	-	6,02	-
PALOP	270,51	159,98	76,69	51,46	52,03	40,61	200,39	63,29
TOTAL das Aprovações do FAD+ Iniciativa HIPC²	1.466,97	1.733,37	1.305,47	1.482,92	1.889,35	2.031,98	2.300,20	1.976,53

Fonte: GPEARI (2008)

De acordo com o relatório de 2011 sobre o progresso relativamente aos objetivos de desenvolvimento do milénio (ODM) na CPLP constata-se que, na sua grande maioria, estes países registam atrasos praticamente irrecuperáveis nos quatro anos que restam até 2015, afirmando serem necessárias decisões de política mais arrojadas e ajudas externas mais robustas. “De um modo geral, os níveis de pobreza e insegurança alimentar continuam muito preocupantes na maioria dos países” (Pinto, 2011,p.6).

“Os grupos mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional nos países da CPLP coincidem com aqueles grupos tradicionalmente mais afectados pela fome, designadamente crianças, mulheres (viúvas, grávidas), idosos, pequenos agricultores e localizam-se, na sua grande maioria, no meio rural. A pobreza, por via da limitação de rendimento para acesso aos alimentos e serviços básicos, é apontada como uma das principais causas da vulnerabilidade. Também a dificuldade de acesso a recursos, designadamente terra, água ou insumos agrícolas limita a capacidade das famílias para superar a situação de pobreza e insegurança alimentar. A fraca protecção social ou a inexistência de redes de segurança contribui para a situação de vulnerabilidade” (Pinto, 2011,p.8).

Sob estas perspectivas, segundo o relatório anual do BAD (2016) em 2016, as operações do Grupo do Banco permitiram criar os alicerces para promover a transformação agrícola em África, criar empregos para milhares de jovens, capacitar jovens empreendedores, incluindo muitas mulheres, e proporcionar o acesso de vários milhões de africanos à electricidade, contribuindo deste modo para melhorar a sua qualidade de vida.

2.4. Caracterização Sumária do Sector Agrícola em STP

É reconhecida a importância da elevação da produtividade agrícola como fator de desenvolvimento de São Tome e Príncipe, uma vez que consta na estratégia do desenvolvimento rural concebida pelos Sucessivos Governos, entretanto, de acordo com (Almeida,2012 citado por Mancal & Barros, 2019,p.450), “ as medidas têm sido

ineficazes” e, como ressalta (Barbosa, 2001 citado por Mancal & Barros, 2019,p.450) “a ineficácia resulta da inadequação das ações”. Analisando as causas e a genesis desta fraca produtividade agrícola santomense, verifica-se que:

As políticas agrícolas de pós-independência, em especial a estatização da produção agrícola, aceleraram as perdas verificadas neste setor, o que elevou a dependência externa do país em relação aos produtos agrícolas e, em parte, agravou a pobreza no país. Após a independência do país em 1975, as então propriedades agrícolas coloniais – que representam 90% da área agrícola – foram nacionalizadas, com o intuito de promoção de mudanças nas relações de produção para melhoria das condições de vida dos trabalhadores, objetivo que não se realizou. As empresas estatais tiveram contínua degradação, as infraestruturas não foram conservadas e a iniciativa privada agrícola foi desencorajada, resultando na diminuição da produção (Barbosa, 2001).

O sector agrícola em São Tomé e Príncipe é caracterizado sobretudo por uma agricultura familiar de subsistência, decorrente de um processo complexo de reforma agrária em curso desde o início da independência.

De acordo com a FAO (2017) “apesar da sua pequena dimensão em termos de área arável, a agricultura constitui um pilar importante para o desenvolvimento socioeconómico do País, estimando-se que este sector suporta mais de 60% da sua mão-de-obra activa”.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) (2011) “O país tinha em 2011, 187.356 habitantes (49,97% mulheres e 50,03% homens), concentrados sobretudo nos Distritos de Água Grande e, Me-Zochi. População urbana 62,41% contra 37,59% de população rural em 2012”.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) referentes aos dados analisados em 2012 o sector rural de São Tomé e Príncipe que inclui agricultura, silvicultura, pecuária é o segundo maior sector produtivo do país, depois do sector de serviços.

“Apesar da sua contribuição para o PIB ser de 17,2 %, contrariamente ao período de 2000-2002 em que a contribuição do sector primário era de cerca de 27% do PIB, a sua importância é evidente pelas suas potencialidades económicas e também, pela população que dele depende diretamente,

estimada em mais de **50%** do total do País. É igualmente nas zonas rurais que se concentra uma grande percentagem da população pobre, o que torna o desenvolvimento rural indispensável para se alcançar a segurança alimentar e reduzir a pobreza” (INE,2012).

Segundo o MADR (2016) “o setor agrícola (agricultura, pesca, pecuária) durante o período 2005-2011 registrou um crescimento médio de 3,2% ao ano, quando a economia nacional cresceu em média 5,6% ao ano”.

“Nesse período, a contribuição do setor para a riqueza nacional (PIB) foi em média de 20%. As crises de alimentos, petróleo e financeiras que ocorreram de 2008 a 2010 resultaram em contas de alimentos mais altas, menor investimento direto estrangeiro e menor crescimento agrícola em 2010 e 2011 (-1,3% e -1%). O investimento público, incluindo a assistência dos Parceiros Técnicos Financeiros, mostra, para o período 2000-2008, que os investimentos em agricultura e pesca representam taxas de 9,5% e 2,8%, respetivamente, o que representa uma taxa global superior aos 10% estabelecidos na declaração de Maputo de junho de 2003” (MADR, 2016).

No entanto, deve-se notar que os créditos concedidos pelos bancos comerciais ao setor agrícola são particularmente baixos, avaliados em 1,5% das transações para o período 2006-2011. No período 2010-2015, os investimentos no setor agrícola sofreram um aumento significativo graças à intervenção do BAD no setor de infraestrutura agrícola, o FIDA e o AFD no apoio à organização de produtores e o desenvolvimento de cadeias agrícolas de exportação, cooperação taiwanesa, PAM e União Europeia.

De acordo com INE (2017) “as estimativas preliminares do PIB a preços constantes do ano de base 2008, medidos como soma dos valores acrescentados não ajustados à sazonalidade de todos os ramos de actividades mais os impostos líquidos, indicam um crescimento do PIB em 3.9% no ano de 2017. Contudo, quando comparado com o ano anterior, a economia de S.Tomé e Príncipe teve uma desaceleração na ordem de (0.3) %. Apesar disso, no ano em análise, o país teve uma produção de 8,5 bilhões de dobrás, equivalente a 389 milhões de dólares, a uma taxa de câmbio médio anual de 21914 dobrás. O sector Primário, ou Agropecuário e Pesca, apesar de apresentar um decréscimo no ano em tela (0.6%), a actividade Agrícola, Produção Animal, Caça e Silvicultura, apresentou um crescimento de 8.5%, que não foi suficiente

para dinamizar o sector todo, pois a actividade de Pesca apresentou um crescimento decrescente (-8.0%)”.

Em termos de participação das actividades no PIB, o Comércio, é a actividade que tem o maior peso na economia de S.Tomé e Príncipe no ano em análise, Indústria Transformadora (6.9%), Construção (6.4%); Agricultura Produção Animal e Caça 4.2%, as restantes actividades contribuíram em conjunto com 25,9%. É de salientar que o Direito de Importação teve uma contribuição de 6.4% e os Impostos Sobre os Produtos foi de 4%. (INE, 2017).

“Entretanto, a Segurança Alimentar e Nutricional na perspetiva de melhoria da Qualidade de Vida das populações é um conceito abrangente, incorporando as dimensões da técnica, da cultura, da política e do território. Este conceito engloba problemas distintos, porém interrelacionados, que vão desde as questões estruturais, ligadas à capacidade produtiva do sector agrícola e aos problemas de sustentabilidade, passando pelo desvendar dos processos de (re) produção das desigualdades sociais e deficiências no abastecimento e acesso aos alimentos, incluindo-se ainda, a discussão e análise de aspectos relacionados com a saúde, práticas, hábitos e cultura alimentares, assim como as questões institucionais (na formulação, implementação das políticas públicas, sistemas de informação e entre outros) que, sem dúvida, condicionam a eficácia e a sustentabilidade do sistema” (Silva, 2014,p.81).

Uma vez concluída a revisão da literatura e feito o levantamento bibliográfico e documental que a comporta, o presente capítulo explana as opções metodológicas que guiam o estudo empírico. De modo a responder ao problema identificado e garantir que os objetivos formulados são alcançados, começa por os relembrar para, em seguida, elencar as abordagens teóricas de pesquisa e descrever as etapas e procedimentos metodológicos práticos seguidos, incluindo a elaboração e aplicação dos instrumentos de recolha de dados e a sua análise e tratamento.

3.1. Definição do Problema e dos Objetivos

Face ao problema identificado, o objetivo geral foi o de analisar o papel dos investimentos do BAD, através de projetos agrícolas, na vida social e económica dos agricultores das zonas beneficiadas, nos resultados alcançados em relação aos objetivos preconizados e, na sua pertinência e importância para o desenvolvimento agrícola de São Tomé e Príncipe. De modo a contribuir para o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos, em obediência a temática em análise em combinação com os recursos disponíveis para realizar o estudo:

- Identificar os principais projetos financiados pelo BAD em STP e os resultados alcançados, comparando-os com os objetivos preconizados.
- Caracterizar as comunidades agrícolas estudadas em termos socioeconómicos, na situação antes e depois das intervenções do BAD.
- Conhecer a perceção das comunidades agrícolas sobre os efeitos dos investimentos do BAD no seu desenvolvimento (vida social e económica).
- Saber a perceção de atores locais sobre o impacto e pertinência dos investimentos do BAD no desenvolvimento rural e agrícola.
- Descrever o papel dos investimentos na melhoria da mobilidade dos beneficiários, na receita dos agricultores e no êxodo rural.

- Fazer recomendações para melhorar os efeitos dos investimentos do BAD no desenvolvimento agrícola em STP.

3.2. Abordagens de Investigação

A metodologia é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos que permitem atingir os objetivos formulados, cujas escolhas e justificação são muito importantes (Saunders, Lewis & Thornhill, 2012).

São quatro as abordagens de investigação científica, positivismo, realismo, interpretativismo e pragmatismo (Saunders, Lewis & Thornhill, 2012) que mesmo tendo visões opostas ou diferenciadas, são essenciais para a validade, confiabilidade e transparência de uma pesquisa (Bryman & Bell, 2011). O positivismo entende a realidade como objetiva e independente do investigador. O pragmatismo socorre-se da perspectiva do investigador para obter respostas às questões de investigação. A realidade subjetiva e objeto de mudança é a essência da interpretativista. O pragmatismo considera que todos podem prover conhecimentos aceitáveis, dependendo da questão de investigação sendo que o investigador é importante na interpretação dos resultados (Saunders, Lewis & Thornhill, 2012).

Em geral, a corrente do interpretativismo assenta na investigação qualitativa e na recolha de dados por meio de entrevistas e sua análise através da interpretação, por categorias e tópicos temáticos. É selecionada e desenvolvida na procura de conhecimento e compreensão profunda de um determinado fenómeno, explorando-o e interpretando-o no seu contexto. (Gil, 2008). De forma oposta, o positivismo engloba pesquisa quantitativa, buscando a verdade objetiva e mensurável e conhecimento que permita compreender diferentes teorias e/ou variáveis e formular e testar hipóteses de investigação (Bryman & Bell, 2011; Gil, 2008).

Para Gil (2008), investigação é definida como o (...) *procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.*

A investigação científica, que pode ser suportada em dois paradigmas, o indutivo, que se refere a um processo de criação de uma teoria a partir de observações e, o dedutivo que usa uma teoria para prever dados novos (Magalhães & Hill, 2016), é o resultado de um procedimento sistemático e intensivo que tem o propósito de descobrir e interpretar factos inseridos numa determinada realidade (Malhotra & Naresh, 2019). Para este autor, dos distintos tipos de investigação, que se podem classificar quanto à abordagem, à natureza, aos procedimentos e aos objetivos, há que selecionar o que melhor se ajusta à realidade do problema em questão e aos objetivos identificados

Quanto à abordagem, a investigação pode ser qualitativa, quantitativa, ou mista, se integra as duas podendo os dois tipos ser considerados complementares (Malhotra & Naresh, 2019). Ou seja, inicialmente o investigador pode desenvolver um trabalho com técnicas qualitativas, e, após o estudo qualitativo, avançar com as técnicas quantitativas. O Quadro 3 compara ambas as abordagens. A qualitativa foca-se em realidades que não podem ser quantificadas, e busca aprofundar e compreender uma determinada situação, um fenómeno ou um grupo social, e produzir novas informações (Gerhardt & Silveira, 2009). Para Gil (2010) a pesquisa qualitativa, que pode ser criticada pelo seu empirismo, subjetividade e algum envolvimento emocional do pesquisador, trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes, que, por representar uma dimensão imensa de relações, fenómenos e processos, não pode ser reduzida à quantificação de variáveis.

3.3. Estudo Empírico

Para (Kumar, 2011), uma investigação deve iniciar-se com a seleção de um tema associado a um problema identificado para o qual se procura a solução. Em continuação, definem-se os objetivos (geral e específicos) e escolhe-se a metodologia a usar, que engloba a abordagem a seguir, os instrumentos de recolha de informação, as análises dos dados e a discussão dos resultados.

Quadro 3. Comparação da Investigação Qualitativa e Quantitativa

Características (Foco Importância)	Abordagem		Método	
	Qualitativa	Quantitativo	Qualitativo	Quantitativo
Interpretação do objeto investigado	Maior	Menor	Compreender todo o fenómeno, mais que conceitos específicos	Foco em uma quantidade pequena conceitos
Contexto do objeto investigado	Maior	Menor	Poucas ideias pré-concebidas, importa Interpretar os eventos.	Inicia ideias pré-concebidas/modo conceitos estão relacionados.
Proximidade do investigador ao fenómeno	Maior	Menor	Colheita de dados sem instrumentos estruturados/formais	Procedimentos estruturados/formais e instrumentos para colheita de dados
Alcance temporal do estudo	Intervalo Maior	Instantâneo	Tenta captar o contexto na totalidade, não o controlar	Colhe os dados mediante condições de controle
Quantidade de fontes de dados	Várias	Uma	Enfatiza o subjetivo como meio de compreender e interpretar as experiências	Enfatiza a objetividade na colheita e análise dos dados
Ponto de Vista do Investigador	Interno	Externo	Analisa as informações narradas de uma forma organizada mas intuitiva	Analisa os dados com procedimentos estatísticos
Quadro Teórico e Hipóteses	Menos Estruturadas	Definidas com Rigor	Enfatiza o raciocínio intuitivo	Enfatiza o raciocínio dedutivo

Fonte: Adaptado de Fonseca (2002) e Polit, Beck e Hungler (2004)

O presente estudo empírico caracteriza-se por usar uma tipologia de investigação descritiva quanto aos objetivos, mista (quantitativa e qualitativa) quanto à abordagem e, documental, bibliográfica e de campo quanto aos procedimentos de levantamento de dados de campo e análises estatísticas subjacentes.

Desenvolveu-se em duas etapas. A primeira, de pesquisa exploratória, englobou a consulta, exame e análise de várias fontes de informação secundária, nomeadamente, estatísticas, jornais e publicações oficiais, manuais académicos, dissertações e teses, diversos relatórios incluindo os dos projetos do BAD, livros, artigos científicos e, outros documentos e sites na internet, de modo a contextualizar o tema, apresentando o referencial teórico necessário ao entendimento da cooperação e do seu financiamento, do desenvolvimento rural e agrícolas e projetos associados e, em particular, dos projetos agrícolas do BAD (PADE, PRIASA, Estudo de Irrigação, entre outros pertinentes, fazendo a revisão da literatura correspondente; e

A segunda fase, de pesquisa descritiva, foi suportada no Método de Comunicação, através da recolha de informação por entrevista a distintos atores chave com responsabilidade na operacionalização dos projetos do BAD em STP e, no Método de Diagnóstico Rural Participativo, através da observação da realidade e da atividade sistemática de realização de inquéritos aos agricultores, organizações e comunidades beneficiárias, visando a obtenção de informação sobre o papel dos projetos do BAD em STP.

3.4. Instrumentos de Recolha de Informação

Em seguida apresentam-se os instrumentos usados na recolha de informação.

3.4.1. Observação Participativa

A Observação Participante ou participativa é realizada em contacto directo, constante e continuado do investigador, com os actores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa (Correia, 2009). De acordo com este autor: "requer a necessidade de eliminar deformações subjectivas para que possa haver a compreensão de factos e de interacções entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica".

De acordo com (Brandão, 1984; Marshall & Rossman, 1995 Citados por Mónico et al.2017,p.726) “A opção metodológica pela observação de tipo participante responde ao objetivo de proceder, dentro das realidades observadas, a uma adequada participação dos investigadores, de forma “não intrusiva”, e de modo a reduzir a variabilidade residual, nomeadamente a repressão de emoções extravasadas ou comportamentos efetuados, bem como a artificialidade dos mesmos. Os observadores, sendo levados a partilhar papéis e hábitos dos grupos observados, encontram-se, assim, em condições favoráveis para observar – situações, factos e comportamentos – que dificilmente ocorreriam, ou que seriam reprimidos ou mesmo adulterados, na presença de estranhos”

Para Correia (2009,p.31) “podemos considerar que a Observação constitui uma técnica de investigação, que usualmente se complementa com a entrevista semi-estruturada ou livre, embora também com outras técnicas como análise documental, se bem que a mesma possa ser aplicada de modo exclusivo”.

Segundo Mónico, Alferes, Castro e Parreira (2017,p.726):

“O método da Observação Participante é especialmente apropriado para estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos que visam a generalização de teorias interpretativas. Habitualmente recorre-se à Observação Participante com o propósito de elaborar, após cada sessão de observação, descrições “qualitativas”, de tipo “narrativo” (i.e., sem recorrer a grelhas de observação estandardizadas), que permitem obter informação relevante para a investigação em causa (exemplificando, formulação de hipóteses de investigação, auxílio à elaboração ou adaptação de teorias explanatórias, conceção de escalas de medida dos constructos em análise”.

Para Smith e Denton (2001) citados por Mónico, Alferes, Castro e Parreira (2017,p.731): “Enquanto método de investigação, a Observação Participante possibilita obter uma perspetiva holística e natural das matérias a serem estudadas”. Contudo, os investigadores não devem cingir-se apenas a este tipo de observação, apesar de toda a utilidade que apresenta. Pois para Correia (2009) “a presença visível do observador, como sempre acontece na forma participativa, poderá trazer inconvenientes, em resultado de algum constrangimento que a sua presença possa levar aos observados, participantes do estudo”.

De algum modo, na perspectiva de alguns autores (Albarello et al 1997; Mulhal, 2002 citados por Correia, 2009) este poderá ser um aspecto que afecta a qualidade dos

dados, uma vez que a presença do investigador poderá comprometer a espontaneidade do comportamento dos observados.

De acordo com Mónico, Alferes, Castro e Parreira (2017,p.731) “em termos de desvantagens ou problemas que a Observação Participante pode apresentar, surge ainda o problema de a mera presença dos observadores participantes poder afetar as ações dos indivíduos observados (ex., agirem com menos naturalidade).

Entretanto, a pesquisa participante é classificada por (Demo,1995 citado por Gori, 2006,p.114) como uma “metodologia alternativa”, sedimentada em uma avaliação qualitativa das manifestações sociais, comprometida com intervenções que contemplam o autodiagnóstico.

No caso do presente estudo observação participativa foi feita mediante a presença do pesquisador nas comunidades agrícolas beneficiadas pelos projectos financiados pelo BAD, nos momentos de realização dos inquéritos e noutros momentos, em que pode constatar in loco os resultados e os efeitos das infraestruturas ou benefícios recebidos, bem como analisar também a percepções dos beneficiários em relação aos apoios concebidos.

3.4.2. Guião da Entrevista

Além da componente bibliográfica e documental, a entrevista integra também essa pesquisa com a finalidade de obter uma maior fiabilidade e conhecimento em relação ao papel dos investimentos do BAD no sector agrícola em são Tomé e Príncipe.

Neste sentido, para se poder obter opiniões, percepções e os benefícios alcançados pelos projectos do BAD nas comunidades agrícolas foram realizadas entrevistas a diferentes actores concernentes, com o objetivo de permitir fazer um melhor diagnóstico do papel do investimento do BAD na área agrícola, bem como de identificar a percepção dos entrevistados sobre as melhorias a serem aportadas, os constrangimentos encontrados. As entrevistas permitiram também colher por partes dos entrevistados suas visões sobre o desenvolvimento rural bem como as novas perspectivas para o sector agrário.

Para Batista, Matos e Nascimento (2017,p.3) “a entrevista como coleta de dados sobre um determinado fenômeno é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Por meio dela os pesquisadores buscam coletar dados objetivos e subjetivos. Considera-se a entrevista como uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas”.

De acordo com (Gil, 2008,p.111) “a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais”. Segundo Júnior e Júnior (2011) a entrevista pode desempenhar um papel vital para um trabalho científico quando concertada com outros métodos de coleta de dados, podem melhorar a qualidade de um levantamento e de sua interpretação.

Para Gil (2010), as entrevistas podem ajustar perguntas de diferentes tipologias (abertas ou fechadas), onde o informante tem a possibilidade de falar sobre o tópico em tema, num contexto muito análogo ao de uma conversa informal.

Para Fraser e Gondim (2004) citados por Batista, Matos e Nascimento (2017,p.9):

“Quanto a sua estruturação, a entrevista grupal assim como a entrevista individual, pode ser estruturada, semiestruturada ou aberta, podendo ser utilizada como única técnica de coleta de dados ou associada a outras técnicas, dependendo dos propósitos do estudo. Esta modalidade de entrevista é indicada para pesquisas cuja temática seja de interesse público ou preocupação comum, por exemplo, política, mídia, lazer, novas tecnologias, e para assuntos e questões de natureza relativamente não familiar, que não tenham o caráter excessivamente íntimo e exijam muito aprofundamento de cada pessoa”.

“Entrevista estruturada: desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número” (GIL, 2008,p.113). Esse tipo de entrevista traz como vantagens sua rapidez, preparação menos exaustiva do pesquisador, baixo custo, e a possibilidade de análise estatística dos dados, já que as respostas obtidas são padronizadas. (Batista, Matos & Nascimento, 2017). Já a entrevista semiestruturada de acordo com Minayo (2010) citado por Batista, Matos e Nascimento, 2017

(2017,p.8): “Combina perguntas fechadas e abertas. Nesse tipo de entrevista o entrevistado tem liberdade para se posicionar favorável ou não sobre o tema, sem se prender à pergunta formulada”. A entrevista oferece assim, maiores vantagens em relação ao questionário, haja vista que nessa, o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias nas quais a mesma se desenvolve, além de possibilitar a captação das expressões verbais e não-verbais do entrevistado (GIL, 2008).

Para Ribeiro (2008) citado por Júnior e Júnior (2011,p.242) “aponta como vantagens da utilização da técnica da entrevista, a flexibilidade na aplicação, a facilidade de adaptação de protocolo, viabilizar a comprovação e esclarecimento de respostas, a taxa de resposta elevada e o fato de poder ser aplicada a pessoas não aptas à leitura”.

“É importante ressaltar que, apesar das vantagens apresentadas, a entrevista, por si só, não garante a fidelidade dos dados e informações coletadas. Ela deve ser utilizada em conjunto com outros métodos de coleta de dados para que os resultados qualitativos esperados possam ser fidedignos e retratarem realmente o universo no qual está inserido o objeto da pesquisa. A entrevista apresenta, no entanto, algumas desvantagens ou limitações o que torna a sua utilização, em determinadas circunstâncias, menos viável do que outras técnicas de coleta de dados” (Júnior e Júnior, 2011,p.242).

Ribeiro (2008), citado por Júnior e Júnior (2011) aponta como pontos fracos da técnica: o custo elevado, o consumo de muito tempo na aplicação, a sujeição à polarização do entrevistador, o anonimato, a sensibilidade aos efeitos no entrevistado, as características do entrevistador e do entrevistado. Contudo, para Júnior e Júnior (2011,p.243), “todas estas limitações intervêm na qualidade da entrevista, mas muitas delas podem ser contornadas pelo entrevistador, visto que o sucesso desta técnica depende fundamentalmente do nível da relação pessoal entre entrevistador e entrevistado”.

O guião das entrevistas para este estudo (apresentado em anexo 2) é semi-estuturado, pois combina perguntas fechadas e abertas, inclui questões sobre a valorização da intervenção dos Projetos do BAD, em termos globais e no atingir dos diferentes objetivos para que foram preconizados, da valorização dos benefícios resultantes da execução dos projectos do BAD, valorização das dificuldades

encontradas na execução dos projectos do BAD, da valorização dos Resultados dos PROJECTOS em relação aos Objetivos preconizados, da valorização dos Investimentos dos PROJECTOS do BAD no seu contributo para o desenvolvimento da Comunidade/Agregados Agrícolas Familiares e para o Desenvolvimento Agrícola de STP, bem como a valorização das melhorias a fazer para progredir nos resultados da implementação dos projectos do BAD.

As entrevistas foram realizadas aos responsáveis pelo Ministério Tutelares dos projectos, Coordenadores dos projectos do BAD, Representantes do BAD (Coordenação das Operações e Gestores dos projectos), Diretores das Direções do MADR, Consultores do Projecto e Parceiros de implementação das actividades, com um roteiro de questões formais, mas que davam aos entrevistados, toda a liberdade quanto às respostas. No total realizaram-se, entre o período de Novembro de 2020 e Julho de 2021, dez entrevistas.

3.4.3. Questionário

Um dos instrumentos de recolha de informação oriunda de fontes primárias foi o questionário, aplicado pelo método de comunicação, a uma amostra por conveniência (não probabilística) de agricultores das comunidades beneficiárias dos projetos, para posterior análise estatística descritiva e multivariada. O questionário abarcou além dos aspetos socioeconómicos e demográficos do agregado (idade, sexo, formação), o seu perfil agrícola (culturas, ocupação da terra, organização, mercado) e a opinião/perceção dos efeitos dos projetos do BAD no desenvolvimento das comunidades.

O questionário, para (Gil, 2008,p.121) pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Segundo Vieira (2009,p.7) “um questionário é um instrumento de pesquisa constituído por uma serie de questões sobre um determinado tema”. De acordo com Amaro,

Póvoa e Macedo (2005,p.3) “um questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo”.

Um questionário é uma técnica de investigação com questões que possuem o propósito de obter informações, com o fim de gerar os dados necessários para se atingirem os objetivos de um projeto (Melo & Bianchi, 2015). É, segundo estes autores, muito importante na pesquisa científica, especialmente nas Ciências Sociais.

“A importância dos questionários passa também pela facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto. Estes podem ser de natureza social, económica, familiar, profissional, relativos às suas opiniões, à atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, etc” (Amaro, Póvoa & Macedo, 2005,p.3).

De acordo com Melo e Bianchi (2015) a utilização indevida de um questionário, ou um questionário mal formulado, pode resultar na criação de informações não realista e causar conclusões equívocos, afetando a validade e do estudo.

Isso reforça a necessidade de refletir sobre todos os aspectos da pesquisa antes de se valer de um questionário para fazer a coleta de dados.

Para este estudo o questionário foi estruturado em cinco partes (Anexo 3), conforme seguidamente se expõe:

- ✓ Parte 1: onde se fez a identificação do inquirido
- ✓ Parte 2: diagnóstico da caracterização geral do agregado familiar
- ✓ Parte 3: diagnóstico das intervenções: benefícios por ação
- ✓ Parte 4: diagnóstico da valorização da importância das ações dos projectos do BAD na área agrícola
- ✓ Parte 5: avaliação das dificuldades encontradas e melhorias para progredir nos resultados dos projectos.

A elaboração das perguntas, baseadas na escala linkert, foi uma das formas consideradas confiáveis para medir opiniões, percepções e comportamentos. Para

Carvalho (2019) a Escala Likert, criada pelo Rensis Likert, é usada para identificar a atitude das pessoas a quem se realizam os questionários, em relação aos objetos de estudo, perguntando-lhes até que ponto eles concordam ou discordam deles. A escala é tipicamente uma escala de categoria de cinco ou sete respostas que varia de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”.

3.5. Área de Estudo e Amostra

Para Gil (2008,p.90) “amostra é Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”. De acordo com Vieira (2008,p.29):

“Depois de identificados a População sobre a qual se pretende recolher os dados e o instrumento a utilizar para essa recolha (por exemplo, um questionário), tem de definir-se um processo de amostragem, adequado ao tipo de dados e ao instrumento de análise, isto é, é necessário que se estabeleça, à partida, um plano de amostragem de acordo com a População alvo, de acordo com a definição da População a inquirir e, de acordo com um processo adequado de administração do instrumento de análise”.

No presente estudo, a área de estudo incluiu as seguintes 17 comunidades agrícolas beneficiárias dos projectos do BAD: Saudades, Bom Sucesso, Quintas das flores, Boa esperança. Agua Coimbra, Pedroma, Uba-Cabra, Mesquita, Mercado de Guadalupe, Rio lima, Oque-Maquina, Bela Vista, Mercado de Bobo-Forro, São Bernardo, Unidade de transformação, São José, Santo António. (Quadro 4).

Segundo Vieira (2008,p.30) “o objectivo, na extracção de uma amostra, é obter uma representação “honestas” da População que conduza a estimativas das características da População com “boa” precisão, relativamente aos custos de amostragem”.

Para Gil (2008,p.90):

"Na pesquisa social são utilizados diversos tipos de amostragem, que podem ser classificados em dois grandes grupos: amostragem probabilística e não-probabilística. Os tipos do primeiro grupo são rigorosamente científicos e se baseiam nas leis consideradas no item anterior. Os do segundo grupo não apresentam fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador. Os tipos de amostragens

probabilísticas mais usuais são: aleatória simples, sistemática, estratificada, por conglomerado e por etapas. Dentre os tipos de amostragem não probabilística, os mais conhecidos são: por acessibilidade, por tipicidade e por cotas”.

Quadro 4. Amostra das Comunidades Usadas na Realização dos Questionários

Comunidade	Intervenções do projecto	Nº Inquirido	Distrito
Saudades,	Reabilitação de estrada	20	Me-Zoche
Bom Sucesso,	Reabilitação de estrada	12	Me-Zoche
São José	Reabilitação de estrada	11	Me-Zoche
Santo Antonino	Reabilitação de estrada	18	Cantagalo
Quintas das Flores	Reabilitação de estrada	5	Me-Zoche
Água Coimbra	Reabilitação de estrada e Apoio a criação de Animais	9	Lobata
Pedroma	Reabilitação de estrada	12	Cantagalo
Mesquita	Irrigação e construção de estufa	14	Lobata
Uba Cabra	Irrigação e construção de estufa	7	Lobata
Oque maquina	Irrigação e construção de estufa	16	Lobata
Boa Esperança	Reabilitação de estrada	15	Lobata
São Bernardo	Construção de estufa	11	Lobata
Mercado de Guadalupe	Construção e reabilitação de mercado e aquisição de equipamentos de frios	13	Lobata
Rio lima	Irrigação e construção de estufa	12	Me-Zoche
Unidades de transformação	Construção e reabilitação de pequenas Unidades de Transformação e aquisição de equipamentos e materiais de transformação	5	Água grande
Mercado de Bobo- Forro	Construção e reabilitação de mercado e aquisição de equipamentos de frios	15	Água grande
Bela vista	Reabilitação de estradas	5	Príncipe

De acordo com Vieira (2008, p.30):

“Existem dois grupos de métodos para seleccionar e recolher amostras: os métodos aleatórios e os métodos não aleatórios. Nos métodos de amostragem aleatória, a selecção de elementos ou grupo de elementos da População é feita de um modo tal que dá, a cada elemento da População, uma probabilidade de inclusão na amostra, calculável e diferente de zero, ou seja, cada elemento da População tem uma probabilidade conhecida de ser recolhido. Nos métodos de amostragem não aleatória ou determinística (ou amostragem dirigida), a selecção de elementos da População permite a escolha dos indivíduos a incluir na amostra, segundo determinado critério, mais ou menos subjectivo”.

3.6. Análise e Tratamento da Informação

A construção de uma investigação passa centralmente pelo tratamento, análise e interpretação de dados, assim, as informações recolhidas através dos diferentes métodos e fontes foram verificados, tratados, estudados através de análise e transformados em forma de resultados. Para Santos (1999,P.404):

“a análise de dados não é um processo linear, mas um processo iterativo, que se inicia logo após a recolha dos primeiros dados e que permite, desde logo, a compreensão do fenómeno em estudo. Esse ciclo mantém-se até que se considere estar o fenómeno bem entendido e não existam informações por explicar ou contraditórias”.

Neste sentido, após tabulação dos dados, utilizando o programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences versão 24 para o Windows 10*), numa primeira fase, as questões gerais da primeira parte, e os dados sociodemográficos, permitiram caracterizar a amostra através da análise estatística descritiva. Estes dados foram também úteis para a análise do perfil socioeconómico do agricultor pelas diferentes categorias de análise.

Para comparar a valoração dos inquiridos nas dimensões analisadas pelas diferentes categorias de análise tais como a ocupação, género e classes de idade, foi utilizado a ANOVA com o teste F a aferir a significância das diferenças entre os grupos em cada categoria. Ou seja, para a categoria ocupação, foi verificado se os agricultores, transformadores, comerciantes e outras actividades valorizam de forma diferente os itens analisados.

Para analisar o efeito no rendimento dos inquiridos das características

sociodemográficas e da valorização dos diferentes itens inquiridos utilizamos a regressão linear. A análise dos resultados da regressão permite inferir que: 1) Para os coeficientes positivos, quando a valoração das variáveis explicativas aumenta, o Rendimento dos beneficiários também aumenta; e 2) Para os coeficientes negativos, quando a valoração das variáveis explicativas aumenta, o Rendimento dos beneficiários diminui. Em ambos os casos, ANOVA e regressão linear: 1) se o p-value $< 0,1$, significa que as diferenças entre grupos de cada categoria são significativas (os grupos são diferentes) ou o coeficiente estimado para uma variável da regressão é diferente de zero do ponto de vista estatístico, sendo o seu valor o estimado pela regressão; e 2) Se o p-value $> 0,1$, significa que as diferenças entre grupos de cada categoria não são significativas (grupos não são diferentes) ou o coeficiente estimado para uma variável da regressão não é diferente de zero do ponto de vista estatístico, sendo o seu valor igual a zero.

Capítulo 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo diz respeito aos resultados e respetiva discussão. Começa por apresentar e descrever os projetos financiados pelo BAD em STP e os respetivos resultados, para, em seguida, expor a análise de conteúdo das entrevistas realizadas aos principais atores sobre a sua perceção destes projetos para o desenvolvimento. Segue-se-lhe a análise descritiva dos dados obtidos com o questionário que engloba a caracterização socioeconómica e demográfica da amostra e a descrição e discussão, com base na literatura, dos principais itens do questionário relativos ao impacto dos projetos do BAD na mobilidade, renda dos agricultores e êxodo rural, entre outros aspectos.

4.1. Projetos Financiados pelo BAD em STP e Respetivos Resultados

Esta seção destina-se à apresentação e descrição da intervenção do BAD em STP. Inclui duas componentes, uma com a descrição dos principais projetos financiados pelo BAD e, outra, com os resultados alcançados nesses projetos, expressos nos respetivos relatórios finais.

4.1.1. Projetos Financiados pelo BAD

A parceria entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o BAD, deu-se em 1977, de acordo com o BAD (2017) com a instalação do escritório desta Instituição em STP e arranque dos financiamentos para projetos de desenvolvimento, além disso, o BAD já financiou em STP vários projectos de investimentos em diferentes áreas, incluindo, agricultura, boa governação, energia, transportes, água e saneamento, entre outros, avaliados em aproximadamente em 200 milhões de dólares americanos (BAD,2021).

De acordo com BAD (2012) de 1978 ate 2016, o Banco financiou 27 operações no STP, incluindo 15 projetos e 5 estudos nos setores de agricultura, serviços públicos, transporte e setor social, além de 7 intervenções multissetorial, e no sector da agricultura aproximadamente 87 milhões de dólares americanos foram investidos (BAD,2020), conforme o Quadro 4.

Quadro 5. Designação e Montantes de Projectos Financiados pelo BAD no Sector Agrícola em STP

Designação do projecto	Data de aprovação	Montante aprovado	Moeda
Regeneração de plantação de árvores de cacau	20/03/1978	7.184.206,00	UAC
Regeneração de plantação de árvores de cacau	20/03/1978	7.092.077,72	UAC
Reabilitação de plantas café/cacao Monte Café	21/01/1986	10.002.625,00	UAC
Reabilitação de plantas café/cacao Monte Café	21/01/1986	9.031.158,99	UAC
Estudo de projeto de pecuária	26/02/1991	359.210,00	UAC
Apoio ao desenvolvimento da pecuária	17/12/1996	2.600.000,00	UAC
Apoio ao desenvolvimento da pecuária	17/12/1996	2.587.257,44	UAC
Apoio ao desenvolvimento da pecuária II (PADE II)	31/05/2006	4.000.000,00	UAC
Projecto de reabilitação de infraestrutura (PRIASA)	16/11/2010	5.0000.0000,00	UAC
Projecto de reabilitação de infraestrutura (PRIASA II)	10/06/2015	11.500.000,00	UAC
Projecto de reabilitação de infraestrutura (PRIASA II)	10/06/2015	3.503.000,00	USD

Fonte: BAD, 2021

A intervenção do BAD em STP tem sido guiada por estratégias quinzenais, definidas de acordo com as prioridades das duas partes, a última estratégia do BAD para STP, cobrindo o período de 2012-2016, terminou em dezembro de 2016, a mesma tinha dois eixos prioritários nomeadamente EIXO 1: Fortalecer a governação económica e financeira e o eixo 2: Promoção das infraestruturas agrícolas. Essa estratégia visou, por um lado, dotar os quadros das instituições públicas de ferramentas com vista a uma gestão eficaz e transparentes dos recursos públicos por outro lado, de investir

em infraestruturas agrícolas para fortalecer a segurança alimentar e consequentemente reduzir os níveis de pobreza (BAD, 2017).

“Nesse contexto, o novo DSP 2012-2016 proposto visa essencialmente melhorar a governança económico-financeira, planeamento e programação estratégicos e criar um clima mais favorável à atividade do setor privado. O DSP também visa apoiar o STP para alcançar o status de país compatível com os padrões da EITI. Nessa perspetiva, o apoio do Banco se concentrará no fortalecimento das principais instituições públicas, em particular as capacidades de recursos humanos, bem como os sistemas e estruturas estratégicos, legais e regulatórios do país por um longo período” (BAD, 2012,p.v).

A intervenção do BAD através de seus projectos em São tome e Príncipe procura responder a vários constrangimentos com que deparamos nas zonas rurais, designadamente através do desencrramento das zonas rurais, reabilitando sistemas de irrigação, capacitando os agentes produtivos locais, reforçando capacidades do Estado em diferentes domínios e melhorando condições de transformação, conservação e comercialização.

Em abril de 2014, o BAD organizou uma missão em STP para identificar uma nova operação agrícola para suprir seu oleoduto, na perspetiva do FAD XIII para o período 2014-2016. Nesta ocasião, a missão se reuniu com os principais atores do setor agrícola, revisou o contexto da intervenção estratégica, coletou dados importantes do setor, identificou os principais interessados e as operações no setor. Assim, de acordo com o MAPDR (2016) durante o período 2010-2015, os investimentos no setor agrícola aumentaram consideravelmente graças à intervenção do BAD no setor de infraestrutura agrícola.

Durante o período de 2000 a 2018 no domínio agrícola o BAD financiou 3 projectos voltados para o apoio as comunidades agrícolas, no tocante as áreas de agricultura, infraestrutura, pecuária e irrigação nomeadamente: o projecto PADE I e II (2007 a 2015), PRIASA I e II (inícios em 2011 e em curso),e Estudo de irrigação NTCF (estudo para o desenvolvimento da estratégia de irrigação de São Tomé e Príncipe (2017)).

Acresce salientar que o BAD e o Governo de STP estão a finalizar uma nova Estratégia quinzenal para o período de 2018-2022. Esta Estratégia focaliza-se na promoção de energias renováveis e na Governação económica e financeira.

4.1.2. Projetos do BAD no Sector Agrícola entre 2000 e 2018

Os distintos projetos do BAD, os principais resultados alcançados e os impactos socioeconómicos no sector agrícola, são seguidamente apresentados.

a) PADE I e II (Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Pecuária)

O Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Pecuária, Fase I e II (PADE I e II) faz parte das diretrizes políticas e estratégicas para o setor agrícola e o subsector pecuário de São Tomé e Príncipe. Ela se enquadra na estrutura da implementação do Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP), que mantém a agricultura, em sentido amplo, como um componente essencial do crescimento econômico e da diversificação da produção. O PADE está alinhado com os eixos do PRSP relacionados a "incentivar a diversificação da produção, apoiar os agricultores em termos de extensão e aquisição de insumos e capacitação". A estratégia do Grupo Banco Mundial para o período 2005-2009 é baseada nos eixos do PRSP. Será baseado nos dois pilares a seguir: (i) redução da pobreza nas áreas rurais; e (ii) promover a governança na gestão financeira pública. O Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Pecuária - Fase II é o principal instrumento para implementar trabalho do primeiro pilar (BAD,2014).

Para BAD (2014) O PADE II não é apenas consistente com a Visão do Banco em termos de redução da pobreza, mas também com sua política agrícola, que dá alta prioridade à consolidação da segurança alimentar. No entanto, parecia necessário consolidar essas conquistas e melhorar seus impactos o máximo possível.

O PADE II foi desenvolvido levando em consideração as lições aprendidas na primeira fase. Isso inclui: (i) monitoramento zoossanitário contínuo do núcleo de animais (pequenos ruminantes e porcos) que foi introduzido no país e distribuído em crédito a

80 agricultores, a fim de melhorar sua produtividade; (ii) fortalecer a cobertura sanitária de animais nas áreas supervisionadas; (iii) continuar as atividades de extensão e sua extensão aos conselhos agrícolas e rurais; (iv) fortalecer ainda mais a capacidade das instituições públicas, privadas e comunitárias no subsetor pecuário; (v) melhorar a infraestrutura pecuária; (vi) buscar a organização de pequenos criadores, particularmente mulheres, sua estruturação por cadeias produtivas e a integração de seus representantes como parceiros plenos nos processos de desenho e tomada de decisão; (vii) continuar promovendo ações de processamento e comercialização realizadas principalmente por mulheres (produção tradicional de carnes frias em más condições de higiene), (viii) promover a produção local de alimentos para animais, (ix) promover o desenvolvimento de inseminação artificial e (x) desenvolver o mercado de produtos de origem animal. Inovações foram introduzidas nesta segunda fase do projeto, incluindo inseminação artificial, produção de ração animal a partir de produtos locais, controle e certificação de produtos e derivados de animais, combate à influenza e pseudopeste aviária. (BAD,2014)

Outras ações direcionadas também foram desenvolvidas em favor de empresas agrícolas de médio porte e, em particular, para as mulheres nos campos da fabricação de alimentos para animais, processamento de produtos de origem animal e desenvolvimento de serviços veterinários privados. A Segunda fase também deste projecto foi projetada para integrar todos os atores do setor e ações relevantes que fortaleçam a contribuição do subsetor para a economia nacional. Por isso, pode ser considerada a capitalização e a expansão das realizações registradas pelo PADE I. O PADE II visava estruturar a base produtiva da pecuária pela organização dos operadores.

b) PRIASA I e II (Projecto de Apoio a Reabilitação/construção de Infraestruturas)

Os sucessivos Governos têm adoptado medidas de políticas tendentes a desenvolver o Sector primário (Sector agro-silvo-pastoril e pesqueiro) com intuito essencial de reduzir a insegurança alimentar e a pobreza que afecta boa parte da população

santomense. E é a este propósito que se vem implementando o Projecto de Reabilitação das Infra-estruturas de Apoio à Segurança Alimentar (PRIASA I).

Com início em 2011, o PRIASA é financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e executado pelo - Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR), em parceria com outras Instituições do País, nomeadamente o FIC, DGA, MARAPA, DP, CIAT, CATAP, INAE e GIME.

O montante financeiro total do projecto na primeira fase (PRIASA I) foi de 7,78 milhões USD, sendo 7,39 milhões USD financiados pelo BAD e 0,39 milhões USD comparticipados pelo Governo e parceiros locais, a segunda fase (PRIASA II) conta com um financiamento de 21,2 milhões de USD, sendo Montante do BAD (Empréstimo) de 16,71 milhões de USD, Montante FEM (Donativo) de 3,5 milhões de USD, Contrapartida do Governo e dos beneficiários de 0,99 milhões de USD.

O projecto trabalha sobre 3 componentes: Reabilitação e construção de infraestrutura rural; Reforço das estruturas de apoio a produção; e Gestão de Projetos.

O projeto, com o apoio de ONGs, envolverá estreitamente produtores, pescadores e comunidades na ilha de São Tomé e Ilha do Príncipe e afetará diretamente 16.000 agricultores e 3.000 pescadores e peixeiros, mais de 40% de mulheres. Além da infraestrutura básica (trilhas, redes de irrigação, mercados, etc.), o projeto divulgará novas técnicas para melhorar a qualidade, conservação, processamento e venda de produtos. Essas intervenções são acompanhadas de capacitação para o surgimento de conhecimentos nacionais essenciais para o gerenciamento dessas inovações, em todos os níveis (técnico, sanitário, legislativo etc.).

O objectivo geral do PRIASA visa contribuir para a melhoria da segurança alimentar e da redução da pobreza, em São Tomé e Príncipe. Em termo mais específico o projecto propõe-se aumentar a disponibilidade de produtos agrícolas e pesqueiros, através da reabilitação de infra-estruturas agrícolas, rurais e da pesca artesanal, melhorar a dimensão sectorial da estabilidade da segurança alimentar e nutricional, através do desenvolvimento de cadeias de valor, capacitação, profissionalização e inovação nas áreas de agricultura e pescas. Uma atenção particular foi dada no

desenvolvimento dos sistemas irrigação, modernização agrícola e transformação de produtos, promoção de agro-negócios e criação de emprego para os jovens.

De acordo com relatórios de execução anuais do PRIASA, para cumprir os objectivos acima mencionados propôs-se um conjunto de intervenções que incluem: a) A modernização dos principais pontos de desembarque para a pesca artesanal (São Paulo, Neves, Santana e Santo António do Príncipe); b) Reabilitação, apetrechamento com equipamentos e formação da equipa responsável pelo controlo de qualidade do laboratório dos produtos da pesca; c) Melhoramento do mercado de peixe de São Tomé; d) Reabilitação de n km de estradas rurais; e) Reabilitação e ampliação de 10 sistemas de irrigação; f) Construção de seis armazéns, 12 abrigos para viveiros e 11 secadores solares; g) Desenvolvimento de 6 unidades de transformação de produtos agrícolas; h) Reabilitação, fornecimento de equipamentos de apoio à formação no Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-pecuário (CATAP) e o Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT); i) Sensibilização e o apoio à estruturação e formação de associações e GIMEs, e; j) Estabelecimento de um sistema de monitorização, controlo e vigilância das pescas.

Para Garrido, Ferreira e Pinto (2013) o PRIASA - Projeto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar representa um importante investimento financeiro num setor prioritário para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Ao mesmo tempo, sendo implementado por vários organismos do Estado e organizações da sociedade civil, pode representar um importante instrumento ao serviço de estratégias nacionais de promoção da segurança alimentar e de desenvolvimento dos setores agrícola e pesqueiro.

Neste contexto, o objetivo do projecto é pertinente face às necessidades reais do país, em particular no que se refere ao desenvolvimento dos setores agrícola/pesqueiro e do combate à pobreza rural, visando a promoção da segurança alimentar e nutricional. O projecto é ainda coerente com os principais programas e políticas com relevância para este sector a nível nacional, designadamente a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP), a Carta Actualizada da Política Agrícola, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (CAPADRP), o Programa Nacional de Alimentação e Saúde

Escolar (PNASE) e o Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). O PRIASA é ainda coerente com a estratégia de país do Banco Africano de Desenvolvimento (2012-2016), em particular no que concerne ao reforço Institucional e construção de capacidades de intervenções propostas para a Componente 2 do projecto, designadamente o reforço da direção das pescas, CATAP e CIAT, evidenciam esta coerência. A criação de um ambiente propício para a dinamização da economia, designadamente através de uma estratégia de apoio ao empreendedorismo e fomento de iniciativas público-privadas constitui outra prioridade da estratégia do BAD. Neste particular, o tipo de infraestruturas propostas na Componente 1 do PRIASA podem contribuir para essa estratégia, desde que assegurados modelos de gestão participativa entre as instituições públicas (administração central e local) e os beneficiários (cooperativas, pequenos agentes económicos – pescadores e agricultores) (Garrido, Ferreira & Pinto, 2013)

Até 2016 cerca de 18 000 pessoas foram beneficiadas diretamente pela primeira fase do projeto, sendo que 41% são mulheres.

O PRIASA é organizado por planos de atividades anuais e respetivos orçamentos (PTBA) e este é o documento orientador do trabalho da Unidade de Gestão do Projeto. São elaborados relatórios trimestrais e anuais que reportam o estado de execução técnica e financeira das diferentes atividades. Este modelo permite um acompanhamento regular por parte de todos os agentes envolvidos. O Projecto esta sob Tutela do Ministério de Agricultura Pescas, e Desenvolvimento Rural (MADR).

c) Estudo de irrigação NTCF (estudo para o desenvolvimento da estratégia de irrigação de São Tomé e Príncipe)

Diante da crescente demanda das populações para facilitar o acesso à água e o reconhecimento dos efeitos das mudanças climáticas, as autoridades do STP colocaram o desenvolvimento da irrigação como uma das prioridades estratégicas de contribuição para a segurança alimentar. No entanto, o país não possui uma referência para as estratégias a serem promovidas em termos de irrigação e nenhum

plano de ação a ser implementado para o desenvolvimento desse tipo de infraestrutura. As primeiras experiências de reabilitação de redes de irrigação também mostraram as grandes dificuldades de organização e estruturação dos usuários, o que constitui um grande constrangimento para a sustentabilidade das ações iniciadas.

O mundo rural é muito desestruturado e as organizações de produtores, pescadores e criadores são frágeis. A condução coletiva de atividades agrícolas e o gerenciamento de infra-estruturas de tipo comunitário geralmente apresentam dificuldades e requerem forte conscientização e apoio local. Esse é particularmente o caso das redes de irrigação que sofrem com baixo desempenho, falta de manutenção, negligência e também vandalismo. Em geral, os produtores rurais têm pouco ou nenhum interesse / envolvidos em debates sobre questões de políticas e estratégias de desenvolvimento agrícola e rural.

O objetivo do estudo para o desenvolvimento da estratégia de irrigação de São Tomé e Príncipe (STP) foi de identificar, com base na análise da situação atual e um diagnóstico aprofundado do potencial de irrigação, eixos estratégicos e ações prioritárias a serem tomadas para garantir o desenvolvimento sustentável da irrigação em STP. Foi, portanto, uma questão de desenvolver uma estratégia de irrigação que permita promover a segurança alimentar, a estabilidade social e o desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo.

O estudo visava permitir um melhor desenvolvimento agrícola do potencial dos recursos naturais (terra, água, cobertura vegetal), fornecendo dados de linha de base e desenvolvendo uma estratégia e um documento de planeamento.

O objetivo específico do estudo foi de identificar abordagens e técnicas para desenvolver a irrigação, a fim de melhorar e garantir a produção e produtividade agrícola. O estudo ajudou a identificar as direções específicas do contexto da STP, levando em consideração as condições físicas (rede organizacional, assistência, áreas de produção, etc.), organizacionais e institucionais. Por fim, também permitiria mobilizar recursos financeiros para realizar os investimentos necessários para um maior controle da água.

Os resultados e impactos esperados do estudo proposto visavam, em particular: (i) a mobilização de financiamento para irrigação; (ii) fortalecimento das capacidades do governo, em particular da MADR, e dos gerentes encarregados da hidráulica agrícola; e (iii) garantir a produção agrícola e a renda dos produtores. Os beneficiários diretos do estudo foram o Governo de STP, parceiros de desenvolvimento e o setor privado. Os beneficiários indiretos são toda a população de STP que se beneficiarão com a implementação do plano de ação resultante deste estudo.

O estudo da estratégia de irrigação de STP primeiramente analisou / avaliou as experiências anteriores e atuais em termos de controlo da água, e também examinou necessidades e desenvolvimentos levando em consideração as mudanças climáticas. Nessas bases, e levando em consideração a situação atual do setor e os potenciais de desenvolvimento, será desenvolvido, em uma segunda etapa, um documento de orientação estratégica que visa desenvolver de maneira sustentável a irrigação de STP, a fim de aumentar a segurança dos alimentos e apoiar o crescimento socioeconómico.

4.2. Análise de Conteúdo das Entrevistas

Em seguida, apresentam-se os resultados relativos às 10 entrevistas realizadas.

4.2.1. Caracterização dos Entrevistados

A análise do conteúdo da informação obtida nas entrevistas realizadas permitiu conhecer a percepção de atores locais sobre o impacto dos investimentos do BAD no desenvolvimento rural e agrícola. Para o estudo em causa, um total de 10 pessoas foram entrevistadas, sendo o critério para a escolha dos entrevistados baseado em indivíduos ou Instituições envolvidas na implementação dos projetos, beneficiários dos investimentos do BAD, consultores, e representante da instituição financiadora, conforme Quadro 6. Assim, os participantes no estudo, aos quais foi garantido o anonimato e, por essa razão são identificados apenas por letras, tem origem no sector agrícola, académico e consultoria, sendo os restantes, do sector Governamental e do

Parceiro Internacional. Através das entrevistas, os respondentes puderam demonstrar as suas apreciações e valorização das acções implementadas pelos projectos do BAD dentro da esfera agrícola.

Quadro 6. Caracterização dos Entrevistados

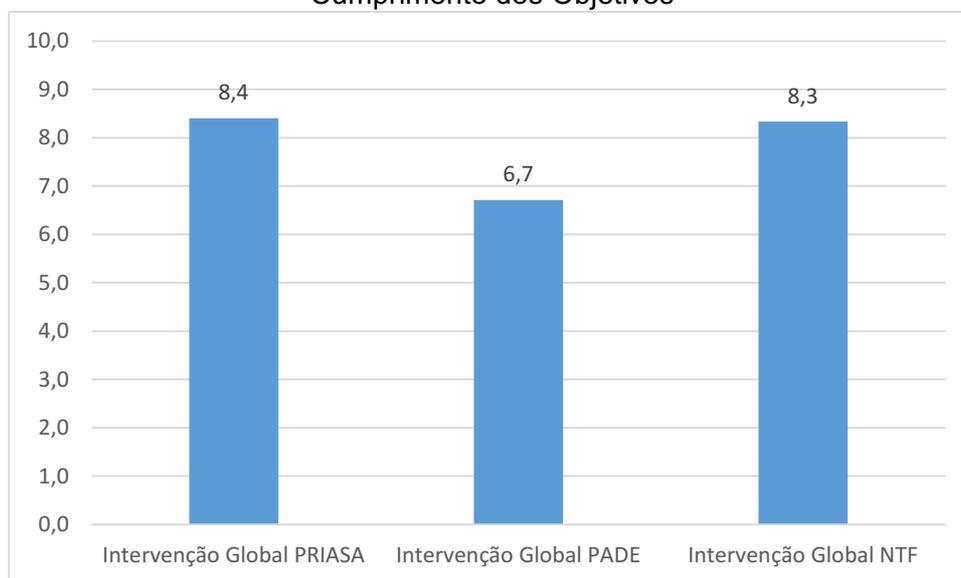
Sector	Entrevistado	Entidade	Cargo	Data
Financiador	I	BAD	Coordenação operações do BAD em STP	06/2021
Tutelar do Projecto	F	MADR	Ex-Ministro da Agricultura	02/07/2021
MAPDR	E	DEP	Director da Direcção dos estudos e Planeamento do MAPDR	11/2020
Parceiros de implementação	A	MARAPA	Director	05/02/21
	G	ADAPPA	Técnico	02/07/2021
	J	ZATONA	Técnico	06/2021
	B	CATAP	Director	2/2021
Beneficiário	C	CECAB	Director	17/12/2020
Consultor	H	Consultor		06/07/2021
Coordenador do Projecto	D	Direcção da Pecuária	Ex-Coordenador do projecto PADE	27/01/2021

4.2.2. Papel dos Investimentos do BAD no Desenvolvimento da Agricultura

Nesta secção são analisadas as repostas dos entrevistados às principais questões colocadas, relativas às intervenções dos projectos financiados pelo BAD no sector agrícola e as soluções que preconizam para melhorar os impactos e valorização destes investimentos, bem como nas melhorias para uma melhor implementação dos projectos nas comunidades beneficiárias. Os resultados obtidos sobre as suas perceções são apresentados nos Gráficos 1 a 14, e nos quadros 7 e 8.

A percepção da valoração da intervenção global dos projectos (Gráfico 1) mostra um valor superior aos restantes para o PRIASA, havendo a percepção deste “*cumprir o objetivo metodológico de trabalho eficaz*” para o **entrevistado D**, e de acordo com o **entrevistado I** “*ter uma melhor articulação e formulações das acções e conseguir dar resposta às necessidades para as quais foi formulado*”. No caso do PADE II, segundo BAD (2014) a baixa qualidade na entrada e a falta de fortes medidas corretivas nos primeiros anos foram causas de atrasos significativos na execução das atividades físicas do projeto, a maioria das atividades foram concluídas no último ano do projeto, o que levou a uma mudança de fase que foi prejudicial aos conselhos e apoio necessários para a sustentabilidade da infraestrutura. O estudo NTF também apresenta uma valoração elevada uma vez que para os **entrevistados B e C**, diferentes análises de diagnóstico desenvolvidos destacavam a ausência de uma estratégia para o desenvolvimento coerente e coordenado da irrigação, particularmente nas regiões que sofrem de escassez de água e, por conseguinte, onde a realização de tais projectos é indispensável, daí a importância da realização desta estratégia para o MAPDR.

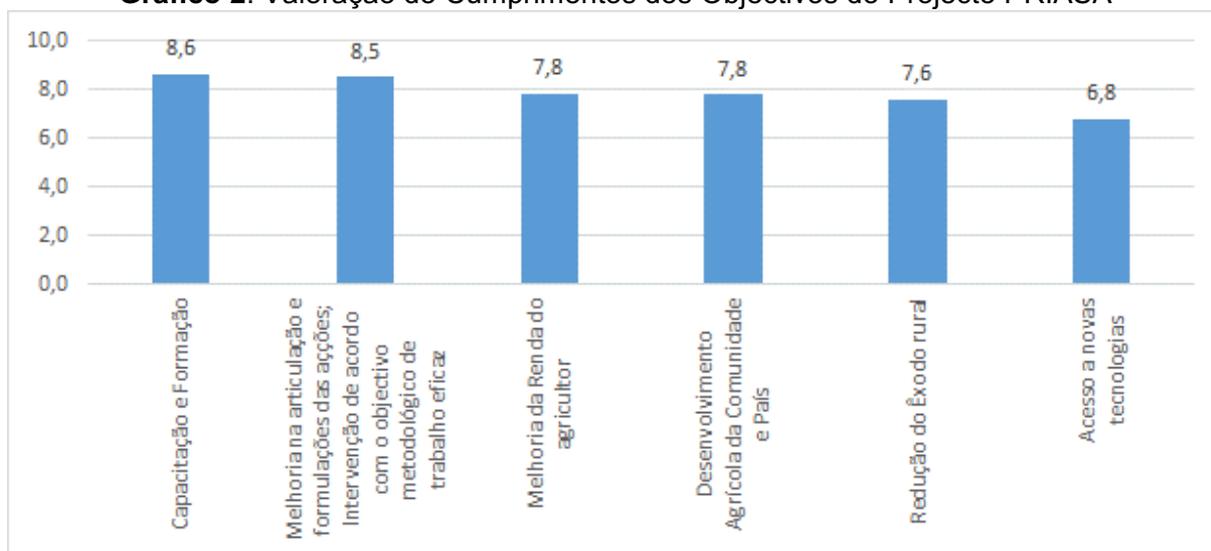
Gráfico 1. Valoração da Intervenção Global dos Projetos PRIASA, PADE e NTCF no Cumprimento dos Objetivos



Analisando a valoração em função dos cumprimentos dos objetivos por projectos (Gráficos 2 e 3) observa-se que para os entrevistados as ações de capacitação, formação e sensibilização foram as que mais se destacaram, pois ao longo da implementação deste projecto foram realizadas diversas seções de formação e capacitação que trouxeram, maior conhecimento, e permitiram que os beneficiários ficassem munidos de ferramentas que o ajudassem a melhor desenvolver as suas actividades.

No que diz respeito as formações, segundo o relatório do projecto PRIASA (MAPDR, 2016, 2018) na primeira fase deste projecto foram organizados no total 68 cursos de formação (Externa: 29 interna: 39), e na segunda fase deste projecto 37 sessões de treinamento / visitas foram realizadas ate 2018, para um total de 1.287 pessoas de diferentes departamentos (570 mulheres e 717 homens), o que justifica que a capacitação e formação tenha obtido uma valoração superior no cumprimento dos seus objetivos (Gráfico 2).

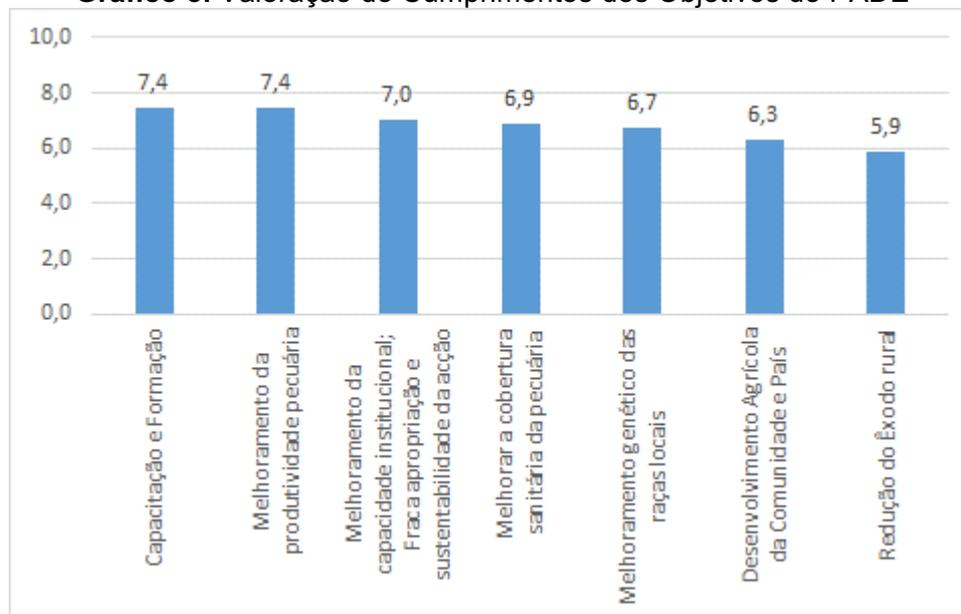
Gráfico 2. Valoração do Cumprimentos dos Objectivos do Projecto PRIASA



Assim como o projecto PRIASA para o projecto PADE, a capacitação e formação teve uma melhor valoração no cumprimento dos objetivos em relação as outras ações de acordo ao Gráfico 3, isso deve-se a forte componente deste projecto que visava a

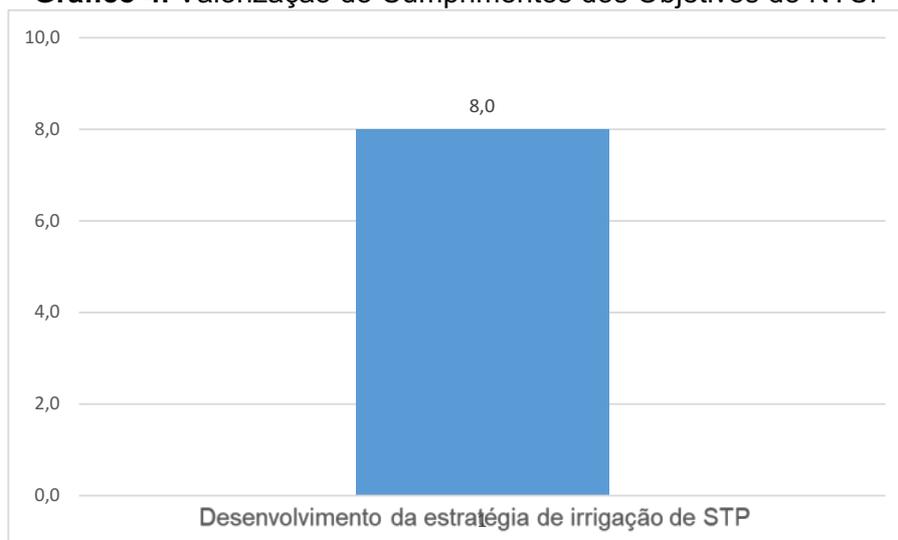
fortalecer ainda mais a capacidade das instituições públicas, privadas e comunitárias no subsector pecuário.

Gráfico 3. Valoração do Cumprimentos dos Objetivos do PADE



Embora os dados publicados pelo INE (2019) sobre o recenseamento geral da população e da habitação (RGPH) revelem que em 2012, que 83,6% da população santomense tem acesso à água melhorada, a forte dependência dos sistemas das nascentes fez com que a produção de água tenha sido muito irregular. As irregularidades são provocadas pela ausência da chuva e perdas nas redes de distribuição. Assim, conforme o Gráfico 4, para a maioria dos entrevistados a percepção é a de que o objetivo geral do estudo NTCF foi cumprido pois dotou o país de um quadro de referência estratégico e de um instrumento de planeamento das intervenções que permitam promover a médio e longo prazos, de forma perene, a segurança alimentar, a estabilidade social e o desenvolvimento sustentável através de uma melhor valoração agrícola do potencial dos recursos naturais (terra, água, cobertura vegetal).

Gráfico 4. Valorização do Cumprimentos dos Objetivos do NTCF



Além disso, para o MADR (2017) a melhoria da performance do sector agrícola para responder à problemática da segurança alimentar de modo a erradicar a fome e a desnutrição da população, passa necessariamente pelo desenvolvimento de uma agricultura irrigada eficaz e sustentável. De uma maneira em geral, os **entrevistados A, B e C** consideram que são visíveis os benefícios resultantes das intervenções dos projectos (Quadro 7). Para o entrevistado I *“registou-se uma maior diversidade de produtos produzidos localmente, sendo estes postos à disposição da população através de feiras agrícolas, em ambas ilhas”*.

Quadro 7. Valoração dos Benefícios do PRIASA, PADE e NTCF

	Global	PRIASA	PADE	NTCF
Apoio Institucional e fortalecimento do MAPPR	9,0	9,5	7,5	7,5
Formação profissional	8,7	8,4	7,3	
Disponibilidade de produtos agrícolas no mercado	8,0	8,0	6,6	
Mobilidade	8,0	8,5		
TIC	8,0	8,0	7,0	
Formação Profissional Agrícola	8,0	8,3	7,2	
Melhorias de sistema de irrigação	7,6	7,5		6,7
Bem estar Familiar	7,5	7,8	6,8	
Melhoria das relações de género	7,3	7,4	7,3	
Rendimento Agrícola	7,0	7,4	6,5	
Melhoramento da produtividade da pecuária	6,8	6,0	6,9	

Embora uns com maiores valoração que outros, como por exemplo no caso do projecto PADE, apesar das dificuldades no arranque do projecto, o mesmo conseguiu com que o objetivo de melhorar a produtividade da pecuária fosse alcançado com: a) o aumento da produção de carne que passou de 970 toneladas em 2005 para 1.240 toneladas em 2013, graças à introdução de animais b) aumento do peso da carcaça de bovinos, ovinos, coelhos e aves por meio de melhoramento genético através da seleção e cruzamento de raças melhoradas, melhorado melhorando a saúde animal. Esforços significativos foram feitos para estabelecer a organização de associações de criadores, treinamento e extensão e a distribuição de criadores aprimorados (gado, aves e coelhos).

Em relação ao projecto PRIASA, os entrevistados consideram que reabilitar ou construir uma série de infra-estruturas agrícolas, promove não só a produção de alimentos, mas também ajudar a melhorar as condições de vida da população, particularmente em abertura e acesso aos serviços sócio-econômicos, comercialização de produtos, e organização social.

As situações de encravamento de algumas zonas de produção agrícola têm vindo a melhorar, no entanto, numerosas comunidades estão ainda inacessíveis, designadamente na época das chuvas. Esse fácil e rápido acesso aos mercados urbanos, contribuirá de certa forma para a inclusão efectiva das mulheres, e também para o aumento das suas rentabilidades, uma vês que em STP, a pobreza é mais acentuada nos agregados dirigidos por mulheres representando 71,3% contra 63,4% nos dirigidos por homens (INE, 2013, Relatório sobre Inquérito aos Orçamentos familiares – IOF-2010).

A diminuição com os custos de transporte corresponde a uma parte da renda da família, que poderão ser aplicadas na educação dos seus filhos, na aquisição de bens etc. Com a reabilitação das estradas, podem surgir novas oportunidades de negócios, como a criação de pontos de vendas dos produtos de primeira necessidade, permitindo que novos negócios possam ser explorados principalmente pelos jovens, pois o comércio constitui uma das poucas alternativas à agricultura.

A reabilitação de sistemas de irrigação nas comunidades, constitui um instrumento de melhoria dos rendimentos dos agricultores e das condições de trabalho, pois promove o desenvolvimento agrícola, sobretudo da horticultura e da economia rural. Isso permitiu enriquecer e diversificar a produção agrícola local.

Com a diversificação das técnicas de irrigação os agricultores podem reconstituir o seu capital produtivo e aceder a diversas inovações tecnológicas como o sistema gota-gota, trazendo melhores benefícios e maior rentabilidade.

Para os **entrevistados C e E H** de acordo com o Quadro 8 deve-se prestar atenção especial às realidades socioeconômicas do país, ao contexto do setor em questão e à capacidade dos serviços públicos e de outros parceiros responsáveis pela execução do projeto. Os métodos de aquisição selecionados devem levar em consideração o contexto específico do país, especialmente para os países insulares, como é o caso de STP, pois a dependência externa do país ocasiona inúmeros constrangimentos na implementação as accções, uma vez que grandes partes das aquisições são feitas no exterior, e isso por vezes propicia atrasos na conclusão das actividades planificadas.

O entrevistado I destaca que *“a insularidade do país e a limitação do mercado interno fazem com que o país seja dependente quer de matérias-primas, como de insumos e ferramentas de trabalho”*. Além disso para o **entrevistado E**, *“alguns procedimentos do BAD não coadunam com a nossa insularidade”*.

Portanto, é importante na criação de projetos, atribuir grande importância à análise dos vários mercados planejados e restrições previsíveis (BAD, 2014).

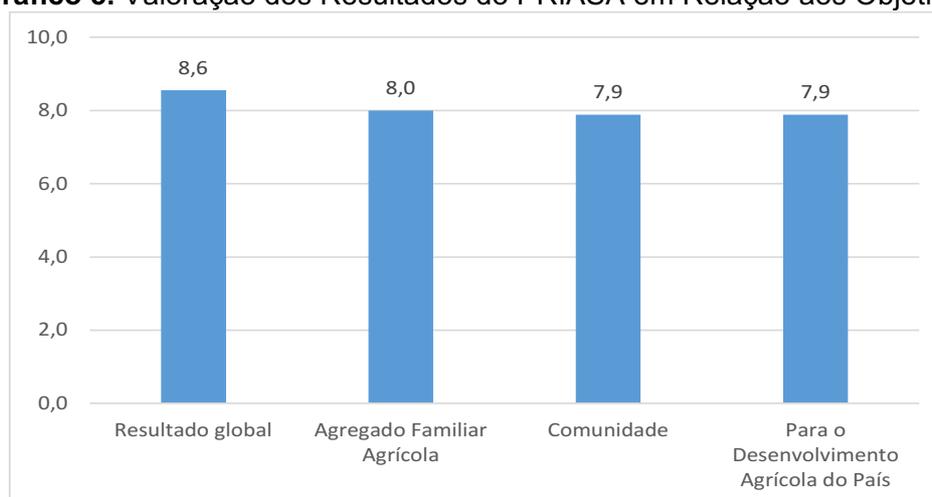
Por outro lado, para o **entrevistado G** o *“desbloqueamento de forma irregular do fundo de contrapartida do Governo”* é também outra dificuldade de grande relevância, pois as unidades de gestão dos projectos dependem destes financiamento para honrar com os engagements previstos para este fundo.

A burocracia, também é muito valorada como uma dificuldade encontrada na execução dos projectos, pois de acordo com o entrevistado **C** deve haver *“ Maior flexibilidade dos procedimentos tendo em conta a realidade do país”*.

Quadro 8. Valoração das Dificuldades na Execução dos PRIASA, PADE e NTCF

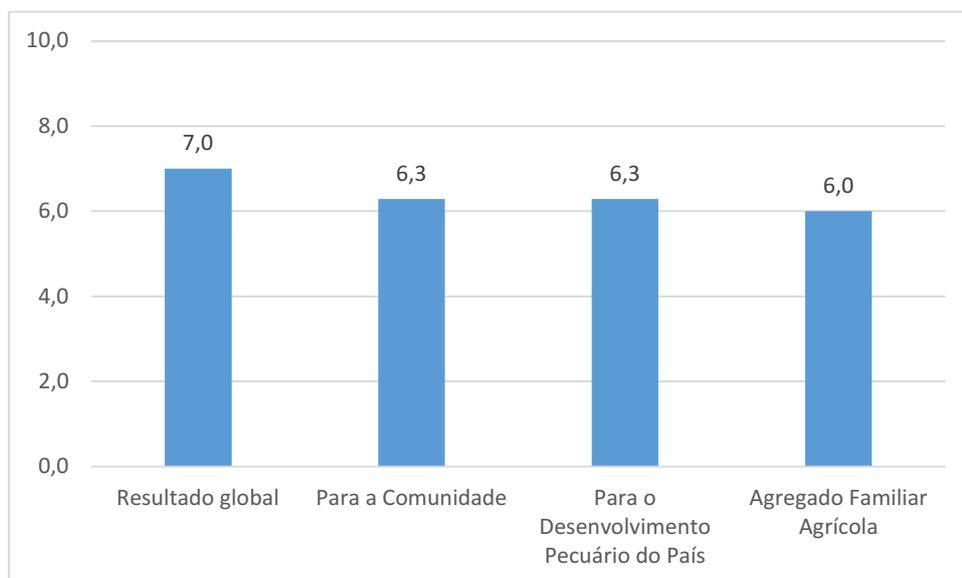
Dificuldades	Global	PRIASA	PADE	NTCF
Dependência externa do País	8,4	8,3	7,7	7,5
Contrapartida Governamental	8,0	7,9	8,4	
Disponibilidade de alimentos ainda não satisfaz o mercado local; Desbloqueamento de Fundos	8,0	9,0	9,0	
Burocracia	7,3	6,9	7,0	
Formulação dos projetos	6,1	6,6	5,6	6,0
Apropriação dos beneficiários	5,9	5,8	4,7	6,7
Articulação entre parceiros	5,8	5,6	5,2	4,0

Quanto ao papel dos investimentos do BAD para o desenvolvimento agrícola em relação aos resultados dos projetos, em conformidade aos objetivos preconizados, os resultados apresentam-se Gráfico 5 a agricultura continua a ser o centro das políticas de desenvolvimento, e a melhoria dos recursos terrestres, bem como a construção de infra-estruturas de apoio ao sector agrícola, revelam-se indispensável para otimizar a utilização das áreas cultivadas, aumentar a produtividade, proporcionar produções valor agregado e permitir que homens e mulheres chefes de famílias carentes possam ter renda suficiente capaz de adquirir outros produtos, e ter acesso aos serviços sociais básicos. Nesta perspectiva, os entrevistados consideram que as accções implementadas pelo projecto PRIASA, trouxeram os resultados que alcançaram de uma forma geral os objectivos preconizados, quer sobretudo no resultado de forma geral e no agregado familiar agrícola.

Gráfico 5. Valoração dos Resultados do PRIASA em Relação aos Objetivos

Embora que para o **entrevistado E**, no projecto PADE poderia ter havido uma melhor coordenação, articulação, “o PADE II terminou em 29 de dezembro de 2013 com uma taxa de execução física próxima a 95% (BAD,2014). Para o **entrevistado D**, com este projecto houve um “*melhoramento da capacidade institucional, criou melhores condições de trabalho físico e técnico da instituição*”. Esse desempenho é considerado satisfatório, levando em consideração o contexto do país e as dificuldades enfrentadas na implementação deste projecto. O PADE II registrou um progresso significativo na implementação de suas atividades em seu último ano, em especial através do conclusão das principais aquisições relacionadas às obras, como afirma o **entrevistado D** que foram implementadas “*unidade de fabricação de ração*” o que possibilitou alcançar os resultados esperados em muitas áreas, como se pode observar no Gráfico 6.

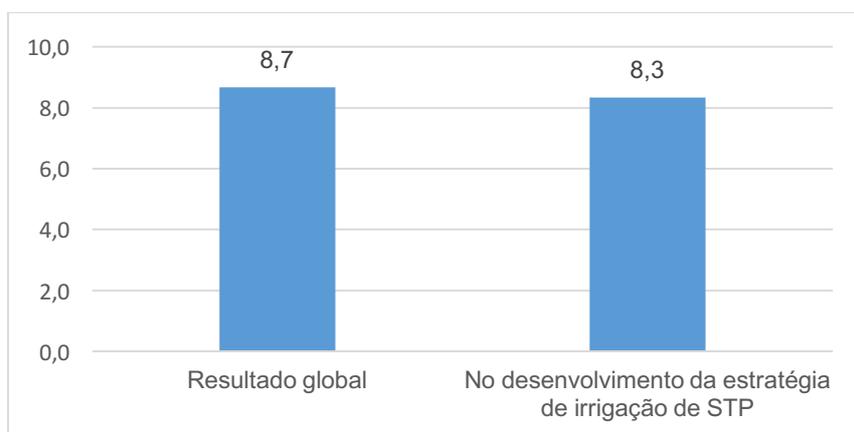
Gráfico 6. Valoração dos Resultados do PADE em Relação aos Objetivos



Para os entrevistados o estudo NTCF cumpriu com o seu objetivo específico que era de identificar as abordagens e técnicas para desenvolver a irrigação, a fim de melhorar e garantir a produção e a produtividade agrícola. O que de acordo com o **entrevistado I** “o NTCF contribuiu para a formulação da estratégia de irrigação “. Neste sentido, este estudo contribuiu para identificar as orientações específicas para o contexto de

STP, tendo em conta as condições físicas (rede hidrográfica, relevo, zonas de produção, etc.), organizacionais e institucionais. Para MADR (2017) a melhoria da performance do sector agrícola para responder à problemática da segurança alimentar de modo a erradicar a fome e a desnutrição da população, passa necessariamente pelo desenvolvimento de uma agricultura irrigada eficaz e sustentável (ver Gráfico 7).

Gráfico 7. Valoração dos Resultados do NTCF em Relação aos Objetivos

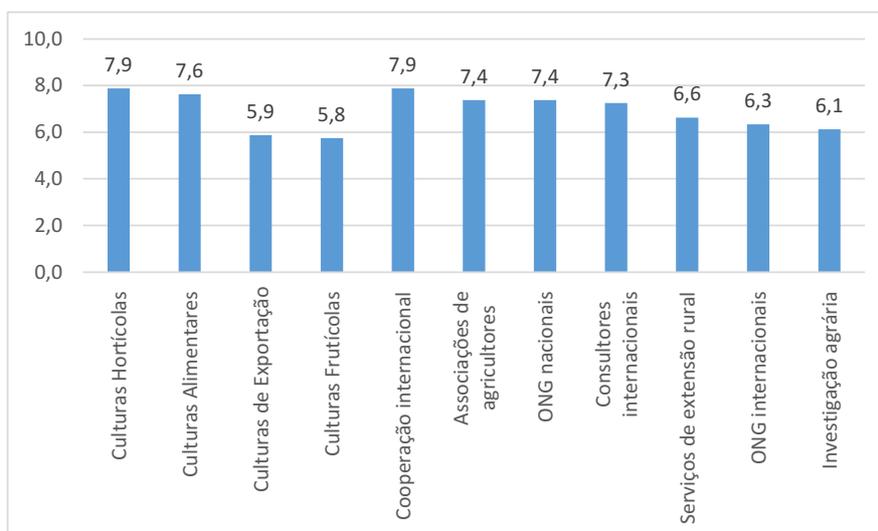


No que respeita ao papel dos investimentos do BAD em relação às actividades e entidades que deram maior contributo para os resultados dos projectos (Gráfico 8) os dados da entrevista revelam que, entre as culturas produzidas nas zonas de intervenção do PRIASA, a que mais contribuiu para os resultados do projecto foi a cultura hortícola, uma vez que os investimentos deste projecto nesta área foi maior em relação as de culturas frutícolas e de culturas alimentares.

As parcerias envolvidas quer nacionais e internacionais, foram de vital importância na implementação das acções previstas, bem como no seguimento das mesmas, pois foram capazes de fornecer ao projecto informações sobre produção, importações comerciais, doações, necessidades de consumo e, estoques de segurança, entre outros. A sociedade civil emergente está trabalhando para criar organizações não-governamentais (ONGs) e desenvolver suas capacidades para uma melhor

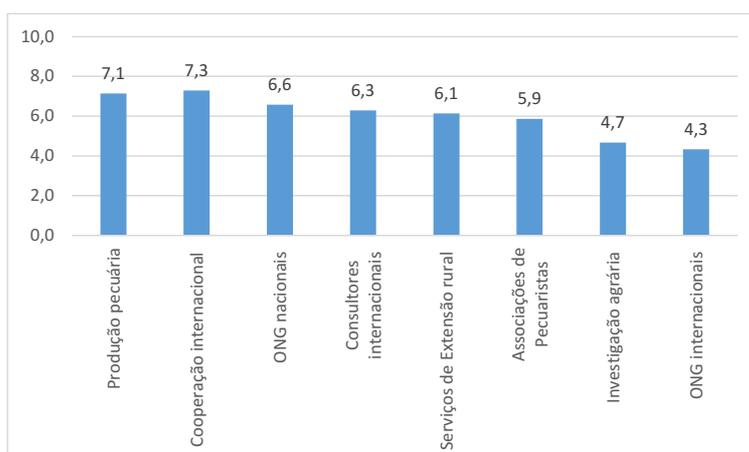
participação nos debates sobre políticas de desenvolvimento. O que de acordo com o **entrevistado A** uma das melhorias a serem implementadas é o maior “*envolvimento das ONGs*” na formulação e implementação dos projectos.

Gráfico 8. Valoração do Contributo das Atividades e Entidades para os Resultados do PRIASA



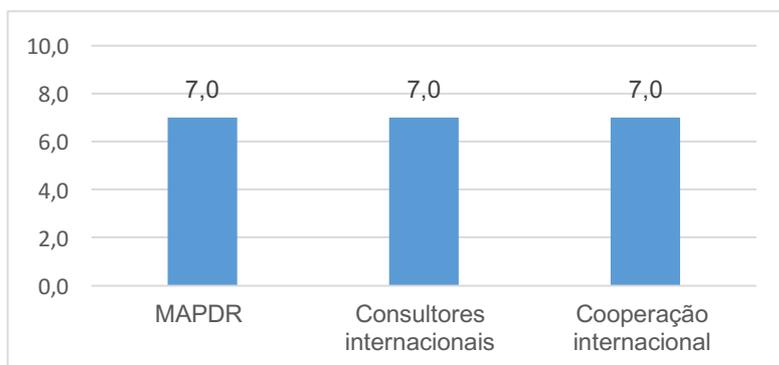
O PADE, cujo objetivo sectorial é fortalecer a segurança alimentar em STP e cujo objetivo específico consiste em melhorar a produtividade da pecuária, foi concebido como uma resposta aos desafios do desenvolvimento da produção animais no país. Assim, conforme o Gráfico 9, o aumento da produção da pecuária no país, foi de vital importância para o resultado do projecto PADE, pois tornou possível melhorar a cobertura sanitária da pecuária, estabelecer um sistema de vigilância epidemiológica, introduzir um programa para o melhoramento genético das raças locais, induzir uma melhoria na qualidade dos serviços públicos prestados aos criadores (controle regulatório, pesquisa, popularização), estruturar profissionais do setor e, em particular, criadores formados principalmente por mulheres e melhorar suas capacidades, em conformidade com o BAD (2014). Essas ações foram realizadas pelas diversas ONGs nacionais, daí o realce sobre a valoração das mesmas como contributo para que os resultados fossem alcançados.

Gráfico 9. Valoração do Contributo das Atividades e Entidades nos Resultados do PADE



De acordo com MADR (2016), várias organizações não-governamentais nacionais e internacionais estão envolvidas na agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento rural, participando cada vez mais de ações de desenvolvimento e também na área de irrigação, onde a capacidade é limitada, apesar da criação relativamente recente de uma unidade hidráulica agrícola no Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Diante de todos esses desafios, o governo visa ter uma estratégia real para o desenvolvimento da irrigação em STP, e o estudo financiado pelo NTCF pretende contribuir para essa ambição. Esta estratégia fornecerá ao país um quadro estratégico de referência e uma ferramenta de planeamento de intervenção para todos os actores nacionais e parceiros externos no subsector agrícola de regadio, com valoração do contributo do MADR e parceiros internacionais no resultado deste projecto (Gráfico 10).

Gráfico 10. Valoração do Contributo das Atividades e Entidades nos Resultados do NTCF



Quanto ao contributo para o desenvolvimento das comunidades e agregados agrícolas familiares e para o desenvolvimento agrícola de STP, é de realçar que os investimentos realizados pelo projecto PRIASA I e II, foram de grande importância para o país (Gráfico 11 e 12), sendo de realçar os seguintes aspectos:

- ✓ Apesar da falta de um mapeamento actualizado da capacidade de produção por região, a prioridade em melhorar o acesso a certas comunidades, é uma questão que não se limita somente a agricultura, porque as reabilitações de estradas rurais têm vital importância também no papel social.
- ✓ A reabilitação de estradas rurais é uma intervenção prioritária para incentivar a produção nas zonas mais remotas do país, mas também representa uma intervenção com um impacto social significativo. Em algumas comunidades beneficiadas, o impacto social é maior do que o impacto potencial no aumento da produção agrícola.
- ✓ De acordo com os relatórios internos do projectos PRIASA I e II com a reabilitação 14 pistas rurais (sendo 10 em São Tomé e 4 no Príncipe) entre 2012 a 2018 financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), foram beneficiados directamente mais de 7000 habitantes.
- ✓ Além disso os custos de transporte entre as zonas ou pistas já reabilitadas diminuíram para as pessoas e mercadorias. A frequência de circulação dos veículos e os fluxos comerciais aumentaram, e alguns investimentos privados começaram a ser atraídos para estas zonas, pois as vias de acesso reabilitadas constituem um incentivo muito forte para a expansão da produção.
- ✓ Uma consequência directa da reabilitação das estradas, é a facilitação do acesso das crianças às escolas, sobretudo, que normalmente se encontram relativamente distantes das residências dos alunos.
- ✓ Relativamente ao sector da saúde, quase todos os entrevistados fazem menção da melhoria da sua situação de saúde em conexão com a reabilitação das estradas. Pois a situação de saúde melhorou porque permite aos beneficiários chegar mais facilmente às unidades sanitárias. Neste sentido, os serviços de ambulância, que incluem viaturas, chegam às zonas com maior

facilidade, permitindo uma fácil evacuação dos doentes. Assim sendo, nas perspetivas dos factos acima mencionados a valoração da actividade de reabilitação das estradas é importante para os beneficiários, dada a sua importância para a melhoria de circulação de bens e pessoas nas zonas beneficiárias. Além disso, a reabilitação de pistas rurais impulsionada o aumento do número de produtores nas regiões bem como a produção de alimentos, e será um contributo para manter os jovens em áreas rurais, e reduzir os problemas de desemprego e de pobreza das famílias e das crianças, frequentes nos centros urbanos.

- ✓ Por outro lado, de acordo com Rodrigues (2015) dos **6** sistemas de irrigação reabilitados através do financiamento do BAD que correspondeu a **338** superfícies irrigadas, os horticultores beneficiados registaram um aumento de rendimento de **1,5 t/ha** para **2,5 t/ha**, as vezes **4 t/há**, pois o acesso a água incentiva ao aumento do número de hectares para produção na maioria dos casos. Sendo também esta acção valorada pelos entrevistados.
- ✓ Ao nível do setor pesqueiro, de acordo com MADR, (2016) foi feita a reabilitação e construção de 5 (cinco) mercados de peixes, bem como a instalação de equipamentos frios (fábrica de gelo e câmara fria) nestes respetivos mercados, sendo esta actividade bastante valorado pelos entrevistados uma vez que vem melhorar a comercialização dos produtos de pescas, trazendo melhor condição de higiene na venda e conservação dos pescados.
- ✓ Além disso, como parte da execução do projeto e de forma a impulsionar a cadeia do sector produtivo, foram construídos o âmbito do PRIASA secadores solares, abrigos para produção de viveiros, reabilitação e construção de pequenas unidades de processamento, que para o entrevistados vieram de certa forma alavancar a produção agrícola em determinadas zonas de intervenção deste projecto.
- ✓ Para o Programa Nacional de Alimentação Saúde Escolar (PNASE), foram realizados trabalhos de reabilitação de cozinhas de 12 cantinas escolares, aquisição de bens para melhorar os serviços da PNASE nas escolas, além de

realizar treinamentos para cozinheiros escolares sobre boas práticas de higiene na cantina, preservação e nutrição de alimentos. Dai que as intervenções nas escolas, foi também de vital importância para os entrevistados, como um dos investimentos do projecto para o desenvolvimento das comunidades.

Gráfico 11. Valoração dos Investimentos do PRIASA no Desenvolvimento Agrícola das Comunidades e Agregados Familiares

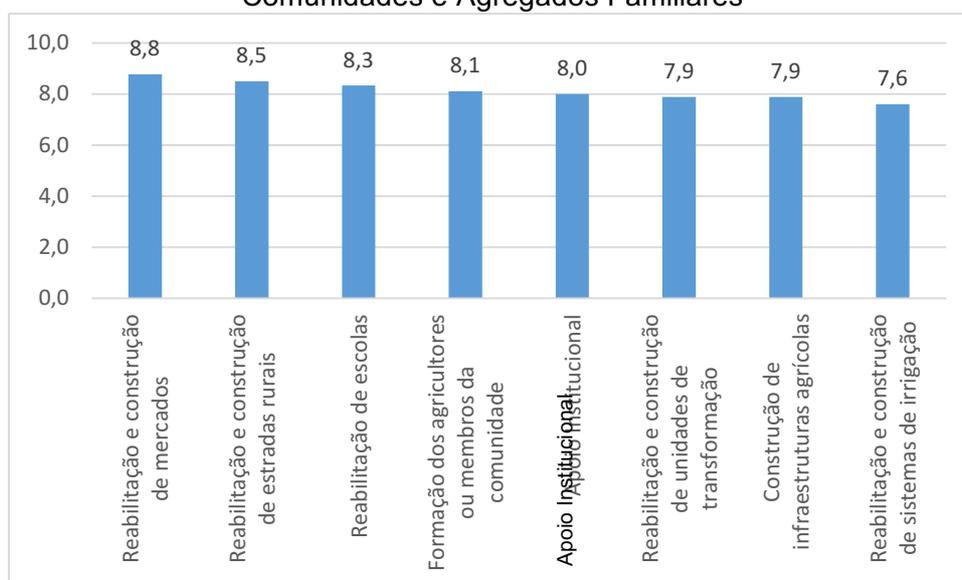
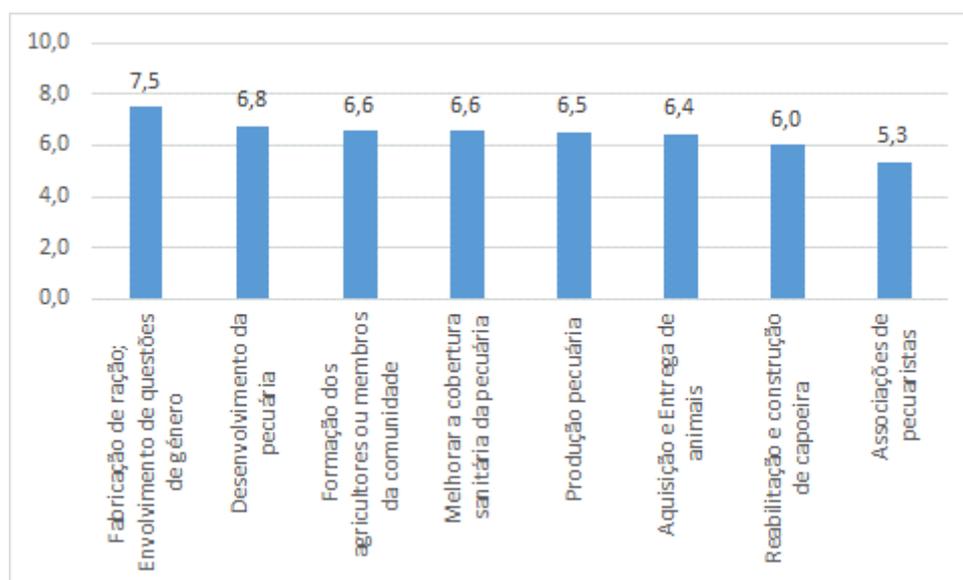


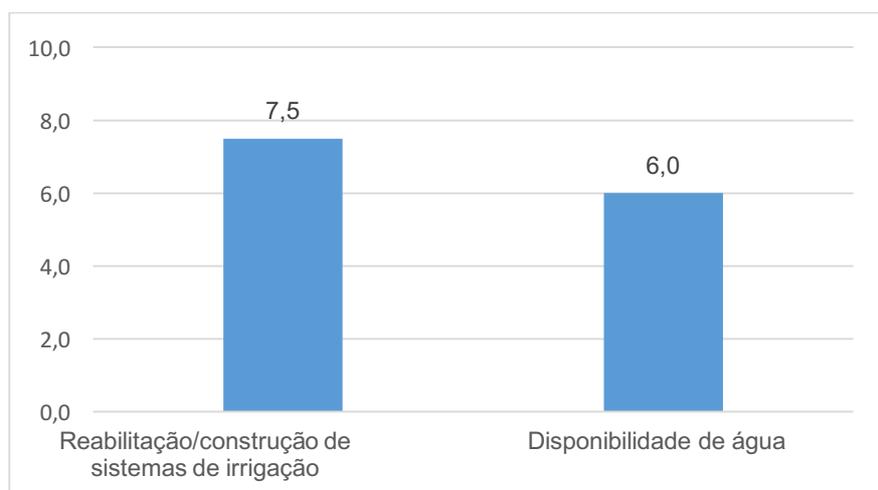
Gráfico 12. Valoração dos Investimentos do PADE no Desenvolvimento Agrícola das Comunidades e Agregados Familiares



Com o estudo NTCF esperou-se identificar as abordagens e técnicas para desenvolver a irrigação, a fim de melhorar e garantir a produção e a produtividade agrícola. Além disso, o desenvolvimento da irrigação está fortemente ligado à mobilização dos recursos hídricos, e depende de vários fatores, técnicos, ambientais, jurídicos-institucionais, socioeconómicos e financeiros (MADR, 2017).

Por outro lado, estudo da uma orientação sobre a implementação do plano de mobilização de recursos hídricos para a criação e / ou reabilitação de barragens multi-uso, obras de captação, obras de armazenamento, redes de distribuição por canais por gravitação, redes de irrigação e sistemas de poupança de água, o que vem contribuir assim, para a melhoria do sistema de irrigação nas comunidades agrícolas e melhorar a gestão de água por partes dos agricultores, em conformidade com a valoração atribuída pelos entrevistados, apresentados no Gráfico 13.

Gráfico 13. Valoração dos Investimentos do NTCF para o Desenvolvimento Agrícola das Comunidades e Agregados Familiares

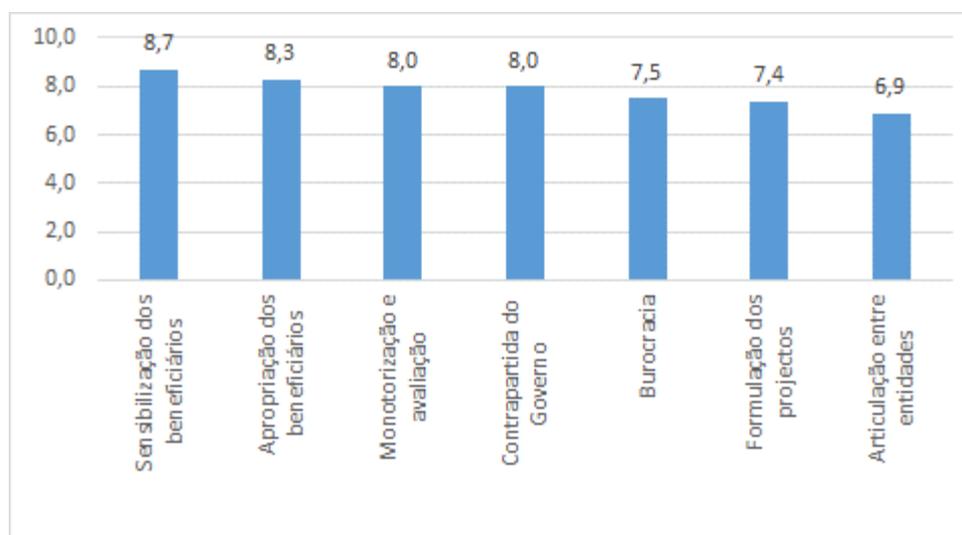


Em relação às melhorias a fazer para progredir nos resultados da implementação dos projetos do BAD, a observação do Gráfico 14 evidencia que os entrevistados percebem várias melhorias, como a “*apropriação dos beneficiários*” mencionados pelo **entrevistados C, E e G** , “*a articulação entre entidades e os Ministérios envolvidos*” (**entrevistado E**) e, a burocracia, entre outras. Uma atenção também deve ser dada à melhoria na formulação de projectos, a fim de permitir que sejam identificadas as

reais necessidades da sua intervenção nas comunidades, como também melhorar a “*articulação entre as entidades concernentes*” frisada pelo entrevistado **C** para que estas mesmas acções sejam implementadas de forma integrada e de forma eficientes. Quanto a outras melhorias, foram também identificadas a “*monotorização e avaliação dos projectos*” e “*melhoraria das auditorias*” (**entrevistado H**), bem como maior “*flexibilidade dos procedimentos tendo em conta a realidade do país*” (**entrevistado C**). Para os **entrevistados C e E** deve haver uma “*maior participação dos consultores nacionais*”, a “*contrapartida do Governo*” também deve ser melhorada de acordo com o entrevistado **B e J**.

A metodologia de reabilitação das pistas bem é um factor a ser melhorado uma vez que para o **entrevistado F** deve-se “*reforçar a reabilitação de pistas rurais em calçadas*”, além de se melhorar também a “*sensibilização dos beneficiários*” e o “*envolvimento e proximidade das comunidades*” (**entrevistado G**).

Gráfico 14. Valoração das Melhorias no Progresso dos Resultados da Implementação dos Projetos do BAD



4.3. Análise Descritiva dos Dados do Questionário

Nesta secção faz-se a análise descritiva das respostas válidas dos **200** questionários realizados aos agricultores. Na primeira parte, caracteriza-se a amostra em termos

socioeconómicos e demográficos e, em seguida, apresenta-se a análise relativa aos principais itens do questionário aplicado.

4.3.1. Caracterização da Amostra

A amostra do presente estudo é constituída por 200 inquiridos, dos quais 123 (61,5%) pertencem ao sexo masculino face a 77 (38,5%) inquiridos que pertencem ao sexo feminino. Quanto à idade, metade dos inquiridos possui entre 38-47 anos ($n=56$; 28,0%), tendo idades compreendidas entre os 18-78 anos, com uma média de 40,8 anos (Gráfico 15). Na escolaridade, verifica-se que grande parte dos inquiridos possui o ensino primário ($n=89$; 46,6%) ou secundário ($n=73$; 38,2%), encontrando-se em minoria os inquiridos com o ensino superior ($n=7$; 3,7%) (Quadro 9 e Gráfico 17).

Quadro 9. Caracterização Sociodemográfica da Amostra

Variáveis		n (%)	Medidas descritivas
Sexo	Feminino	77 (38,5)	Mo: Masculino
	Masculino	123 (61,5)	
Idade	18-27 anos	37 (18,5)	M = 40,8 Mo: 38-47 anos
	28-37 anos	41 (20,5)	
	38-47 anos	56 (28)	
	48-57 anos	44 (22)	
	58-67 anos	18 (9)	
	68-78 anos	4 (2)	

Nota: n = número de participantes; % = percentagem; M = média; Mo = moda;

Gráfico 15. Distribuição dos Entrevistados por Classes de Idade

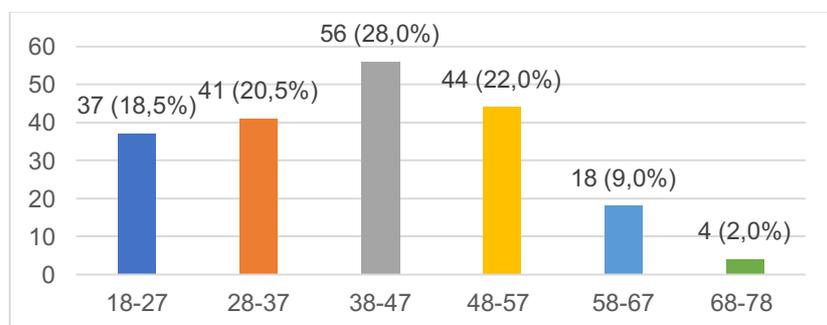


Gráfico 16. Caracterização da Amostra por Estado Civil

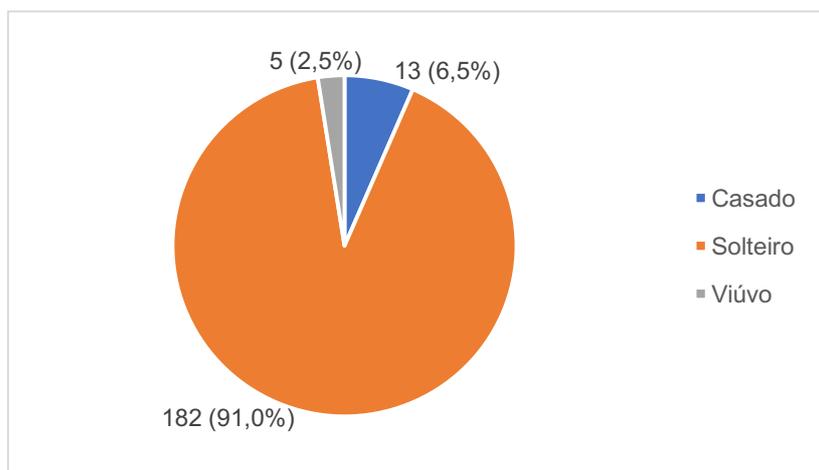
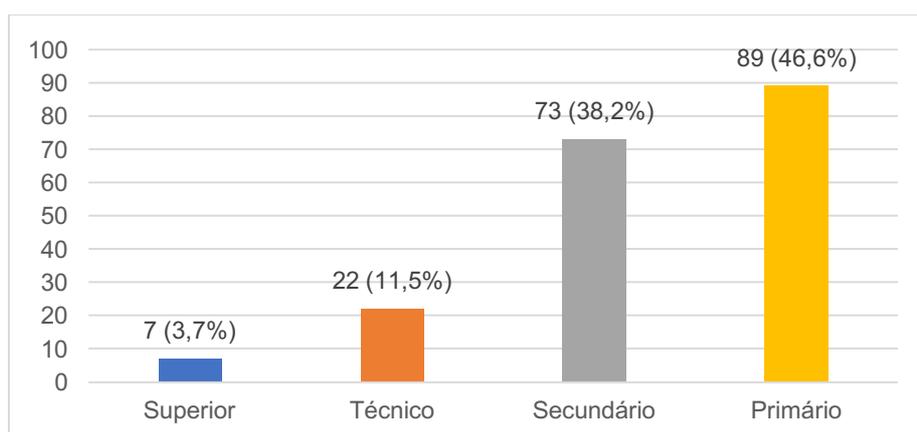


Gráfico 17. Distribuição dos Entrevistados por Níveis de Escolaridade



Quanto ao distrito de residência, grande parte dos inquiridos reside no distrito de Lobata (n=86; 43,0%) e no distrito de Me-Zochi (n=60; 30,0%), encontrando-se em minoria os residentes em Cantagalo (n=29; 14,5%), Água Grande (n=20; 10,0%) e Príncipe (n=5; 2,5%) (Gráfico 18). Quanto às comunidades, os inquiridos encontram-se distribuídos por todas as comunidades, estando representadas com mais inquiridos, a Saudade (n=21; 10,5%), Santo António (n=18; 9,0%), Boa Esperança e Oke Maquina (ambas com n=16; 8,0%), Bobo Forro (n=15; 7,5%) e Mesquita (n=14; 7,0%) (Gráfico 19).

Gráfico 18. Caracterização da Amostra por Distrito

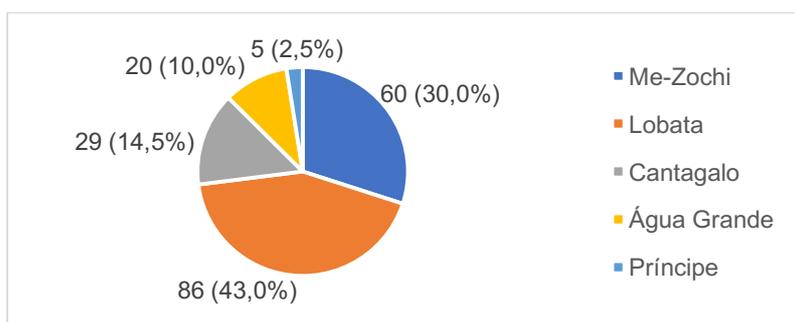
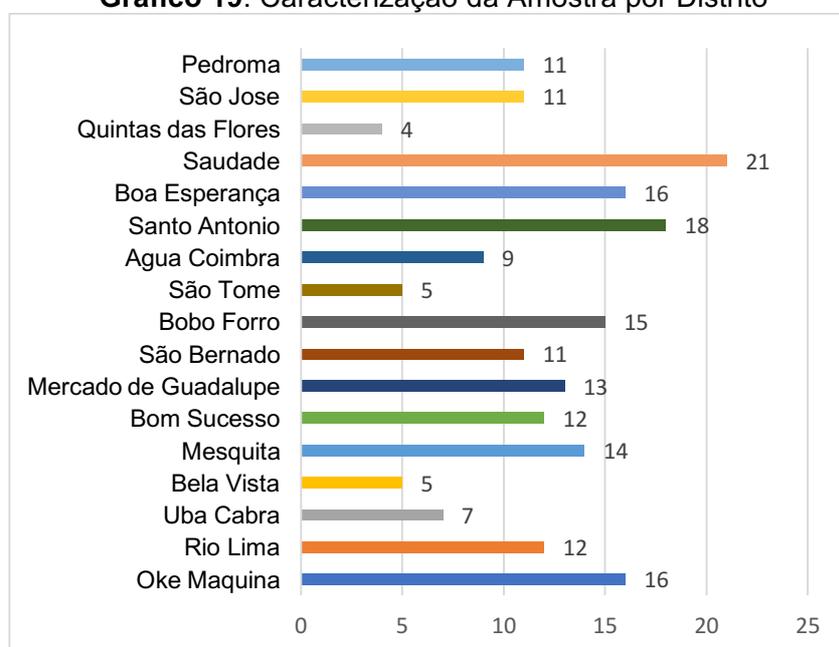


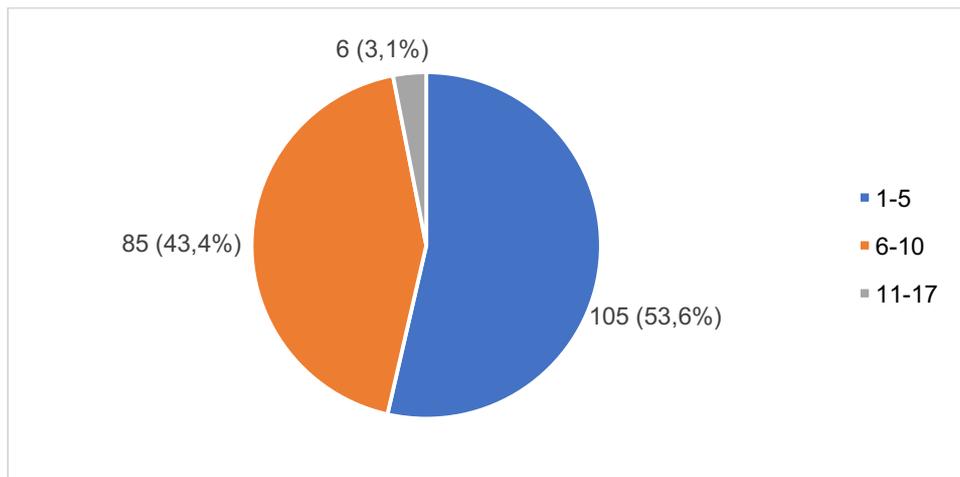
Gráfico 19. Caracterização da Amostra por Distrito



4.3.2. Caracterização Geral do Agregado Familiar

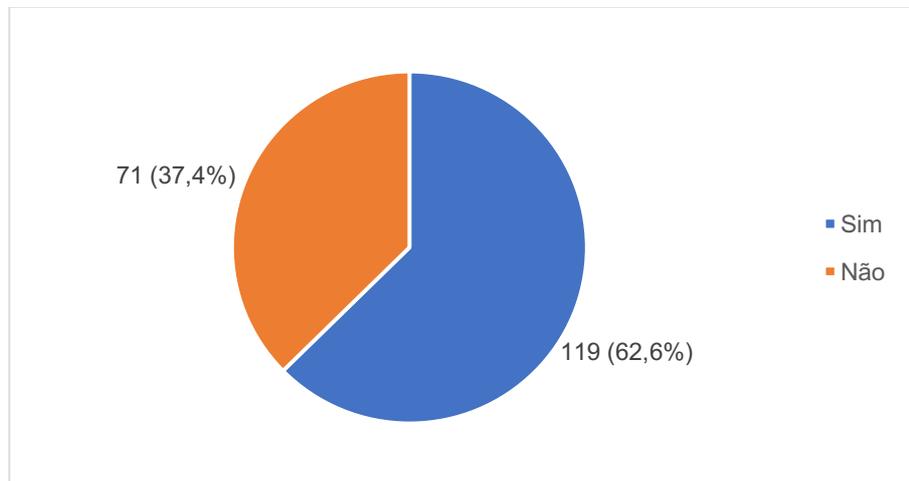
Relativamente ao agregado familiar dos inquiridos, este é constituído por 1-5 membros (n=105; 53,6%), seguido de 6-10 membros (n=85; 43,4%), encontrando-se em minoria o agregado familiar formado por 11-17 membros (n=6; 3,1%), conforme o Gráfico 20.

Gráfico 20. Dimensão do Agregado Familiar



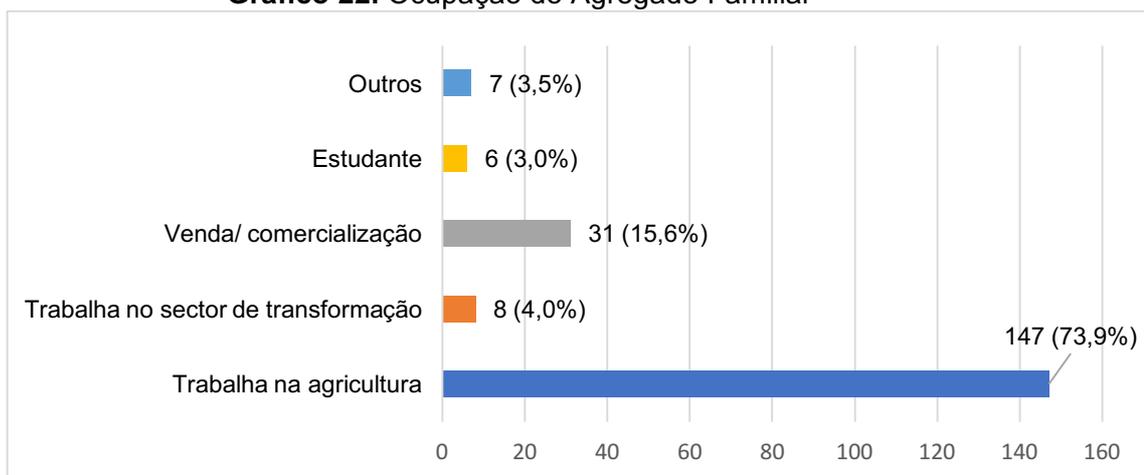
Quando questionados sobre se fazia parte de alguma associação ou grupo na comunidade, a maioria dos inquiridos respondeu afirmativamente (n=119; 62,6%) face a 71 inquiridos (37,4%) que responderam negativamente (Gráfico 21).

Gráfico 21. Integração do Agregado Familiar



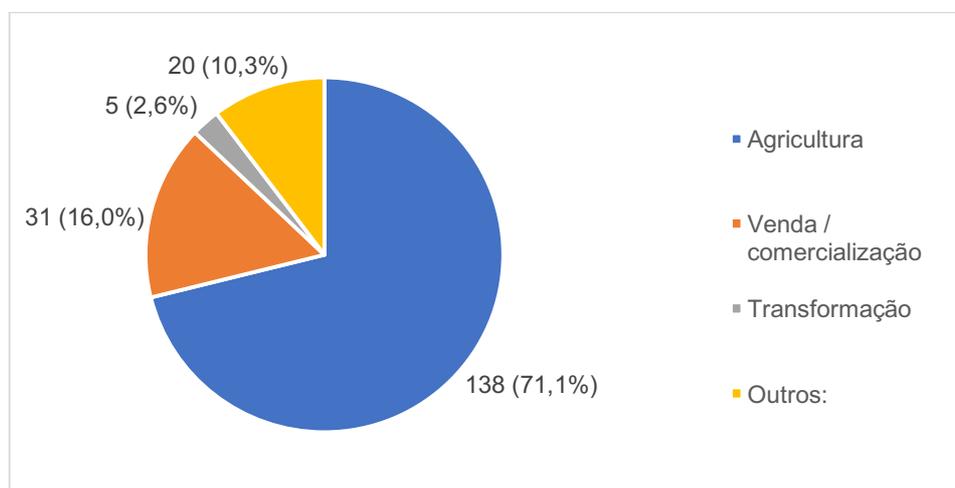
Conforme o Gráfico 22, na situação laboral, a maioria dos inquiridos trabalha na agricultura (n=147; 73,9%), seguido dos que trabalham nas vendas/comercialização (n=31; 15,6%), encontrando-se em minoria os que são estudantes (n=6; 3,0%).

Gráfico 22. Ocupação do Agregado Familiar



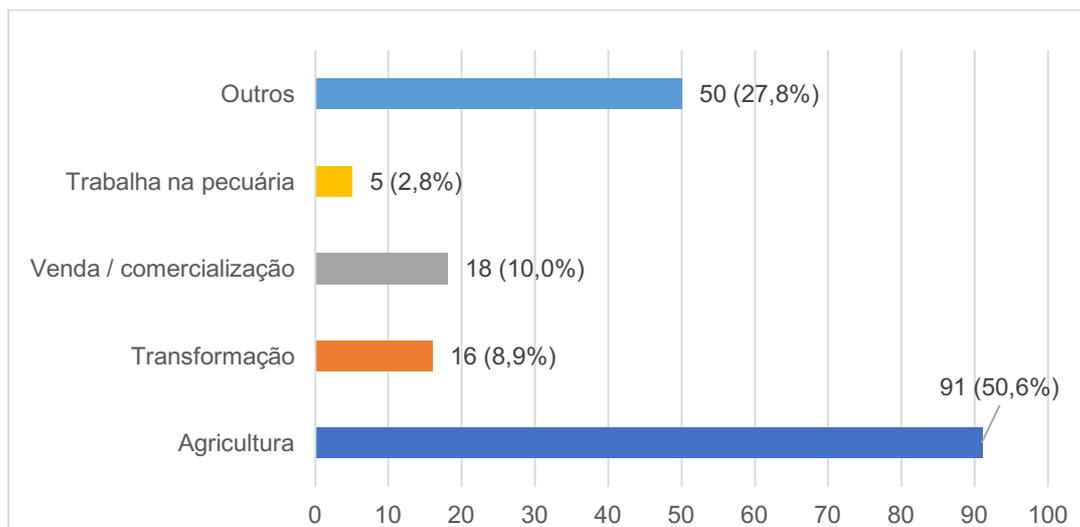
A maioria inquirida respondeu que o sector de trabalho que dá mais dinheiro no final do mês era a agricultura (n=138; 71,1%), seguido dos que trabalham nas vendas/comercialização (n=31; 16,0%), encontrando-se em minoria os que trabalham na indústria da transformação (n=5; 2,6%), (Gráfico 23).

Gráfico 23. Amostra do Sector de Trabalho do Agregado Familiar



Por sua vez, de acordo com o Gráfico 24, outros trabalhos que dão dinheiro no final do mês são agricultura (n=91; 50,6%), outros (n=50; 27,8%), vendas/comercialização (n=18; 10,0%), encontrando-se em minoria a transformação (n=16; 8,9%) e a pecuária (n=5; 2,8%).

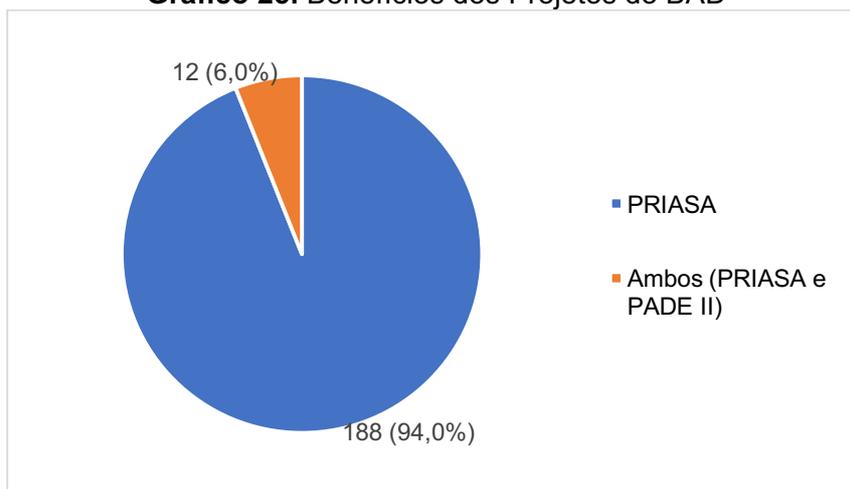
Gráfico 24. Amostra do Outros Sectores de Trabalho do Agregado Familiar



4.3.3. Intervenções: Benefício por Ação

Quando questionados sobre quais os projetos do BAD, a comunidade ou o inquirido beneficiaram, a maioria respondeu que tinha sido a PRIASA (n=188; 94,0%), encontrando-se em minoria o benefício de ambos os projetos (PRIASA e PADE II) (n=12; 6,0%), como pode ser observado no Gráfico 25.

Gráfico 25. Benefícios dos Projetos do BAD



Quando questionados sobre se os inquiridos tinham beneficiado das seguintes atividades através dos projetos da BAD, a maioria respondeu ter beneficiado da reabilitação/construção de estradas rurais (n=114; 58,2%), seguido da construção de infraestruturas agrícolas (estufas, abrigos, secador solar, etc.) (n=70; 35,0%), e da formação dos agricultores ou membros da comunidade (n=69; 34,5%)- Por sua vez, na minoria, encontra-se o usufruto do benefício da entrega de animais (n=13; 6,5%), construção de capoeira (n=11; 5,5%) e melhoramento genético das raças locais (n=9; 4,5%)(Quadro 10).

Quadro 10. Benefícios

		Sim		Não	
		N	%	N	%
1	Reabilitação/construção de estradas rurais	114	58,2	82	41,8
2	Reabilitação/construção de sistemas de irrigação (rega)	54	27,0	146	73,0
3	Reabilitação/construção de Unidades de Transformação	14	7,0	186	93,0
4	Reabilitação/construção de mercados	46	23,0	154	77,0
5	Formação dos agricultores ou membros da comunidade	69	34,5	131	65,5
6	Reabilitação de escolas	42	21,1	157	78,9
7	Construção de infraestruturas agrícolas (estufas, Abrigos, secador solar, etc)	70	35,0	130	65,0
8	Entrega de animais	13	6,5	187	93,5
9	Construção de capoeira	11	5,5	189	94,5
10	No melhoramento genético das raças locais	9	4,5	191	95,5
11	No melhoramento da produtividade da pecuária	12	6,7	168	93,3
12	Melhoramento da cobertura sanitária da pecuária	13	7,1	169	92,9

Observando o Quadro 11, quanto à avaliação das atividades, a maioria dos inquiridos concordou totalmente que a reabilitação de escolas (85,7%), reabilitação/construção de estradas rurais (70,2%), a reabilitação/construção de mercados (58,7%) e a formação dos agricultores ou membros da comunidade (49,3%) foram importantes

para o desenvolvimento económico e social. Por sua vez, os inquiridos concordam que a entrega de animais (84,6%), a construção de capoeira (81,8%), melhoramento genético das raças locais (77,8%), reabilitação/construção de sistemas de irrigação (63,6%), melhoramento da produtividade pecuária (58,3%), reabilitação/construção de unidades de transformação (57,1%) e o melhoramento da cobertura sanitária da pecuária contribuíram para o desenvolvimento económico e social.

Quadro 11. Atividades Importantes para o Desenvolvimento Económico e Social

		Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
1	Reabilitação/construção de estradas rurais	0.9	0.9	0.9	27.2	70.2
2	Reabilitação/construção de sistemas de irrigação (rega)	1.8	1.8	0.0	63.6	32.7
3	Reabilitação/construção de Unidades de Transformação	0.0	0.0	7.1	57.1	35.7
4	Reabilitação/construção de mercados	0.0	4.3	0.0	37.0	58.7
5	Formação dos agricultores ou membros da comunidade	1.4	2.9	0.0	46.4	49.3
6	Reabilitação de escolas	0.0	2.4	2.4	9.5	85.7
7	Construção de infraestruturas agrícolas (estufas, Abrigos, secador solar, etc)	0.0	5.7	0.0	48.6	45.7
8	Entrega de animais	15.4	0.0	0.0	84.6	0.0
9	Construção de capoeira	18.2	0.0	0.0	81.8	0.0
10	No melhoramento genético das raças locais	22.2	0.0	0.0	77.8	0.0
11	No melhoramento da produtividade da pecuária	25.0	16.7	0.0	58.3	0.0
12	Melhoramento da cobertura sanitária da pecuária	15.4	7.7	0.0	53.8	23.1

Nota: Valores em percentagem

Quanto à avaliação dos projetos da BAD, a maioria concordou que os projetos e as suas ações foram bem preparados (54,9%), assim como que os projetos e as suas ações foram bem executados na comunidade (52,5%), está satisfeita com os resultados dos projetos e das suas ações (58,4%) e está satisfeita com a intervenção global PRIASA (54,8%), (Quadro 12).

Quadro 12. Avaliação dos Projetos da BAD

		Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
1	Os projetos e as suas ações foram bem preparados	0.5	13.2	0.0	54.9	31.3
2	Os projetos e as suas ações foram bem executados na comunidade	1.6	12.0	1.1	52.5	32.8
3	De forma global estou satisfeito com os resultados dos projetos e das suas ações	0.0	5.6	0.6	58.4	35.4
4	Estou satisfeito com a intervenção global PRIASA	0.5	1.6	0.0	54.8	43.0
5	Estou satisfeito com a intervenção global PADE	0.0	8.5	0.9	49.6	41.0

Nota: Valores em percentagem

4.3.4. Efeitos dos Investimentos do BAD no Desenvolvimento Social e Económico das Comunidades

Do total de atividades dos projetos, a perceção da maioria dos inquiridos é a de que os resultados de todas as atividades levaram a melhorias para o desenvolvimento económico e social, salientando o acesso ao centro de saúde (66,0%), a maior disponibilidade de produtos agropecuários para venda (65,5%), facilidade de venda do seu produto (65,5%) e a facilidade de escoamento do produto (65,4%) (Quadro 13).

Quadro 13. Melhorias para o Desenvolvimento Económico e Social

Atividades que levaram a melhorias para o desenvolvimento económico e social						
		Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
1	Mais disponibilidade de produtos agropecuários para autoconsumo (mais produto para comer)	2.9	8.7	0.6	62.2	25.6
2	Mais disponibilidade de produtos agropecuários para venda (mais produtos para vender)	1.8	7.9	1.2	65.5	23.6
3	Facilidade de venda do seu produto	1.8	8.9	0.6	65.5	23.2
4	Facilidade de escoamento de produto	1.3	9.4	0.0	65.4	23.9
5	Poder cultivar novas culturas	0.6	9.0	0.6	60.3	29.5
6	Poder cultivar na época da gravana	3.8	22.6	3.0	48.1	22.6
7	Aumento da produção	2.2	10.4	3.0	60.7	23.7
8	Mais acesso a terra	1.8	18.2	3.6	51.8	24.5
9	Melhor acesso à irrigação	7.3	31.3	5.2	40.6	15.6
10	Melhor capacidade de transformação de produtos	14.8	29.6	7.4	37.0	11.1
11	Mais produtos transformados	11.8	23.5	0.0	38.2	26.5
12	Criação de emprego/mais trabalhadores	5.8	18.2	2.5	56.2	17.4
13	Mais formação/melhor conhecimento	2.0	10.2	0.7	57.1	29.9
14	Acesso ao centro de saúde	0.7	4.0	0.0	66.0	29.3
15	Acesso a escolas	0.7	4.8	0.7	64.6	29.3
16	Ter ou melhorar a habitação própria	2.6	17.2	0.7	47.7	31.8
17	Melhoria de circulação de bens e pessoas	0.0	5.3	0.7	61.6	32.5
18	Diminuição de custos com transporte	2.1	29.7	3.4	41.4	23.4
19	Melhor acesso a energia elétrica	6.7	26.9	2.5	40.3	23.5
20	Redução do êxodo rural (aumento das pessoas na comunidade)	0.6	21.1	0.6	47.6	30.1
21	Aumento de renda agrícola (aumentou o seu dinheiro)	4.8	23.0	3.2	48.4	20.6
22	Melhoria das condições de vida na comunidade	3.2	12.8	4.5	53.8	25.6
23	Melhoria do bem-estar da família	2.4	7.3	1.8	54.3	34.1

Nota: Valores em percentagem

Quanto ao intervalo do valor da renda mensal das famílias dos inquiridos, antes e depois do projeto (Quadro 14), verificou-se que antes, um maior número de famílias recebia até 3000 Stn (n=29; 33,3%) e entre 3000-5000 Stn (n=21; 24,1%) e, após os projetos, passaram a receber até 3000 Stn (n=23; 25,6%) e entre 3000-5000 Stn (n=20; 22,2%).

Quadro 14. Intervalo do Valor da Renda Familiar Mensal Antes e Depois do Projeto

Valor da Renda Mensal		Antes do Projeto		Depois do Projeto	
		N	%	N	%
1	Até 3000 Stn	29	33.3	23	25.6
2	3000 a 5000 Stn	21	24.1	20	22.2
3	5000 a 10000 Stn	17	19.5	19	21.1
4	10000 a 15000 Stn	12	13.8	18	20.0
5	Mais de 15000 Stn	8	9.2	10	11.1

Nota: Valores em percentagem

Quando questionados sobre as novas tecnologias que o BAD levou às comunidades, grande parte concordou com as novas tecnologias de produção (47,5%), concordou totalmente com as novas tecnologias de conservação (35,1%) e com a melhoria na rede de comunicação (55,6%). Em relação às novas tecnologias de transformação, dividiram as respostas entre discordo e concordo, ambas com 26,7%, (Quadro 15).

Quadro 15. Acesso as Novas Tecnologias para a Comunidade

		Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
1	Novas tecnologias de produção (rega, estufas...)	11.9	13.6	0.0	47.5	27.1
2	Novas tecnologias de transformação (...)	20.0	26.7	3.3	26.7	23.3
3	Novas tecnologias de conservação (instalação de camaras frias etc.)	13.5	21.6	0.0	29.7	35.1
4	Melhoria na rede de comunicação (internet, telefone, etc.)	1.4	16.9	2.1	23.9	55.6

Nota: Valores em percentagem

4.3.5. Dificuldades e Melhorias para Progredir nos Resultados dos Projetos

No que concerne às principais dificuldades que levam a que os objetivos dos projetos não estejam sendo cumpridos nas comunidades, a maioria dos inquiridos concordou que a falta de equipamentos para a agricultura (56,6%), a falta de formação (54,3%), a falta de insumos agrícolas (53,9%), o rendimento agrícola baixo (53,2%) e a falta de materiais de trabalho (53,0%) (Quadro 16), são aspetos que devem ser melhorados, de modo a que os objetivos dos projetos sejam alcançados.

Quadro 16. Dificuldades Encontradas na Implementação dos Projectos

		Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
1	Roubo de culturas	0.6	18.1	0.6	41.8	39.0
2	Falta de insumos agrícolas (adubo, pesticidas, etc.)	0.6	11.0	2.6	53.9	31.8
3	Custo elevado de insumos agrícolas (preço de insumos elevado)	1.4	12.7	2.8	51.4	31.7
4	Falta de equipamentos para agricultura (trator, máquinas, etc.)	0.7	9.0	1.4	56.6	32.4
5	Falta de materiais de trabalho (paz, enxadas, machins etc.,)	0.6	14.6	1.2	53.0	30.5
6	Acesso a crédito (falta de crédito)	0.6	7.8	1.1	43.6	46.9
7	Estradas em mau estado	6.2	34.0	0.6	33.3	25.9
8	Reduzida disponibilidade de Terra (falta de terra)	3.8	22.9	2.3	46.6	24.4
9	Acesso ao Mercado (falta de lugar para vender)	3.2	16.1	1.3	45.8	33.5
10	Falta de formação	1.3	11.3	0.0	54.3	33.1
11	Falta de água para irrigação	2.5	19.7	0.8	49.2	27.9
12	Falta de água potável	1.8	17.2	1.2	44.8	35.0
13	Rendimento agrícola baixo (pouco dinheiro da agricultura)	1.9	13.3	1.3	53.2	30.4
14	Salários agrícolas baixos	2.0	12.8	1.4	49.3	34.5

Nota: Valores em percentagem

Por último, quando questionados sobre o que é que deve ser feito para a melhoria dos resultados dos projetos do BAD nas comunidades, a maioria dos inquiridos concordou que deve ser apropriação dos beneficiários, ou seja, compromisso dos agricultores com os benefícios do projeto (64,8%), existir um maior envolvimento dos beneficiários na preparação dos projetos (63,2%) e na execução dos projetos (67,4%) e uma melhor ligação entre os beneficiários e as entidades governamentais (63,8%), (Quadro 17).

Quadro 17. Melhorias para Fazer Progredir os Resultados dos Projetos do BAD nas Comunidades

		Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
1	Apropriação dos beneficiários – compromisso dos agricultores com os benefícios do projeto	0.0	2.2	0.0	64.8	33.0
2	Maior envolvimento dos beneficiários na preparação dos projetos	0.0	0.5	0.0	63.2	36.2
3	Maior envolvimento dos beneficiários na execução dos projetos	0.0	0.6	0.0	67.4	32.0
4	Melhor ligação entre os beneficiários e as entidades governamentais	0.0	0.6	1.1	63.8	34.5

Nota: Valores em percentagem

4.4. Discussão dos Resultados

Nesta secção analisa-se a ocupação, género, idade e níveis de rendimento com as diferentes dimensões analisadas dos projetos BAD.

4.4.1. Relação da Ocupação com as Diferentes Dimensões Analisadas

Da relação da ocupação dois inquiridos com as diferentes variáveis analisadas podemos concluir que existem diferenças significativas a 10% entre as diferentes ocupações para as variáveis idade, género, níveis de escolaridade, dimensão do agregado e Valoração média das principais melhorias para fazer para progredir os

resultados dos Projetos do BAB. Para as outras variáveis apesar de as diferenças entre as diferentes ocupações não serem globalmente significativas, os valores observados dão uma ideia do sentido da variação entre ocupações.

No Quadro 18, os resultados demonstram que os inquiridos apresentam idades compreendidas de 31,6 anos a 39,9 anos para os sectores da agricultura, transformação e outras actividades, contudo, para o sector da comercialização a idade ronda os 49,5 anos para o sector da comercialização. Analisando a dimensão do sexo observa-se que os beneficiários associados ao sector da agricultura e transformação são maioritariamente do sexo masculino, e a comercialização e outras actividades sendo dominada pelo sexo feminino. Observando o estado civil dos inquiridos observa-se que são maioritariamente solteiros, trabalhando nas áreas da agricultura e comercialização e outras actividades, com relação a escolaridade observa-se que grande parte dos inquiridos que trabalham na agricultura, transformação e comercialização, apresentam o ensino secundário. Quanto à dimensão do agregado, para os sectores da agricultura e transformação, o agregado familiar está compreendido em até 5 pessoas, sendo que para a comercialização e outras actividades, o número de agregado familiar está em torno de 5,7 a 7,3 pessoas.

No que respeita aos níveis de rendimentos antes e depois do projecto, observa-se no Quadro 18, um aumento de renda no sector da agricultura, uma vez que passa de 2,3 para 2,6, significando que os inquiridos passaram de 3000 a 5000 STN para 5000 a 10000 STN. Para o sector da comercialização verificou-se também um aumento da renda dos níveis de 2,8 para 3,1, assim como para o sector da transformação de 2,8 para 3,2. Não se verificou alterações nos rendimentos para as outras actividades, em que o valor se manteve em 3,0.

A valorização da importância das actividades dos projectos para desenvolvimento económico e social, é satisfatória em todos os sectores, sendo igualitária para a agricultura e comercialização (4,4), e com maior relevância para os sectores da transformação (4,5) e das outras actividades (4,8). Relativamente à avaliação média dos benefícios verificamos que o sector da comercialização apresenta níveis de valorização mais baixo (3,9) e as outras actividades o mais elevado 4,5.

Quadro 18. Relação da Ocupação com as Diferentes Dimensões Analisadas

	Agricultura	Transformação	Comercialização	Outras actividades	F	p-value
Idade	39,9	39,4	49,5	31,6	7,952	0,000
Sexo	1,8	1,63	1,0	1,3	36,694	0,000
Estado Civil	2,0	1,6	2,0	2,0	4,260	0,006
Escolaridade	3,2	2,8	3,7	3,0	4,730	0,003
Dimensão do agregado	5,1	5,0	5,7	7,3	2,961	0,033
Níveis de rendimento antes dos projectos BAD	2,3	2,8	2,8	3,0	1,043	0,378
Níveis de rendimento depois dos projectos BAD	2,6	3,2	3,1	3,0	0,399	0,754
Alteração nos níveis de rendimento	1,3	1,2	1,4	1,0	0,710	0,548
Valoração média da importância das actividades dos projectos para o desenvolvimento económico e social	4,4	4,5	4,4	4,8	1,326	0,267
Avaliação média dos benefícios e custos do projectos BAD	4,1	4,1	3,9	4,5	1,957	0,122
Valoração média da importância das melhorias dos projectos para o desenvolvimento económico e social	4,0	4,2	3,8	4,1	1,520	0,211
Valoração média das dificuldades encontradas para alcançar os objectivos dos projectos do BAD	3,9	3,9	3,9	4,2	0,627	0,598
Valoração média das principais melhorias para fazer para progredir os resultados dos Projetos do BAD	4,3	4,5	4,3	4,6	2,909	0,036

Analisando ainda o Quadro 18, verifica-se que devem ser feitas melhorias nos projectos para o desenvolvimento económico e social a nível de todos os sectores

dado que a agricultura (4), transformação (4,2), Comercialização (3,8) e outras actividades (4,1) apresentam valorizações ainda abaixo do mais desejado que seria um valor igual a 5. Quanto a melhorias para fazer para progredir os resultados dos Projectos do BAD, são também a nível de todos os sectores, entretanto sendo de maior relevância para os sectores de transformação (4,5) e outras actividades (4,6).

Verifica-se também que as dificuldades encontradas para alcançar os objetivos dos projectos do BAD, são também em todos os sectores agricultura (3,9), transformação (3,9), Comercialização (3,9) e outras actividades (4,2) ainda abaixo do óptimo.

4.4.2. Relação do Género com as Diferentes Dimensões Analisadas

Da observação da relação do género dos inquiridos com as diferentes dimensões analisadas constatamos que somente a idade e dimensão do agregado apresentam diferenças significativas a 10%. Observando o Quadro 19, os resultados demonstram que para o género feminino a idade dos Inquiridos ronda os 42,9 anos e para o sexo masculino os 39,5 anos. Além disso, para ambos os sexos a prevalência do estado civil é serem solteiros, com níveis semelhantes de escolaridade (F (3,4) M (3,2)). Analisando a dimensão do agregado, verifica-se que é maior nos Inquiridos do sexo feminino (5,9) em relação ao masculino (5,0).

Relativamente aos níveis de rendimentos antes e depois do projecto, observa-se que para o sexo feminino o rendimento manteve-se constante (2,7) antes e depois dos projectos, tendo-se verificado um aumento de rendimento relativo ao sexo masculino que passou de (2,3) para (2,7) significando que os inquiridos do sexo masculino passaram de um rendimento médio de 3000 a 5000 STN para 5000 a 10000 STN.

No que diz respeito a todos os itens de valoração dos inquiridos, importância das actividades dos projectos, avaliação dos benefícios e custos, importância das melhorias, dificuldades encontradas e principais melhorias a introduzir, apresentam uma valoração semelhante para ambos os sexos.

Quadro 19. Relação do Género com as Diferentes Dimensões Analisadas

	Feminino	Masculino	F	p-value
Idade	42,9	39,5	3,261	0,072
Estado Civil	2,0	1,9	1,028	0,312
Escolaridade	3,4	3,2	1,989	0,160
Dimensão do agregado	5,9	5,0	4,872	0,028
Níveis de rendimento antes dos projectos BAD	2,7	2,3	1,451	0,232
Níveis de rendimento depois dos projectos BAD	2,7	2,7	0,007	0,932
Alteração nos níveis de rendimento	1,3	1,3	0,000	1,000
Valoração média da importância das actividades dos projectos para o desenvolvimento económico e social	4,5	4,4	0,429	0,513
Avaliação média dos benefícios e custos dos projectos BAD	4,1	4,2	0,329	0,567
Valoração média da importância das melhorias dos projectos para o desenvolvimento económico e social	3,9	4,0	1,706	0,193
Valoração média das dificuldades encontradas para alcançar os objectivos dos projectos do BAD	4,0	3,9	0,896	0,345
Valoração média das principais melhorias para fazer para progredir os resultados dos Projetos do BAD	4,3	4,3	0,455	0,501

4.4.3. Relação da Idade com as Diferentes Dimensões Analisadas

A relação da idade dos inquiridos com as diferentes dimensões analisadas apresenta diferenças significativas a 10% para a escolaridade, estado civil e dimensão do agregado. Ao analisar-se o Quadro 20, verifica-se que os inquiridos tanto do sexo feminino como do masculino estão na faixa dos 40 anos. Com relação ao Estado Civil, constata-se que a maioria dos Inquiridos são solteiros em todas as faixas etária.

Quanto a Escolaridade, verifica-se que os inquiridos com menos de 40 anos e mais de 60 anos apresentam em média o grau secundário de escolaridade (3,0) e (3,4) respetivamente, já para os inquiridos entre 40 a 60 anos o nível de escolaridade tende a ser em média o primário (3,5).

Por outro lado, analisando a dimensão do agregado, verifica-se que os inquiridos entre os 40 e 60 anos (5,9) e os com mais de 60 (5,6) apresentam o mesmo numero de

agregados familiar enquanto a classe de idade mais baixa apresenta agregados mais pequenos.

Quanto aos níveis de rendimentos antes e depois dos projectos, constata-se um aumento no nível de rendimentos para todas as idades dos inquiridos, inferiores a 40 anos ((2,3) para (2,7)), entre 40 a 60 anos ((2,6) para (2,8)) e com mais de 60 anos ((1,8) para (2,0)).

No que diz respeito a todos os itens de valoração dos inquiridos, importância das actividades dos projectos, avaliação dos benefícios e custos, importância das melhorias, dificuldades encontradas e principais melhorias a introduzir, apresentam uma valoração bastante semelhante para as várias classes de idade.

Quadro 20. Relação da Idade com as Diferentes Dimensões Analisadas

	<= 40 anos	>40 e <=60 anos	> 60 anos	F	p-value
Sexo	1,6	1,6	1,5	0,481	0,619
Estado Civil	2,0	1,9	2,0	2,371	0,096
Escolaridade	3,0	3,5	3,4	9,601	0,000
Dimensão do agregado	4,8	5,9	5,6	3,986	0,020
Níveis de rendimento antes dos projectos BAD	2,3	2,6	1,8	1,099	0,388
Níveis de rendimento depois dos projectos BAD	2,7	2,8	2,0	0,820	0,444
Alteração nos níveis de rendimento	1,3	1,2	1,2	0,352	0,704
Valoração média da importância das actividades dos projectos para o desenvolvimento económico e social	4,4	4,5	4,4	0,136	0,873
Avaliação média dos benefícios e custos do projectos BAD	4,1	4,1	4,1	0,024	0,976
Valoração média da importância das melhorias dos projectos para o desenvolvimento económico e social	4,0	4,0	4,1	0,216	0,806
Valoração média das dificuldades encontradas para alcançar os objectivos dos projectos do BAD	4,0	3,9	4,2	1,370	0,257
Valoração média das principais melhorias para fazer para progredir os resultados dos Projetos do BAD	4,3	4,3	4,4	0,317	0,729

4.4.4. Relação do Rendimento com as Diferentes Dimensões Analisadas

Para a análise da avaliação do papel dos investimentos do BAD no sector agrícola por rendimento, procedeu-se à aplicação de um modelo de regressão linear múltipla. Este modelo possui dois tipos de variáveis, onde uma variável dependente é expressa como função linear de duas ou mais variáveis explicativas (independentes). Assim sendo, para o estudo em causa, a variável dependente é o Rendimento dos beneficiários sendo explicada pelas variáveis independentes. Neste sentido, partiu-se da seguinte equação de regressão:

Rendimento dos Beneficiários = Função (Constante; Idade; Sexo; Dimensão do agregado; Escolaridade; Ocupação; Valoração média da importância das actividades dos projectos para o desenvolvimento económico e social; Avaliação média dos benefícios e custos do projectos BAD; Valoração média da importância das melhorias dos projectos para o desenvolvimento económico e social; Valoração das novas tecnologias trazidas pelos projectos BAD; Valoração média das dificuldades encontradas para alcançar os objectivos dos projectos do BAD; Valoração média das principais melhorias para fazer para progredir os resultados dos Projetos do BAD).

Os resultados desta regressão encontram-se espelhados nos Quadros 21 e 22, respetivamente, indicadores de qualidade de ajustamento e coeficientes do modelo de regressão linear múltipla. Segundo vários autores, os ajustamento da regressão linear serão tanto melhores quanto mais pequeno for a soma dos quadrados dos resíduos relativamente a soma dos quadrados totais. Assim a soma dos quadrados totais é dada pela soma dos quadrados dos resíduos mais a soma dos quadrados de regressão. Por seu lado o quociente entre a soma dos quadrados da regressão e a soma dos quadrados totais resulta numa medida de proporção da variação total que é explicada pelo modelo de regressão, o coeficiente de determinação R². Assim este coeficiente pode ser usado como medida de qualidade do ajustamento, em que quanto mais próximo o R² estiver de 1 mais adequado este é ao modelo. Neste estudo os resultados mostram que apenas 23,1% da variável dependente é explicada pelas variáveis independentes.

Embora o R2 estime a força da relação entre as variáveis explicativas e a variável de resposta, não é um teste de hipótese formal para esta relação. Para o determinar estatisticamente aquela relação é utilizado o teste F, através do qual pode-se determinar se há uma relação linear entre a variável dependente e algumas das variáveis explicativas, de acordo com um valor de rejeição a hipótese nula a nível de 0,05. Com o valor de 0,049 é possível concluir que pelo menos um parâmetro do modelo é diferente de zero, tornando assim o modelo significativo.

Quadro 21. Indicadores de Qualidade do Ajustamento

Indicadores	valor
Nº de observações	200
R2	0,231
R2 ajustado	0,128
Desvio padrão da regressão	1,203
Graus de liberdade da regressão	11
Graus de liberdade dos resíduos	64
Graus de liberdade totais	75
Soma quadrados da regressão	31,582 11
Soma quadrados dos resíduos	94,352 64
Soma quadrados totais	125,934
Estatística F	1,947
p-value	0,049

No Quadro 22 são apresentados os resultados do cruzamento das variáveis explicativas com a variável dependente Rendimento dos beneficiários. A análise da mesma é feita baseando na ideia de que: 1) para os coeficientes positivos, quando a valoração das variáveis explicativas aumenta, o rendimento dos beneficiários também aumenta; e 2) para os coeficientes negativos, quando a valoração das variáveis explicativas aumenta, o rendimento dos beneficiários diminui. Por outro lado, se o p-value < 0,1, significa que o valor do coeficiente estimado para cada variável é diferente de zero e igual ao estimado enquanto se o p-value > 0,1 não podemos dizer que o coeficiente é diferente de zero.

Neste sentido, para o estudo em causa, a constante, que significa o intercepto da regressão, tem um p-value de 0,498, uma vez que é maior que o nível de significância de 10%, não se pode rejeitar a hipótese nula.

A Idade tem um coeficiente negativo de 0,026 do ponto de vista estatístico, com o p-value igual 0,054, menor que 0,1, o que significa dizer que as pessoas mais novas têm níveis de rendimento mais elevado do que as mais velhas.

Concernente ao sexo este apresenta um coeficiente positivo de 0,723, com o p-value igual 0,137, maior que 0,1. Apesar de estatisticamente o coeficiente não ser diferente de zero, podemos dizer que os homens apresentam rendimentos mais elevados que as mulheres.

A dimensão do agregado (0,010), a escolaridade (0,359), e a ocupação (0,234), todos apresentam coeficientes positivos mas um p-value maior que 0,1. Genericamente significa que agregados familiares maiores têm maiores rendimentos, quanto maior o nível de escolaridade /conhecimento tiver o beneficiários maior será o seu rendimento, e o beneficiários com uma ocupação de comercialização ou outras actividades apresenta um melhor rendimento que a agricultura e a transformação.

Entretanto, relativamente a valoração média da importância das actividades dos projectos para o desenvolvimento económico e social (-0,143), avaliação média dos benefícios e custos do projectos BAD (-0,555), valoração das novas tecnologias trazidas pelos projectos BAD (-0,258), valoração média das dificuldades encontradas para alcançar os objectivos dos projectos do BAD (-0,223), apresentam todos coeficientes negativos, com p-value maior que 0,1, o que significa que ponto de vista estatístico não podemos dizer que o coeficiente é diferente de zero, mas existe a indicação que os inquiridos que valorizaram menos aqueles itens são os que apresentam maiores níveis de rendimento.

Em relação à valoração média da importância das melhorias dos projectos para o desenvolvimento económico e social (1,094), e valoração média das principais melhorias para fazer para progredir os resultados dos Projetos do BAD (0,681), apresentam um p-value igual 0,011 e 0,079, sendo estatisticamente significativas.

Podemos afirmar, que mantendo tudo constante, um aumento de uma unidade na valoração média das melhorias dos projectos para o desenvolvimento económico e social e das melhorias para fazer para progredir os resultados dos Projetos do BAD, resulta num aumento de rendimento dos inquiridos de 1,094 e 0,681.

Quadro 22. Resultados do Modelo de Regressão linear Múltipla

Indicadores	Coefficientes	Desvio Padrão	t	p-value
Constante	-1,675	2,460	-,681	0,498
Idade	-0,026	0,013	-1,965	0,054
Sexo	0,723	0,480	1,505	0,137
Dimensão do agregado	0,010	0,052	,199	0,843
Escolaridade	0,359	0,224	1,602	0,114
Ocupação	0,234	0,208	1,126	0,264
Valoração média da importância das actividades dos projectos para o desenvolvimento económico e social	-,143	0,240	-,594	0,555
Avaliação média dos benefícios e custos do projectos BAD	-,555	0,220	-2,516	0,014
Valoração média da importância das melhorias dos projectos para o desenvolvimento económico e social	1,094	0,415	2,636	0,011
Valoração das novas tecnologias trazidas pelos projectos BAD	-0,258	0,160	-1,609	0,112
Valoração média das dificuldades encontradas para alcançar os objectivos dos projectos do BAD	-0,223	0,235	-,947	0,347
Valoração média das principais melhorias para fazer para progredir os resultados dos Projetos do BAD	0,681	0,381	1,788	0,079

4.5. Reflexão sobre a Melhoria do Desenvolvimento Agrícola em STP

Face aos resultados obtidos, iremos fazer de forma modesta algumas recomendações para melhorar o desenvolvimento agrícola e das zonas rurais em STP, face aos investimentos recebidos do BAD e de outros parceiros internacionais:

O desenvolvimento agrário visa à criação de programas que auxiliem o produtor a ter acesso a informações, tecnologias, infraestruturas, etc que permitam a geração de renda, melhoria dos níveis de bem-estar e incentivem o uso sustentável dos recursos.

Assim, verifica-se que a os projectos agrícolas e de desenvolvimento rural financiados pelos parceiros internacionais, são importantes para o desenvolvimento agrícola e social, pois a modernização dos sistemas de produção, das condições de preservação, transformação e venda produtos e o desenvolvimento da irrigação através da construção de infraestruturas nas áreas rurais, contribuem de forma sustentável para melhorar a segurança alimentar e nutricional dos agregados familiares, para a redução da pobreza rural em São Tomé e Príncipe e melhoria dos níveis de bem-estar.

Disso é ilustrativo os resultados obtidos quanto à avaliação das atividades implementadas pelos projectos do BAD, observando-se uma grande concordância dos inquiridos com a reabilitação de escolas, reabilitação/construção de estradas rurais, a reabilitação/construção de mercados e a formação dos agricultores ou membros da comunidade, sobre a sua importância para o desenvolvimento económico e social.

Todavia, as necessidades são muitas, assim sendo, há que melhorar a seleção das necessidades de intervenção dos projectos, com base nas prioridades em cada Distrito do País. As melhorias nos projectos para o desenvolvimento económico e social e as melhorias para fazer progredir os resultados dos Projetos do BAD, devem resultar num aumento de rendimento dos agricultores. Neste sentido, quaisquer estratégias para o desenvolvimento agrícola devem ter em conta as actividades produtivas existentes, infra-estruturas existentes e as estratégias definidas para o desenvolvimento de sectores produtivos. Para o efeito, é importante desenvolver um mapeamento actualizado da capacidade de produção por região, um mapeamento dos agricultores existentes na região e das suas associações, do tipo e quantidade da produção agrícola, entre outros dados a recolher, sendo estas informações muito pertinentes para facilitar a tomada de decisões.

De acordo com o questionário aplicado, em sua maioria há uma concordância entre os beneficiários que todas as atividades implementadas pelos projectos do BAD levam a melhorias para o desenvolvimento económico e social, salientando-se o acesso ao centro de saúde, a maior disponibilidade de produtos agropecuários para venda,

facilidade de venda do seu produto e a facilidade de escoamento do produto. Assim sendo, a situação de bloqueio de algumas zonas de produção agrícola têm vindo a melhorar, no entanto, numerosas comunidades estão ainda inacessíveis, designadamente na época das chuvas. A prioridade em melhorar o acesso a certas comunidades, é uma questão que não se limita somente a agricultura, porque a reabilitação de estradas rurais têm vital importância também no papel social.

Neste sentido, a reabilitação de estradas rurais é uma intervenção prioritária para incentivar a produção nas zonas mais remotas do país, mas também representa uma intervenção com um impacto social significativo. Em algumas comunidades beneficiadas, o impacto social é maior do que o impacto potencial no aumento da produção agrícola.

Alem disso, a frequência de circulação dos veículos e os fluxos comerciais nas comunidades agrícolas aumentaram, de acordo com os resultados do questionário, e alguns investimentos privados começam a ser atraídos para estas zonas, pois as vias de acesso reabilitadas constituem um incentivo muito forte para a expansão da produção e a possibilidade de fácil comercialização dos produtos agrícolas um factor determinante para a melhoria da situação económica dos agregados familiares.

A Produtividade Total de Fatores (PTF) de São Tomé e Príncipe é baixa e encontra-se em deterioração, agudizando as dificuldades económicas com que o país se depara, em especial na zona rural. O baixo nível tecnológico do país aliado às dificuldades de infraestruturas são alguns dos factores limitantes com que este país se depara (Mancal & Barros, 2019). Pelo que em conformidade com (Dethier & Effenberger, 2012 citados por Mancal & Barros, 2019) a elevação de produtividade no sector agrícola pode ser a fonte de recursos capaz de alavancar o desenvolvimento nos Palop e Timor-Leste. Trata-se de um desafio que, se superado, melhoraria as condições de vida tanto na zona rural como urbana destes países. A melhoria de produtividade agrícola nos países em desenvolvimento, além de alavancar a economia, mostra-se como o melhor meio de garantir a segurança alimentar no longo prazo.

Nos resultados do presente estudo, as dimensões como a classe de idades, o tamanho do agregado familiar, o nível de escolaridade, o nível tecnológicos, são factores determinantes que influenciam no rendimento dos beneficiários, pois os agregados familiares maiores têm maiores rendimentos, quanto maior o nível de escolaridade /conhecimento tiver o beneficiários maior será o seu rendimento, e o beneficiários com uma ocupação de comercialização ou outras actividades apresentam um melhor rendimento que a agricultura e a transformação. Podendo-se assim dizer que há uma tendência para o aumento do êxodo rural. Que de acordo com Mancal et al (2019), a redução da população rural, em termos relativos e absolutos, tem sido uma tendência normal das sociedades, à medida que as condições socioeconômicas favorecem as condições de vida no meio urbano.

A ideia do desenvolvimento agrícola sustentável está também baseada na possibilidade de cooperação, parcerias e organização de projectos. Neste sentido, dificilmente uma comunidade agrícola consegue desenvolver-se somente com seus recursos próprios. Em geral, há necessidade de investimentos externos, na forma de recursos tecnológicos, humanos ou financeiros. Pensar a gestão social do desenvolvimento agrário que seja sustentável é considerar as relações e os acontecimentos locais e envolver a comunidade no processo participativo de construção de planos e parcerias.

De acordo com o estudo realizado nos PALOPs por Mancal et al (2019), existem esforços públicos para melhorar o setor agrícola, mas a baixa produtividade aliada à produção para subsistência persiste. A ineficácia das medidas públicas na promoção do desenvolvimento agrícola pode ser um reflexo de ações desarticuladas das autoridades governamentais e instituições não-governamentais. E uma das soluções consiste na constituição de um fórum de concertação em que as partes trocariam informações e planeariam, para que as medidas tomadas tivessem sinérgicas e fossem complementares.

Nesta óptica, reforça-se a ideia de que os diversos parceiros do Governo no país, podem contribuir para a redução significativa das importações, na estruturação dos

sectores que agregam valor à produção local, enquadrado de tal forma uma estratégia nacional que protege, incentiva e valoriza a produção local.

Tanto para STP como para os PALOPs, após a consumação de suas independências, têm sido direcionados importantes investimentos, em especial das instituições internacionais, com o intuito de facilitar o desenvolvimento; porém, com baixa eficácia no que se refere à melhoria de qualidade de vida (Mancal & Barros,2019). Neste sentido necessário se torna:

- Optimizar a coordenação regular entre os vários parceiros, permitindo assim uma melhor comunicação, acompanhamento das actividades de planeamento e eficiência das actividades operacionais de forma a evitar duplicidades de acções, e investimentos de vários parceiros em mesma área;
- Que os parceiros e beneficiários garantam uma boa gestão da infraestrutura construída e reabilitada de forma a garantir a sustentabilidade destas mesmas infraestruturas;
- Garantir que a infraestrutura construída seja bem utilizada e que seja de propriedade dos beneficiários;
- Diante da crescente demanda das populações por um acesso mais fácil à água e pela observação dos efeitos das mudanças climáticas, as autoridades de STP devem colocar o desenvolvimento da irrigação e a reabilitação de pistas rurais como prioridades estratégicas para contribuir para a segurança alimentar e o aumento da produção agrícola.
- Direcionar os investimentos para a implementação de acções impulsionem mais a economia e geração de emprego a grande escala, como o desenvolvimento de agroindústrias;
- Implementações de acções integradas ao sector agrícola nas comunidades, como por exemplo a melhoria de rede energética, de comunicação, de forma a reduzir o êxodo rural.
- Entre outros

Hoje a questão do desenvolvimento agrário, por força dos processos sociais que por vezes envolvem confrontos de interesses diversificados e que atravessam toda a sociedade, leva a dificuldades do Estado em administrar essa questão de forma socialmente justa, mas também a uma responsabilidade da sociedade em escolher o Estado que deseja para gerir os seus próprios interesses. Neste sentido, a burocracia, também é muito valorada como uma dificuldade encontrada na execução dos projectos, pois deve haver maior flexibilidade dos procedimentos tendo em conta a realidade do país.

Nesta perspectiva, os resultados mostram que se deve prestar atenção especial às realidades socioeconômicas do país, ao contexto do sector em questão e à capacidade dos serviços públicos responsáveis pela execução do projeto, pois devem levar em consideração o contexto específico do país, especialmente para os países insulares, como é o caso de STP.

Capítulo 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve o propósito de analisar o papel dos investimentos do BAD, através de projetos agrícolas, na vida social e económica dos agricultores das zonas beneficiadas, nos resultados alcançados em relação aos objetivos preconizados e, na sua pertinência e importância para o desenvolvimento agrícola de São Tomé e Príncipe. Este capítulo reproduz as principais conclusões e contributos assim como as limitações e sugestões para futuras investigações.

5.1. Principais Conclusões

Feita a análise, a apresentação, interpretação e discussão dos resultados, os quais permitiram conhecer melhor os projetos do BAD implementados em STP e refletir sobre alguns dos seus resultados e sobre os achados emergidos da presente investigação, é possível retirar algumas conclusões principais que se expõem de acordo com os objetivos específicos formulados.

Assim, para responder ao primeiro objetivo específico de Identificar os principais projetos financiados pelo BAD em STP e os resultados alcançado, comparando-os com os objetivos preconizados, conclui-se que o projecto PRIASA representou um importante investimento no sector agrícola do país, devendo por isso ser encarado como um projecto âncora para a promoção da segurança alimentar, com potencial para criação de pontes e sinergias com outras iniciativas em curso, no sector agrícola (agricultura e pesca). A implementação da segunda fase do projecto (PRIASA II) visou construir e/ ou reabilitar as infra-estruturas prioritárias que não foram cobertas pelo PRIASA I, por causa do orçamento limitado. Para a sua formulação (PRIASA II), a promoveu-se discussões participativas envolvendo organizações do Sector Agrícola, comunidades beneficiárias e peritos nas áreas de intervenção, com intuito de identificar as acções a serem desenvolvidas e trazer melhor integração dos parceiros concernentes; já o projecto PADE, conseguiu trazer melhor cobertura fitossanitária

para o sector da pecuária, entretanto a questão relativa a disponibilidade de proteína derivados deste setor ficou aquém da expectativa. Através do estudo NTCF, foi desenvolvido a estratégia de irrigação para o país, na qual os futuros projectos poderão se basear para a implementação mais eficientes e eficaz dos projectos ligados a questão da irrigação. Por que, a construção de infraestruturas, por si só, não contribuirá para o aumento da produção de alimentos, devendo por isso ser equacionada numa estratégia de abastecimento alimentar, os futuros projectos deverão promover a regularidade na oferta e a estabilidade dos preços e mercados e a identificação, quantificação e monitorização dos beneficiários.

Relativamente à percepção das comunidades agrícolas sobre os efeitos dos investimentos do BAD no seu desenvolvimento (vida social e económica), de uma forma geral para que o desenvolvimento sustentável seja implementado é necessário garantir a harmonia e a racionalidade de seus beneficiários, uma vez que o processo de desenvolvimento deve ser visto como um meio de se obter, respeitando todos os princípios étnico-culturais, melhoria nas condições de vida das populações, principalmente as mais vulneráveis. Neste sentido, as actividades que visam o desenvolvimento nas comunidades agrícolas deram ênfase a investimentos e programas que proporcionaram sempre o despertar da solidariedade e a mobilização dos objectivos dos grupos alvos. Assim sendo, os projectos implementados pelo BAD nas comunidades agrícola, atenderam as necessidades prioritárias destas mesmas comunidades quanto a melhoria da circulação de pessoas e bens, melhorias de sistemas de rega, na formação e capacitação, entre outros, podendo-se assim dizer que os resultados foram alcançados. Entretanto, alguns dos objetivos propostos para serem atingidos com esses resultados, não foram totalmente observados pelos beneficiários uma vez que, para que tais objetivos sejam alcançados é necessária a integração de outros investimentos não associados ao BAD, pois os investimentos deste financiador não garante por se só resolver todas as dificuldades encontradas nas comunidades.

Quanto ao quarto objetivo específico, de saber a percepção de atores locais sobre o impacto e pertinência dos investimentos do BAD no desenvolvimento rural e agrícola,

pode concluir-se os pressupostos fundamentais para a implementação do projeto são a estabilidade política e a ausência de conflitos militares no país, bem como a participação ativa da comunidade nas operações a implementar. O bom relacionamento entre as organizações envolvidas, bem como o estabelecimento de uma equipa forte e coerente, capaz de desenvolver parcerias e criar sinergias entre elas, é também um fator decisivo para a execução deste projeto e para a concretização dos objetivos traçados.

Também sobre o quinto objetivo específico, de Descrever o papel dos investimentos na melhoria da mobilidade dos beneficiários, na receita dos agricultores e no êxodo rural, é possível concluir que em termos estratégicos, os projetos voltaram para a promoção da estabilidade no termos de abastecimento alimentar (acesso aos alimentos e mercados de comercialização) e estabilidade de acesso aos alimentos (mercados e preços) com base em produtos locais como uma contribuição para o promoção da segurança alimentar;

Finalmente, no sexto e último objetivo específico, que é o de fazer recomendações para melhorar os efeitos dos investimentos do BAD no desenvolvimento agrícola em STP, recomenda-se promover uma maior coordenação e uma gestão mais centralizada do gerenciamento de projetos. Sob esta perspectiva, sendo que os projectos envolvem diversos órgãos do Estado e da sociedade civil, com lógicas de trabalho diferenciadas, exige a definição de uma linha de liderança coerente, e que só pode vir das entidades de gestão, com o mandato do Ministério de tutela; além disso devem ser adotados uma gestão baseada em resultados e não apenas no monitoramento das atividades planejado. Esta metodologia requer uma linha de orientação onde a principal preocupação é atingir metas e promover modelos de transformação sectores de intervenção, de forma a ter a flexibilidade necessária para este pode acontecer. Devem ser desenvolvidos ferramentas para monitorar os impactos do projeto nos grupos-alvo e beneficiários e o setor de intervenção. Para isso, é absolutamente necessário realizar um diagnóstico aprofundado das áreas de intervenção, a sua capacidade de produção, sua situação social e econômica, definindo um conjunto de indicadores a seguir. Além disso, devem ser também

fortalecidos o suporte da componente - infraestrutura de suporte à produção agrícola, envolvendo as delegações regionais da agricultura e organizações da sociedade civil. Neste sentido, esta questão é central para o funcionamento eficaz de infraestruturas construídas / reabilitadas pelos projectos, pois as assistências técnicas para os produtores devem ser um especto prioritário a ser reforçado.

Alem disso, deve ser promovido a discussão participativa das intervenções a serem realizadas, envolvendo as organizações do setor, comunidades beneficiárias e especialistas na área de intervenção, alem de se promover mecanismos de gestão participativa para infraestruturas de carácter comunidade, envolvendo cooperativas, associações de produtores / pescadores, de forma a garantir sua sustentabilidade após o término do projeto.

No entanto, os projectos do BAD, ou outros projetos em andamento no país, podem contribuir para a redução significativa das importações, por meio da estruturação setores que agregam valor à produção local, de forma estruturada estratégia nacional que inclui a produção de legislação que proteja, incentive e promover a produção local.

Quanto às três questões de investigação, também estas foram todas respondidas, tendo os investimentos do BAD contribuído, de uma forma geral, para o desenvolvimento de STP. Entretanto, o impacto dos projetos no aumento da renda dos agricultores e suas famílias deverá continuar a ser uma consequência natural de uma estratégia coerente e eficaz para promover a agricultura no país.

5.2. Limitações do Estudo

Algumas limitações podem ser apontadas ao presente estudo, resultantes, por um lado, do momento da sua realização, em plena pandemia por Covid-19 e, também, por isso, mas não só, da dificuldade em conseguir respostas às entrevistas e aos questionários por parte de alguns dos potenciais participantes no estudo, assim como, alguns entraves à obtenção de respostas, por desconfiança, indisponibilidade de tempo ou não valorização do estudo. Daí decorreu uma outra limitação ligada ao

número reduzido de respostas obtidas em relação às ambicionadas e projetadas no início do desenho do estudo.

Outra limitação tem a ver com o processo de amostragem não probabilística, por conveniência que não permite a extrapolação das conclusões, com um grau razoável de confiança, para o resto do universo. Assim, estes resultados e conclusões apenas se aplicam e são válidos para a amostra da população inquirida.

Ainda mais uma limitação associada à deficiente infraestrutura energética e de telecomunicações no país que limitou a consulta e a descarga de documentos e de artigos em bases de dados e repositórios digitais internacionais.

5.3. Sugestões de Investigação Futura

Sobre o desenvolvimento rural e agrícola num contexto como o de STP, são várias as sugestões de investigação que podem ser feitas na medida em que quase tudo está por pesquisar e solucionar. Contudo, no que respeita a ideias surgidas após realização do presente estudo, podem ser referidas as que seguidamente se listam:

- A importância da formação dos beneficiários na formulação de projectos e o seu impacto esperado do desenvolvimento socioeconómico;
- Industrialização Agrícola como factor chave para o desenvolvimento rural em STP;
- Identificar tipologias de beneficiários dos projetos e as necessidades de investimentos específicos para a progressão do seu desenvolvimento social e económico;
- Definir as bases de uma política de desenvolvimento rural e agrícola em STP e/ou um Plano de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e Agroalimentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, M. M., Magalhães, M. J., & Ribeiro, M. (2011). Avaliação do programa Indicativo de Cooperação Portugal – São Tomé e Príncipe (2008-2011). IPAD. Disponível em: <http://www.oecd.org/derec/portugal/49817353.pdf> (Acesso em 4 novembro 2020).
- Almeida, A. J. (2012). *Consumo e Segurança Alimentar em São Tomé e Príncipe. Estudo de caso no Distrito de Água Grande* (Dissertação de Mestrado em Agronomia Tropical e Desenvolvimento Sustentável). Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5368/1/Ana%20Justina%20Almeida.pdf> (Acesso em 1 março 2020).
- Alan, F. F., & Alair, F. F. (2012). (Re) Significações Conceituais e suas Influências na Formulação de Políticas Públicas: uma Reflexão a partir das Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil. XXXVI encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2012, Brasil.
- Amaro, A., Póvoa, A., & Macedo, L. (2005). *A arte de fazer questionários. Metodologias de Investigação em Educação*. Faculdade de Ciências, Universidade do Porto. Disponível em: <https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/A-arte-de-fazer-question%C3%A1rios.pdf> (Acesso em 16 novembro 2020).
- BAD - Banco Africano de Desenvolvimento (2012). Documento de estratégia de País (DSP) 2012-2016, São Tomé e Príncipe. Disponível em: <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/STP%20-%20DSP%202012-2016.pdf>
- BAD- Banco Africano de Desenvolvimento (2014). Relatório de encerramento do projecto PADE I. (Documento Interno da Direção da Pecuária e do Banco Africano de Desenvolvimento).
- BAD- Banco Africano de Desenvolvimento, 2016. Relatório anual, pag.2.. Disponível em: https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/AfDB_Annual_Report_2016_PT.pdf
- BAD- Banco Africano de Desenvolvimento (2017a). Relatório anual, São Tomé e Príncipe. Disponível em: (Documento Interno do BAD).
- BAD- Banco africano de desenvolvimento (2017b). Relatório de encerramento do projecto PRIASA I. Disponível em: https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/SAO_TOME_AND_PRINCIPE_-_Infrastructure_Rehabilitation_for_Food_Security_Support_Project_PRIASA_-_PCR.pdf (Acesso em setembro 2020).
- Batista, E. C., Matos, L. A. L., Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau*, 11 (3): 23-38. ISSN 1980-7031. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/FMfcgzGkZZlxnTVjKhqlvLQDdvCCrVbZ?projector=1&messagePartId=0.3> (Acesso em setembro 2020).

- BM - Banco Mundial (2020). São Tomé e Príncipe: aspectos gerais. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview#1> (Acesso em 16 novembro 2020).
- Bonfim, Filipe (2013). Relatório de perfil de género na agricultura na zona de intervenção do projeto de reabilitação de infraestruturas de apoio a segurança alimentar (PRIASA), STP. (Documento Interno da Unidade de Gestão do Projecto PRIASA).
- Bonfim, F. (2014). Sector agrícola e perspetivo de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe. Disponível em: www.undp.org/docs/undp_st_RappF_econ_pt.pdf (acesso em 1 maio 2020).
- Bryman, A., & Bell, E. (2011). *Business Research Methods*. 3ª Ed. OUP Oxford, ISBN 0199583404, 9780199583409. 765 p.
- Casado, D. M. (2017). A cooperação internacional à luz das teorias realista e liberal e sua importância em investigação criminal, 20 p. Artigo Científico, Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Brasil. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/2732/Artigo%20de%20Conclus%C3%A3o%20de%20Curso%20-%20Daniel%20Moreno%20Casado.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. (Acesso em: maio 2020).
- Cardoso, F. J., Ferreira, P. M., & Seabra, M. J. (2012). Portugal e os Desafios Atuais da Cooperação para o Desenvolvimento. O projeto Desenvolvimento no Centro das Políticas Públicas, do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, IEEI, co-financiado pelo IPAD. Disponível em: <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2018/03/Portugaleosdesafiosatuais.pdf> (Acesso em 4 maio 2020).
- Carvalho, P. G. Barcellos.F.C. (2014). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica. The Millennium Development Goals (MDG) – a critical evaluation. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-244, set/dez 2014. Disponível em : <file:///C:/Users/Coordenadora/Downloads/15662-Texto%20do%20artigo-26612-1-10-20180928.pdf>. (Acesso em novembro 2020).
- Carvalho, H. (2019). O que é a Escala Likert e como aplica-lá. Disponível em: <https://vidadeproduto.com.br/escala-likert/> (Acesso em: novembro 2020).
- Correia, M.C. (2009). A Observação Participante enquanto Técnica de Investigação. *Pensar Enfermagem*, 13 (2), 2º Semestre. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23968/1/2009_13_2_30-36.pdf (Acesso em: agosto 2020).
- Di Ciommo, M. (2014). O futuro da cooperação para o desenvolvimento: O papel crescente dos doadores emergentes. Relatório Development Initiatives Disponível em: <http://devinit.org/wp-content/uploads/2015/08/O-futuro-da-coopera%C3%A7%C3%A3o-para-o-desenvolvimento.pdf> (Acesso em 4 maio 2020).
- Diário de Notícias(2018) . São Tomé e Príncipe sobe em avaliação de desenvolvimento humano da ONU. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/sao-tome-e-principe-sobe-em-avaliacao-de-desenvolvimento-humano-da-onu-9846165.html> (Acesso em novembro. 2020).
- Dufumier, M. (2010). Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas / MarcDufumier ; tradução Vítor de Athayde Couto ; prefácio René Dumont. - 2. ed. - Salvador: EDUFBA.326 p.

- FAO (2017a). Estudo de caracterização da agricultura familiar nos países da CPLP. Disponível em: <http://www.fao.org/sao-tome-e-principe/noticias/detail-events/pt/c/1072060/>. (Acesso em 14 outubro 2020).
- FAO (2017b). FAO em São Tomé e Príncipe. Disponível em: <http://www.fao.org/sao-tome-e-principe/fao-em-sao-tome-e-principe/sao-tome-e-principe-em-resumo/pt> (Acesso em 14 outubro 2020).
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC
- Freitas, A. F., & Freitas, A. F. (2012a). (Re)Significações Conceituais e suas Influências na Formulação de Políticas Públicas: uma Reflexão a partir das Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil. XXXVI encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/63/2012_APB2257.pdf (Acesso em 4 maio 2020).
- Freitas, A. F., Freitas, A. F., & Dias, M. M. (2012b). Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, 46(6):1575-97, nov./dez., Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7142/5691> (Acesso em 4 maio 2020).
- Ferreira. P. M., Faria. F., & Cardoso. F.G. (2015). O Papel de Portugal na Arquitetura Global do Desenvolvimento. Opções para o Futuro da Cooperação Portuguesa. Disponível em : https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2017/12/estudocooperacaoportuguesa_net-1.pdf (Acesso em : maio 2020).
- Garrido, C., Ferreira, D., & Pinto, J. (2013). Relatório Final: Avaliação de meio percurso do PRIASAI. (Documento Interno da Unidade de Gestão do Projecto PRIASA).
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª Edição. Editora Atlas, São Paulo. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> (acesso a 14 agosto 2020).
- Gil, A.C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª Edição. São Paulo. Atlas.
- Gori, R. M. A. (2006). Observação Participativa e Pesquisa-Ação: Aplicações na Pesquisa e no Contexto Educacional. *Revista Eletrônica de Educação*, 1(2), Jan/Jul. Curso de Pedagogia, Campus Avançado de Jataí, Universidade Federal de Goiás. ISSN: 1807-9342. DOI: <https://doi.org/10.5216/rir.v1i2.197>.
- GPEARI, Projectos aprovados aos PALOP pelo BAD e BM, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10859801-Evolucao-da-ajuda-prestada-pelo-banco-africano-de-desenvolvimento-e-pelo-banco-mundial-aos-palop-ano-2000-a-2007.html> (Acesso em setembro 2020).
- Henriques. C. (2011). Análise de Regressão Linear Simples e Múltiplos. Departamento de matemática. Escola Superior de Tecnologia de Viseu, Portugal. Disponível: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176802/mod_resource/content/1/Slides%20-%20Regress%C3%A3o%20Linear%20Simples%20e%20M%C3%BAltipla.pdf (Acesso em Dezembro 2020).
- Iberdrola (2020). O que é o Índice de Desenvolvimento Humano e por que se reduziu pela primeira vez desde 1990? Disponível em : <https://www.iberdrola.com/compromisso-social/indice-desenvolvimento-humano>.

- Imperial, J.A. (2006). *A CPLP e a Cooperação para o Desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados membros. Um exemplo: Angola* (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação internacional). Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: http://www.adelinotorres.info/teses/jovelina_imperial_a_cplp_e_a_cooperacao_para_o_de_senvolvimento.pdf (Acesso em 4 setembro 2020).
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2020). Dados estatísticos STP. Disponível em: <https://www.ine.st/> (Acesso em 6/06/2020).
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2019). Informações Estatísticas. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview> (Acesso em 6 junho 2020).
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2012). Dados estatísticos STP. Disponível em: <https://www.ine.st/> (Acesso em 6/06/2020).
- IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2005). Glossário da cooperação para o desenvolvimento. Primeira edição: 2002 Última atualização: Março 2005. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/av_au_glossario_coop.pdf (Acesso em 24 novembro 2020).
- Jegundo, A.I. (2013). *Análise Financeira de Projetos de Investimento: Caso dos Incentivos QREN*. Relatório de estágio do Mestrado em Gestão, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre. Julho 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/19731872.pdf> (Acesso em: agosto de 2020).
- Júnior, A. F. B, & Júnior, N. F. (2011). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência, Araxá*, 7(7):237-250. Disponível em: <https://met2entrevista.webnode.pt/files/200000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf> (Acesso em novembro 2020).
- Kageyama, Angela(2004). *Desenvolvimento rural: conceito e medida*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, 21(3): 379-408, set./dez.. Disponível em: <file:///C:/Users/Coordenadora/Downloads/8702-28948-1-PB.pdf> (Acesso em junho 2020).
- Kumar, A. (2011). *Research and Writing Skills*. New York, NY: Lulu Press. (978-1-4466-0560-8). Disponível em: <file:///Users/raquellucas/Downloads/ResearchandWritingSkillsProofCopyDrAshwinKumar.pdf> (Acesso em 24 novembro 2020).
- Malhotra, N. K., & Naresh, K. (2019). *Marketing Researc na Applied Orientation*, 7ª ed., Pearson Ed. Lda. ISBN 9781292265636, 888p.
- Mancal, A., & Barros, G. S. C. (2019). Produtividade e eficiência agrícola nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) e Timor-Leste. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(3):441-454. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032019000300441#aff01 (Acesso em 5 novembro 2020).
- MAPDR- Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural. Relatórios anuais dos projectos PRIASA- fase I (2011-2016) e fase II (2016-2018); Projecto PADE I e II, Estudo de Irrigação (2017). (Documento Interno da Unidade de Gestão do Projecto PRIASA e do MAPDR).
- MAPDR (2014). Pedido de financiamento: Requête GAFSP.

- Melo, W. V., & Bianchi, C. S. (2015). Discutindo estratégias para a construção de questionários como ferramenta de pesquisa. R. B. E. C. T., vol 8, núm. 3, mai-ago.2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Coordenadora/Downloads/1946-9104-2-PB.pdf> (Acesso em 5 novembro 2020).
- Milani, C. R. S. (2012). Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. Caderno CRH, vol. 25, núm. 65, mayo-agosto, 2012, pp. 211-231, Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3476/347632188003.pdf> (Acesso a 14 agosto 2020).
- Milani, C. R. S., Suyama, B., & Lopes, L. L. (2013). Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?. Friedrich Ebert Stiftung (FES). Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10532-20140207.pdf> (Acesso a 14 agosto 2020).
- Mónico, L. S., Alferes, V. R., Castro, P. A., & Parreira, P. P. (2017). A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. Atas CIAIQ 2017, Investigação Qualitativa em Ciências Sociais//Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales//Volume 3. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/FMfcgzGkZZlxnTVjKhqlvLQDdvCCrVbZ?projector=1&messagePartId=0.1> (Acesso em 5 novembro 2020).
- ODM Brasil (2015). Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/sitemap> (Acesso em 5 novembro 2020).
- Oliveira, A. F., Mah, L. (2019). Cooperação para o Desenvolvimento: interesses nacionais ou agenda do bem comum? Revista Mundo Crítico, nº3,.. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/17566/1/Revistamundocritico_n3.pdf (Acesso em 5 novembro 2020).
- Petinga, T (2020). UE atribui 5,25 milhões de euros a São Tomé e Príncipe para programas de água e saneamento. Agencia Lusa.6/9/2020 Disponível em: <https://observador.pt/2020/08/06/ue-atribui-525-milhoes-de-euros-a-sao-tome-e-principe-para-programas-de-agua-e-saneamento/>. Acesso em: novembro 2020.
- Pinto, J. (2011). Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP Diagnóstico de Base. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura Roma. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/righttofood/documents/project_m/cplp/CPLPdiagno%CC%81sti.pdf (Acesso em setembro 2020).
- Pinto, J. (2015). Relatório Final: Missão de preparação do PRIASAI. Documento Interno do PRIASA.
- Polít, D. F., Beck, C. T., & Hungler, B. P. (2004). *Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização*. Trad. de Ana Thorell (5ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- PNUD (2020). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Projetos. Disponível em: https://www.st.undp.org/content/saotome_and_principe/pt/home/about-us/funding-and-delivery.html (Acesso em 12 novembro. 2020).
- PNUD (2019). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. São Tomé e Príncipe subiu 5 posições no RDH, mas os desafios ainda são grandes para o país. Disponível em: https://www.st.undp.org/content/saotome_and_principe/pt/home/presscenter/articles/2019/lancamentoHDR19.html (Acesso em 12 novembro. 2020).

- Roma, J. C. (2019). Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Ciência e Cultura*, 71(1): , Jan./Mar. São Paulo. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011 (Acesso em 5 novembro 2020).
- Rodrigues, B. (2015). Rapport d'impact do projeto de reabilitação de infraestruturas de apoio a segurança alimentar I (PRIASA I), STP. (Documento Interno da Unidade de Gestão do Projecto PRIASA).
- Santos S. (1999). Métodos Qualitativos e Quantitativos na pesquisa biomédica, Sociedade Brasileira de Pediatria. *Jornal de Pediatria*, 75(6):401-406. Disponível em: <http://www.jped.com.br/conteudo/99-75-06-401/port.pdf> (Consulta em 28 dezembro de 2019).
- Sato, Eiiti, (2010). Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. RECIIS – *Revista Eletrônica de Com. Inf. Inov. Saúde*, 4(1):46-57. Março, Rio de Janeiro.
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2012). *Research Methods for Business Students*. Pearson Education Ltd., Harlow.
- Silva, C. (2014). *Segurança alimentar em São Tomé e Príncipe. Estudo de caso dos distritos de Água-Grande e Mé-Zóchi* (Dissertação de Mestrado em Engenharia Alimentar). Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61476615.pdf> (acesso a 4 setembro 2020).
- Souza. A.M. (2014). Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. [Brasília]: Ipea, 2014. 277 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/repensando_a_cooperacao_o_web.pdf (Acesso em novembro 2020).
- Souza, J. G., & Spinola, N. D. (2017). Medidas do desenvolvimento econômico. *Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX – V. 1 - N. 36 - Abril de 2017 - Salvador, BA* – p. 78 – 113. Disponível em: <file:///C:/Users/Coordenadora/Downloads/medidasdodesenvolvimentoeconomico-rde.pdf> (Acesso em 24 novembro 2020).
- Short, C., Beghin, N., Sangreman, C., Proença, F., Oliveira, A. F., Mah, L., Santos, T., Barder, O. (2019). Cooperação para o Desenvolvimento: interesses nacionais ou agenda do bem comum? *Revista Mundo Crítico*, nº3, Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/17566/1/Revistamundocritico_n3.pdf (Acesso em 5 novembro 2020).
- Thomas, Jorge André, Lago, Sandra Mara Stocker; Brandalise, Loreni Teresinha (2017). A pesquisa científica sobre o meio rural e aspectos ligados à sustentabilidade. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 10, n. 2, p. 587-611, abr./jun. 2017 - ISSN 1981-9951 - e-ISSN 2176-9168, Maringá (PR), Brasil. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17765/2176-9168.2017v10n2p587-611> (Acesso em novembro 2020).
- Veiga, A. (2019). STP e a UE assinaram programa indicativo de 35 milhões de euros. *Jornal Tela Non*. 11/02/2019. Disponível em: <https://www.telanon.info/economia/2019/02/11/28644/stp-e-a-ue-assinaram-programa-indicativo-de-35-milhoes-de-euros/>. (Acesso em novembro de 2020).

Vieira, S. (2009). Como Elaborar Questionários. Editora Atlas. Disponível em: http://www.de.ufpb.br/~juliana/Estatistica%20aplicada%20ao%20servico%20social/Aula_questionario.pdf. (Acesso em julho 2020).

Vieira, M. T. (2008). Amostragem. Universidade de Aveiro, Departamento de Matemática. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/2909/1/2009000495.pdf> (Acesso em julho 2020).

Anexo I | GUIÃO DA ENTREVISTA

GUIÃO DA ENTREVISTA

Aos tutelares do projeto, beneficiários e parceiros de implementação

PAPEL DOS INVESTIMENTOS DO BAD PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Investigação realizada no âmbito da dissertação do Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, especialização em Economia e Gestão para Negócios - Universidade de Évora

SECÇÃO 1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- 1.1 Organização: _____
1.2 Função: _____
1.3 Tempo de permanência na atual função: _____
1.4 Idade: _____
1.5 Sexo: _____
1.6 Habilitações literárias: _____
1.7 Área de formação: _____
1.8 Projetos em que Interveio/Tutelou/foi beneficiário:

(1) PRIASA (2) PADE (3) ESTUDO NTF

SECÇÃO 2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS PROJECTOS

Utilize nas suas respostas os valores da régua seguinte
Escala (0= valor mínimo e 10= valor máximo):



2.1 Como valoriza a intervenção dos Projetos do BAD, em termos globais e no atingir dos diferentes objetivos para que foram preconizados?

2.1.1 PRIASA

Intervenção Global

Valor atribuído: _____

Justificação:

Atingir Objectivos específicos:

De Desenvolvimento Agrícola da Comunidade/País: Valor atribuído: _____

A large grey rectangular box intended for the respondent to provide justification for the values assigned to the intervention objectives.

De Melhoria da Renda do agricultor:
De Capacitação e Formação?
De acesso a novas tecnologias:
De redução do Êxodo rural:
Outros. Quais? _____
Justificação: _____

Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____

2.1.2 PADE
Intervenção Global
Justificação: _____

Valor atribuído: _____

Atingir Objectivos específicos do projecto:
De Desenvolvimento Agrícola da Comunidade/ País:
No melhoramento genético das raças locais:
De Capacitação e Formação?
No melhoramento a produtividade da pecuária:
Melhorar a cobertura sanitária da pecuária
De redução do Êxodo rural:
Outros. Quais? _____
Justificação: _____

Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____

2.1.3 Estudo NTF?
Intervenção Global
Justificação: _____

Valor atribuído: _____

Atingir Objectivos específicos do projecto:
Para o desenvolvimento da estratégia de irrigação de STP
Outros. Quais? _____
Justificação: _____

Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____

SECÇÃO 3. AVALIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DOS PROJECTOS

**3.1 Como valoriza os benefícios resultantes da execução dos projectos do BAD?
Escala (0= valor mínimo e 10= valor máximo)?**

3.1.1 Disponibilidade de produtos agrícolas no mercado? Valor atribuído

(GLOBAL): _____

Justificação: _____

PRIASA

PADE

Valor atribuído: _____

Valor atribuído: _____

3.1.2 Melhorias de sistema de irrigação? Valor atribuído (GLOBAL): _____

Justificação: _____

PRIASA

Estudo NTF

Valor atribuído: _____

Valor atribuído: _____

3.1.3 Formação profissional? Valor atribuído (GLOBAL): _____

Justificação: _____

PRIASA

PADE

Valor atribuído: _____

Valor atribuído: _____

3.1.4 Mobilidade? Valor atribuído (GLOBAL): _____

Justificação: _____

PRIASA

Valor atribuído: _____

3.1.5 TIC? Valor atribuído (GLOBAL): _____

Justificação: _____

PRIASA

PADE

Valor atribuído: _____

Valor atribuído: _____

3.1.6 No melhoramento da produtividade da pecuária? Valor atribuído

(GLOBAL): _____

Justificação: _____

PRIASA

PADE

Valor atribuído: _____

Valor atribuído: _____

3.1.7 Rendimento Agrícola?

Valor atribuído (GLOBAL): _____

Justificação:

PRIASA

Valor atribuído: _____

PADE

Valor atribuído: _____

3.1.8 Formação Profissional Agrícola?

Valor atribuído (GLOBAL): _____

Justificação:

PRIASA

Valor atribuído: _____

PADE

Valor atribuído: _____

3.1.8 Bem estar da família?

Valor atribuído (GLOBAL): _____

Justificação:

PRIASA

Valor atribuído: _____

PADE

Valor atribuído: _____

3.1.8 Melhoria das relações de género?

Valor atribuído (GLOBAL): _____

Justificação:

PRIASA

Valor atribuído: _____

PADE

Valor atribuído: _____

3.1.9 Outro. Qual?

Valor atribuído (GLOBAL): _____

Justificação:

PRIASA

Valor atribuído: _____

PADE

Valor atribuído: _____

Estudo NTF

Valor atribuído: _____

3.2 Como valoriza as dificuldades encontradas na execução dos projectos do BAD?

Escala (0= valor mínimo e 10= valor máximo)

3.2.1 Apropriação dos beneficiários?

Valor atribuído (GLOBAL): _____

Justificação:

PRIASA	Valor atribuído: _____
PADE	Valor atribuído: _____
Estudo NTF	Valor atribuído: _____

3.2.2 Dependência externa do País? Valor atribuído (GLOBAL): _____
Justificação:

PRIASA	Valor atribuído: _____
PADE	Valor atribuído: _____
Estudo NTF	Valor atribuído: _____

3.2.3 Formulação dos projectos? Valor atribuído (GLOBAL): _____
Justificação:

PRIASA	Valor atribuído: _____
PADE	Valor atribuído: _____
Estudo NTF	Valor atribuído: _____

3.2.4 Contrapartida Governamental? Valor atribuído (GLOBAL): _____
Justificação:

PRIASA	Valor atribuído: _____
PADE	Valor atribuído: _____

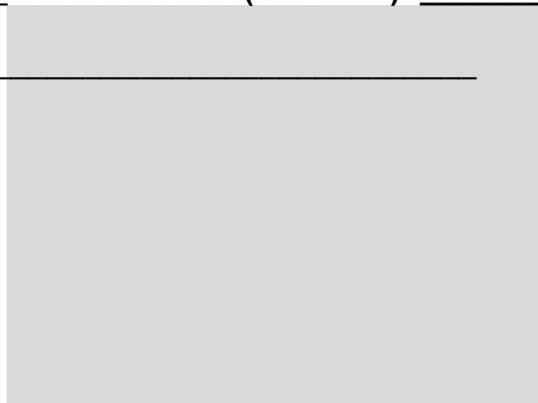
3.2.5 Burocracia? Valor atribuído (GLOBAL): _____
Justificação:

PRIASA	Valor atribuído: _____
PADE	Valor atribuído: _____

3.2.6 Articulação entre parceiros? Valor atribuído (GLOBAL): _____
Justificação:

PRIASA	Valor atribuído: _____
PADE	Valor atribuído: _____
Estudo NTF	Valor atribuído: _____

3.1.7 Outra. Qual? Valor atribuído (GLOBAL): _____
Justificação:



PRIASA	Valor atribuído: _____
PADE	Valor atribuído: _____
Estudo NTF	Valor atribuído: _____

SECÇÃO 4. IMPACTO | RESULTADOS DOS PROJECTOS NA AGRICULTURA

4.1 Como valoriza os Resultados dos PROJECTOS em relação aos Objetivos preconizados?

Escala (0= valor mínimo e 10= valor máximo)

4.1.1 PRIASA

Resultado global	Valor atribuído: _____
Comunidade	Valor atribuído: _____
Agregado Familiar Agrícola	Valor atribuído: _____
Para o Desenvolvimento Agrícola do País:	Valor atribuído: _____
Justificação:	

4.1.2 PADE

Resultado global	Valor atribuído: _____
Para a Comunidade	Valor atribuído: _____
Agregado Familiar Agrícola:	Valor atribuído: _____
Para o Desenvolvimento Pecuário do País:	Valor atribuído: _____
Justificação:	

4.1.3 Estudo NTF

Resultado global	Valor atribuído: _____
No desenvolvimento da estratégia de irrigação de STP	Valor atribuído: _____
Justificação:	

4.2 Qual dos seguintes atividades e entidades dão maior contributo para resultados dos projectos?

4.2.1 PRIASA

Culturas Hortícolas	Valor atribuído: _____
Culturas Frutícolas	Valor atribuído: _____
Culturas Alimentares (Matabala, Banana Pão, Mandioca, Milho)	Valor atribuído: _____
Culturas de Exportação (cacau, café,...)	Valor atribuído: _____
Associações de agricultores	Valor atribuído: _____

Serviços de Extensão rural
Investigação agrária
Consultores internacionais
Organizações de cooperação internacional
ONG nacionais
ONG internacionais

Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____

4.2.2 PADE

Produção pecuária (Galinhas, porcos, cabras, bovinos,
Associações de Pecuáristas
Serviços de Extensão rural
Investigação agrária
Consultores internacionais
Organizações de cooperação internacional
ONG nacionais
ONG internacionais

Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____

4.2.3 Estudo NTF

MAPDR
Consultores internacionais
Organizações de cooperação internacional

Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____

4.3 Como valoriza os Investimentos dos PROJECTOS do BAD no seu contributo para o desenvolvimento da Comunidade/Agregados Agrícolas Familiares e para o Desenvolvimento Agrícola de STP?

Escala (0= valor mínimo e 10= valor máximo)

4.3.1 PRIASA

Reabilitação/construção de estradas rurais
Reabilitação/construção de sistemas de irrigação
Reabilitação/construção de Unidades de Transformação
Reabilitação/construção de mercados
Formação dos agricultores ou membros da comunidade
Reabilitação de escolas
Construção de infraestruturas agrícolas
(estufas, Abrigos, secador solar, etc)
Outros. Quais? _____

Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____

4.3.2 PADE

Desenvolvimento da pecuária
Formação dos agricultores ou membros da comunidade

Valor atribuído: _____
Valor atribuído: _____

Associações de pecuaristas **Valor atribuído:** _____
 Produção pecuária (Galinhas, porcos, cabras, bovinos,) **Valor atribuído:** _____
 Melhorar a cobertura sanitária da pecuária **Valor atribuído:** _____
 Reabilitação/construção de capoeira **Valor atribuído:** _____
 Aquisição /Entrega de animais **Valor atribuído:** _____
 Outros. Quais? _____ **Valor atribuído:** _____

4.3.3 NTF

Reabilitação/construção de sistemas de irrigação **Valor atribuído:** _____
 Disponibilidade de água **Valor atribuído:** _____
 Outros. Quais? _____ **Valor atribuído:** _____

4.4 Como valoriza as melhorias a fazer para progredir nos resultados da implementação dos projectos do BAD?

Escala (0= valor mínimo e 10= valor máximo)

4.4.1 Apropriação dos beneficiários? **Valor atribuído:** _____
 Justificação:

4.4.2 Articulação entre entidades? **Valor atribuído:** _____
 Justificação:

4.4.3 Formulação dos projectos? **Valor atribuído:** _____
 Justificação:

4.4.4 Burocracia? **Valor atribuído:** _____
 Justificação:

4.4.5 Outras? Quais _____ **Valor atribuído:** _____
 Justificação:

4.4.6 Outras? Quais _____ **Valor atribuído:** _____

Justificação:

4.4.7 Outras? Quais _____

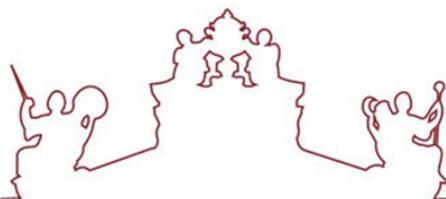
Valor atribuído: _____

Justificação:

A serem Entrevistados:

- ✓ Responsáveis pelo Ministério (Tutelares dos projectos)
- ✓ Coordenadores
- ✓ Representantes do BAD (Coordenadora das operações e Gestores dos projectos);
- ✓ DEP do MADR;
- ✓ Consultores
- ✓ Parceiros de implementação

Anexo II | QUESTIONÁRIO APLICADO



Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais

QUESTIONÁRIO SOCIO- ECONÓMICO NA ZONA DE INTERVENÇÃO DOS PROJECTOS DO BAD EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (PADE, PRIASA)

PAPEL DOS INVESTIMENTOS DO BAD PARA O DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Investigação realizada no âmbito da dissertação do Mestrado em Economia e
Gestão Aplicadas, especialização em Economia e Gestão para Negócios -
Universidade de Évora

SECÇÃO 1. IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO

1.1 Distrito: _____

1.2 Comunidade: _____

1.3 Idade: _____

1.4 Sexo 1. F -2. M

1.5. Estado civil: (1) Casado(a) (2) Solteiro(a) (3) Viúvo(a)

1.6. Escolaridade: (1) Superior (2) Técnico (3) Secundário (4) Primário

SECÇÃO 2. DIAGNÓSTICO DA CARACTERIZAÇÃO GERAL DO AGREGADO FAMILIAR

2. 1. Faz parte de alguma associação ou grupo na comunidade?

(1) Sim (2) Não

2.2. Ocupação (o que faz):

(1) Não faz nada | Desempregado (5) Trabalha no sector de transformação

(2) Trabalha na agricultura

(6) Venda/ comercialização

(3) Trabalha na pecuária

(7) Estudante

(4) Trabalha na pesca

(8)

Outros _____

2.3. Quantas pessoas fazem parte da sua família? _____

2.4. Qual sector em que trabalha lhe da mais dinheiro no final do mês?

(1) Agricultora:

(2) Venda / comercialização:

(3) Transformação:

(4) Trabalha na pecuária

(5) Outros: _____

2.5. Qual trabalho lhe da outros dinheiros no final do mês?

(1) Agricultora:

(2) Pesca:

(3) Transformação:

(4) Venda / comercialização:

(5) Trabalha na pecuária

(6) Outros: _____

SECÇÃO 3. DIAGNÓSTICO DAS INTERVENÇÕES: BENEFÍCIOS POR ACÇÃO

3.1. De que projectos do BAD a comunidade ou o senhor(a) beneficiou?

(1) PRIASA (2) PADE (3) Ambos (PRIASA e PADE II)

3.2. Das actividades que vou falar que os projetos fizeram, qual beneficiou e se concorda ou discorda que foi importante para o desenvolvimento económico e social?

		Beneficiou	Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
1	Reabilitação/construção de estradas rurais						
2	Reabilitação/construção de sistemas de irrigação (rega)						
3	Reabilitação/construção de Unidades de Transformação						
4	Reabilitação/construção de mercados						
5	Formação dos agricultores ou membros da comunidade						
6	Reabilitação de escolas						
		Beneficiou	Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
7	Construção de infraestruturas agrícolas (estufas, Abrigos, secador solar, etc)						
8	Entrega de animais						
9	Construção de capoeira						
10	No melhoramento genético das raças locais						
11	No melhoramento da produtividade da pecuária						

1	Melhoramento da						
2	cobertura sanitária da						
	pecuária						
1	Outros. Quais?						
3							

3.3. Qual a sua avaliação dos projectos do BAD?

		Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
1	Os projectos e as suas acções foram bem preparados					
2	Os projectos e as suas acções foram bem executados na comunidade					
3	De forma global estou satisfeito com os resultados dos projectos e das suas acções					
4	Estou satisfeito com a intervenção global PRIASA					
5	Estou satisfeito com a intervenção global PADE					

SECÇÃO 4. PERCEPÇÃO DOS EFEITOS DOS INVESTIMENTOS DO BAD NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÓMICO DAS COMUNIDADES | RESULTADOS DOS PROJETOS

4.1. Das actividades que vou falar que os projetos fizeram, quais concorda ou discorda que trouxeram algumas **melhorias para o desenvolvimento económico e social**?

		Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
1	Mais disponibilidade de produtos agropecuários para autoconsumo (mais produto para comer)					
2	Mais disponibilidade de produtos agropecuários para					

	venda (mais produtos para vender)					
3	Facilidade de venda do seu produto					
4	Facilidade de escoamento de produto					
5	Poder cultivar novas culturas					
6	Poder cultivar na época da gravana					
7	Aumento da produção					
8	Mais acesso a terra					
9	Melhor acesso à irrigação					
10	Melhor capacidade de transformação de produtos					
		Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
11	Mais produtos transformados					
12	Criação de emprego/mais trabalhadores					
13	Mais formação/melhor conhecimento					
14	Acesso ao centro de saúde					
15	Acesso a escolas					
16	Ter ou melhorar a habitação própria					
17	Melhoria de circulação de bens e pessoas					
18	Diminuição de custos com transporte					
19	Melhor acesso a energia elétrica					
20	Redução do êxodo rural (aumento das pessoas na comunidade)					

21	Aumento de renda agrícola (aumentou o seu dinheiro)					
22	Melhoria das condições de vida na comunidade					
23	Melhoria do bem-estar da família					
24	Outros: Quais					

4.2. Identifique o intervalo do valor da renda mensal da sua família antes e depois do projecto:

Valor da Renda Mensal		Antes do Projeto	Depois do Projeto
1	Até 3000 Stn		
2	3000 a 5000 Stn		
3	5000 a 10000 Stn		
4	10000 a 15000 Stn		
5	Mais de 15000 Stn		
6	Outra. Qual?		

4.3. Das novas tecnologias que vou falar, quais concorda ou discorda que os projectos do BAD trouxeram para se ou para a comunidade?

	Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
1 Novas tecnologias de produção (rega, estufas...)					
2 Novas tecnologias de transformação (...)					
3 Novas tecnologias de conservação (instalação de camaras frias etc)					
4 Melhoria na rede de comunicação (internet, telefone, etc)					
5 Outros					

SECÇÃO 5. Avaliação das dificuldades encontradas e melhorias para progredir nos resultados dos projectos

5.1. Vai me dizer se concorda ou discorda das principais dificuldades que acha que tem feito com que os objetivos dos projectos não estejam sendo cumprido nas comunidades?

		Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmente (5)
1	Roubo de culturas					
2	Falta de insumos agrícolas(adubo,pesticidas,etc)					
3	Custo elevado de insumos agrícolas (preço de insumos elevado)					
4	Falta de equipamentos para agricultura (tractor,maquinas,etc)					
5	Falta de materiais de trabalho (paz, enxadas, machins etc.,)					
6	Acesso a crédito (falta de credito)					
7	Estradas em mau estado					
8	Reduzida disponibilidade de Terra (falta de terra)					
9	Acesso ao Mercado (falta de lugar para vender)					
10	Falta de formação					
11	Falta de água para irrigação					
12	Falta de água potável					
13	Rendimento agrícola baixo (pouco dinheiro da agricultura)					
14	Salários agrícolas baixos					
15	Outros 1:					
16	Outros 2:					

5.2. Vai me dizer se concorda ou discorda do que deve ser feito para melhorar e fazer progredir os resultados dos Projetos do BAD nas comunidades?

	Discordo Totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo Totalmen te (5)

1	Apropriação dos beneficiários – compromisso dos agricultores com os benefícios do projecto					
2	Maior envolvimento dos beneficiários na preparação dos projectos					
3	Maior envolvimento dos beneficiários na execução dos projectos					
4	Melhor ligação entre os beneficiários e as entidades Governamentais					
5	Outras 1? Quais _____					
6	Outras 2? Quais _____					